

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Sociais e Aplicados
Escola de Serviço Social
Programa de Estudos de Pós Graduação em Política Social
Mestrado em Política Social

REGINA COELI BENEDITO DOS SANTOS

**Raça, Sexualidade e Política: um estudo da constituição de
organizações de lésbicas negras no Rio de Janeiro**

Niterói
2006

REGINA COELI BENEDITO DOS SANTOS

Raça, Sexualidade e Política: um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. João Bôsco Hora Góis

Niterói
2006

REGINA COELI BENEDITO DOS SANTOS

Raça, Sexualidade e Política: um estudo da constituição de organizações de lésbicas negras no Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social, da Escola de Serviço Social Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Política Social

Banca Examinadora

Profº Drº João Bôsko Hora Góis (orientador)
UFF- Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Samantha Viz Quadrat
UFF- Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Leilah Landin Assumpção
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói
2006.

Visitação

Hoje o ato de adentrar
na casa a fora
não aforra o passado.
O fato lembrado traz
misturar de sentimento, sensações
novíssimas
guardadas com toda reserva
em todas as reservas possíveis
das primárias memórias.

A tua casa hoje vasculho inteira.
O remexer presente
remove todas as imaginações:
pobre, te mira rico
pequeno, alto me parecias
falante, sábio me passavas
eu te percebia outro.

Já não me causas surpresa.
Pelos arredores do tempo
as notícias me chegavam:
deixaste de ser prodígio
tua pequenez foi desfeita
despiste todas as máscaras
de que te encarregaram.

Mas também andei à tua procura
pelos arredores da vida.
Carecia da tua presença
do presente de todos
que a memória sempre resolve
à procura dos infinitos
permanentes.

De: Jônatas Conceição da Silva
Livro: Outras
Miragens: miragens de engenho

AGRADECIMENTOS

A todas às mulheres negras lésbicas, em especial a Neusa das Dores, por aceitarem compartilhar e dividir suas experiências conosco. Conhecer suas atividades é um privilégio e uma honra ímpar.

Ao meu orientador Prof. Dr. João Bosco da Hora Góis por quem nutro admiração e respeito. Obrigado por acreditar neste trabalho e conduzi-lo com competência e pertinentes orientações. A confiança, o respeito e a amizade na condução dessa fase em que estamos juntos *me* estão fazendo adquirir uma visão plural e um exemplo de lição de vida. Muito Obrigado.

Às amigas Elizabeth Falcão, Leila Nocchi Kobayashi, Muniz Ferreira, Soraya Ferreira, Rose (secretária do CES), Lúcia Helena Gomes, Skell Viana Belo, Maria Joana D'arc de Oliveira, Rita Colaço, Ana Cristina Fróes, Marilena Lemos, Ana Maria Felipe e aos amigos Antônio Luiz, Marcos Quintanilha, em especial Sean Mackaughan e Acildo da Silva pelas trocas de energias positivas e fontes inesgotáveis de inspirações.

A minha comadre Rosemery R. Nascimento, e aos meus sobrinhos e afilhados Mariana Nascimento e José Augusto Nascimento. Obrigado por me deixarem compartilhar da amizade de sua família. A vocês todos o meu mais profundo respeito e admiração.

A todas as mulheres negras do Brasil, fonte de força luta e perseverança.

A todos que acreditaram em meu potencial e de alguma forma contribuíram para essa empreitada.

Às minhas filhas Cynthia Regina (In memorian)
Michelle Ivana, por ser a razão de minha vida e
me fazer ver o mundo de outra forma e ao
meu filho do coração Ricardo Carvalho.
À minha irmã Neném (in memorian) por ter me
educado e sido meu anjo de guarda.

Às mulheres negras, em especial as mulheres negras lésbicas, que através de suas vozes estão ajudando a preencher uma lacuna na historiografia do movimento social negro e do movimento de mulheres feministas do Rio de Janeiro.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo examinar aspectos da organização de mulheres lésbicas negras na cidade do Rio de Janeiro. A nossa hipótese é a de que a constituição de um movimento lésbico negro está relacionado com as dificuldades de discussão dos temas raciais e sexuais em dois movimentos sociais: o movimento feminista e o movimento negro. Para a realização desse trabalho utilizamos fontes escritas – relatórios, jornais, panfletos, etc – e orais – entrevistas com ativistas do movimento negro, ativistas do movimento feminista e ativistas de organizações de lésbicas negras. O exame dessas fontes confirma fortemente a hipótese levantada ao mesmo tempo em que sugere que nessa diáspora lésbico-negra criou-se um importante espaço de construção de novas identidades.

Palavras-chave: Movimento Negro - Movimento Feminista - Lesbianismo

ABSTRACT

This thesis aimed at examining black lesbian organizations in Rio de Janeiro. We assumed as hypothesis that the building of such organizations was derived from the difficulties in discussing sex and race related themes in two social movements. The feminist movement and the black movement. Data for this research were collected from written (reports, newspapers, pamphlets, etc.) and oral sources (interviews with activists from the feminist, black and black-lesbian movements). The examination of such data confirmed our hypothesis and suggested that black-lesbian diaspora created an important space for constructing new identities.

Key words: Black Movement – Feminist Movement - Lesbianism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - DO QUILOMBO AO MOVIMENTO NEGRO	
1.1- Os quilombolas	11
1.2- O movimento das insurreições: as revoltas dos negros Haussá	15
1.3- As revoltas dos Nagôs	16
1.4- Insurreição armada: a balaiada	19
1.5- Movimentos pós-abolicionistas	22
1.6- A imprensa negra	24
1.7- A frente negra brasileira	26
1.8- Anos 70: Os novos movimentos negros	31
1.9- Movimento negro unificado: caminhos e descaminhos	33
CAPÍTULO 2 - O FEMINISMO EM MOVIMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES	
2.1- O feminismo difuso	42
2.2- O feminismo anárquico	44
2.3- O feminismo pelos direitos políticos	45
2.4- Bertha Lutz e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino	47
2.5- O novo feminismo	49
2.6- O feminismo dos anos 70 no Brasil	50
2.7- O surgimento dos primeiros grupos feministas	53
2.8- O ano inaugural: 1975	55
2.9- O movimento feminista na redemocratização	59
2.10- A relação institucional	59

2.11- Os conselhos	60
--------------------	----

CAPÍTULO 3- EM BUSCA DE UM LUGAR: A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS NEGRAS NO RIO DE JANEIRO

3.1- As percepções das mulheres negras lésbicas sobre o seu lugar no movimento negro	65
3.2- A percepção dos militantes heterossexuais sobre as mulheres negras lésbicas	68
3.3- A percepção das mulheres negras em relação ao movimento feminista	76
3.4- A percepção das feministas brancas sobre o local das mulheres negras no movimento feminista	78
3.5- Mulheres em Movimento: a construção da esfera pública moderna	81
3.6- A construção do Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher	83
3.7- Construção do grupo de mulheres Felipa de Sousa	87

CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
-----------------------------	----

REFERÊNCIAS	97
--------------------	----

OUTROS DOCUMENTOS	104
--------------------------	-----

NOTAS	106
--------------	-----

WEBGRAFIA	108
------------------	-----

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO 1 -Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado (1991- pp.1 a 12)	110
ANEXO 2 – Roteiro de entrevista	111
ANEXO 3 - Roteiro de entrevista	113
ANEXO 4 Convocatória:1º Encontro Estadual Do Movimento Negro de Mulheres Negras	115

INTRODUÇÃO

Nasci em uma fazendola em uma pequena cidade do Vale do Paraíba, Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro. Sou a filha mais nova de 11 irmãos. Quando nasci meus pais já estavam atingindo a terceira idade. Meu nascimento foi prematuro e por isso todos demonstravam a maior atenção e carinho comigo. Com o falecimento de meu pai e, alguns meses depois, o da minha mãe, a responsabilidade de me educar ficou a cargo da minha irmã Neném.

Cresci subindo em árvores, correndo atrás de galinhas e porcos e ouvindo histórias de mula sem cabeça, lobisomem e saci pererê. Cresci indo todas as tardes para a beira da linha férrea esperar o trem de passageiros passar para acenar com as mãos, sorrir e jogar beijinhos. Cresci ouvindo meus irmãos mais velhos contando histórias que ouviram dos nossos pais sobre o cativo. Cresci vendo meus irmãos cantarem, tocarem e dançarem Calangos e Jongos do Caxambu com os negros da região. Cresci vendo meus irmãos e tias rezarem, cantando e dançando para São Longuinho.

Nas noites de verão, quando não aconteciam na casa onde morávamos, as rezas de São Longuinho se davam nas residências dos compadres. Essas rezas tinham um tom acalentador, parecendo uma cantiga de ninar. Uma rabeca, um banjo e, às vezes, um pandeiro improvisado acompanhado de algumas vozes das mulheres mais velhas davam o tom do início da reunião. A presença era majoritariamente negra: mulheres com filhos enrolados nos braços, homens com seus chapéus panamá nas mãos, crianças maiores deitadas nas esteiras nos quartos ou brincando de pique de esconder. Estavam todos ali com o mesmo desejo: louvar São Longuinho. Quase todas as pessoas que ali presentes eram semi-analfabetas.

Os louvores a São Longuinho eram entoados dezenas de vezes. No início, dava para perceber a expressão de cansaço em cada rosto negro que ali estava, mas, com o passar da hora aquela expressão decorrente da dura labuta na roça, na estrada de ferro, nas tinas de roupas na beirada dos rios, no ferro de carvão de passar roupas, ia se transformando em uma expressão de alegria, de altivez e de extrema energia. Todos em pé, bem encostados uns aos outros, com o gestual de seus corpos sincronizavam uma dança sem sair do lugar. Aquele encontro, para aquelas pessoas, era uma possibilidade de troca de energia. Significava também uma busca pela construção de uma irmandade entre os que se viam como iguais e comungavam do mesmo desejo: o fortalecimento de suas identidades e cultura negras.

Minha irmã Neném sempre foi muito atenta com a nossa educação. Ela era professora primária e costureira. Fui alfabetizada por ela e com cinco anos de idade já sabia ler e escrever o meu nome e os de todos da minha família. Em minha casa ouvia sempre ela dizer: *“a única herança que nossos pais deixaram para nós foi a educação”*. E quando não ia muito bem nos estudos ela me dizia: *“vai voltar o cativo e você será escrava de um senhor que vai levar você para o tronco, porque não quis estudar”*. Isso para mim era pior do que se tivesse apanhado, pois morria de medo da volta do cativo. O cativo na minha infância sempre foi algo que me acompanhava aterrorizando-me como um grande fantasma. Por isso, vivia chorando pelos cantos com medo que ele pudesse voltar.

Fiz o antigo ginásio em uma escola particular de freiras alemãs, Colégio Nossa Senhora Medianeira. Minha irmã tentou me preparar psicologicamente para esse estabelecimento escolar. Só que eu não fazia a mínima idéia do que ia encontrar pela frente. Já no primeiro dia de aula, foi um choque. Não vi nenhuma pessoa que me representasse enquanto adolescente negra. Só havia representação com relação ao gênero, pois éramos todas mulheres adolescentes. Esse isolamento certamente contribuiu para que eu despertasse para a questão da raça como um importante marcador social.

As estudantes eram todas brancas e de cabelos muito lisos indo até ao meio das costas, sendo muitas delas de olhos azuis. Fiquei muito assustada. Apesar disso, tinha simpatia por algumas freiras. Em momentos na minha adolescência pensei em ser uma delas. Não sei realmente o que me levou a ter esse sentimento; talvez fosse pela beleza das suas vestes e pela sabedoria e respeito que impunham; talvez fosse pelo fato de que sendo freira seria vista pela sociedade com outros olhares, não como menina negra, mas como uma freira.

Nessa mesma época, comecei a perceber que por tudo de errado que acontecia no Colégio a culpa recaía sobre mim. E por mais que a minha irmã houvesse me orientado, esqueceu de dizer que o racismo me levaria a ter que suportar algumas injúrias se quisesse terminar o colegial.

Por várias vezes, quando eu estava sentada na sala de aula, a irmã Alcântara adentrava em sala com dedos em riste e me mandava ir rezar na Capela aos pés de São José por ter supostamente feito algo que não estava de acordo com as normas estabelecidas no Colégio¹.

¹ - Lembro-me da irmã Kreta que ao me ver em prantos a rezar ia me consolar. Com um tom de voz muito carregada, por ser também alemã, dizia para mim: *“reze bastante que você vai ficar igual às outras meninas”*. Então parava de chorar e naquela vontade de ser igual às outras meninas, ser branca e de

Minha irmã Neném, cansada de ouvir uma série de histórias das freiras em relação a meu comportamento, com os olhos lacrimejando um dia me disse: *“Você vai continuar naquele Colégio, não faça bagunça, seja sempre você mesma, mas não se esqueça que você é preta, tem os cabelos carapinhos e duros e tem os beiços grossos. Você é mais bonita do que aquelas pererecas brancas que lá estudam”*. Essa conduta da minha irmã embora não seja uma regularidade, está presente na história de vida de inúmeras mulheres negras e explicita o papel da família na formação de uma consciência anti-racista.(Góis,2006).

Daquele momento em diante me enchi de orgulho e pensei: “Agora eu vou pintar e bordar com elas”. A minha primeira manifestação de *“rebeldia”* foi me passar por alguém que tinha poderes extra sensoriais, lendo a vida das outras meninas através de um borrão de tinta da caneta em um papel branco, que quase sempre era a folha do meu próprio caderno. Sempre na hora do recreio eu estava de prontidão fingindo estar lendo a vida das meninas. Elas faziam filas para ouvir as minhas previsões. É claro que essa farsa não durou por muito tempo. A notícia chegou aos ouvidos da madre superiora e eu quase fui expulsa do colégio.

As vivências de discriminação na escola, as experiências de convivência fraterna com os negros da minha vizinhança durante a minha infância e o apoio da minha família no enfrentamento do racismo certamente influenciaram o meu interesse em participar de movimentos coletivos, em particular do movimento negro.

1 – O ingresso no movimento negro

Casada, na década de 70, saí de Barra do Piraí e vim morar na cidade de Niterói. Com duas filhas e um filho do coração, já viúva e estudante de Física, dava aula na Escola Técnica Resende Rammel. Foi quando em uma noite, quando saía do trabalho, parada, à espera do ônibus, um homem negro veio ao meu encontro e, depois de alguma conversa, informou-me sobre um lugar no centro do Rio de Janeiro que discutia o racismo. Embora quisesse chegar logo em casa, o assunto sobre a questão racial foi ficando tão interessante que perdi a pressa. Não relutei em pedir o endereço e perguntar o seu nome. Iedo.

Como em minha casa sempre se conversava sobre o cativo fiquei interessada em conhecer esse lugar. No sábado seguinte fui para a Rua Mem de Sá, 238. Tratava-se

cabelos lisos, me punha a rezar Pai Nosso com Ave Maria e rezar e rezar. E naquela enlouquecida vontade e ânsia de ser igual, rezava muito, muito além do que era pedido.

de um prédio antigo de dois andares, onde na porta havia uma placa com os dizeres “*Instituto de Pesquisa das Culturas Negras/IPCN*”. Quando entrei, vi alguns homens negros e poucas mulheres. Iedo foi meu anfitrião. Apresentou-me para as outras pessoas e convidou-me a sentar. Nas primeiras reuniões entendia muito pouco do que estava sendo discutido. Naquela época os intelectuais negros só falavam sobre a obra de Gilberto Freire Casa Grande e Senzala.

Quase todas aquelas pessoas negras que se encontravam no IPCN eram estudantes universitários. Naquele momento, percebi que existiam duas correntes teórico-políticas: uma nacionalista que não estava nem a favor nem contra o que estava narrado no livro de Freire; e a outra pan-africanista, composta por aqueles que aderiam à obra de Fanon – “Os Condenados da Terra” e “Pele Negra e Máscara Branca”.



Reunião do IPCN - 1988

As mulheres daquela época quase não expunham as suas opiniões, mesmo porque, se insistissem, eram impiedosamente impedidas pelos homens do movimento.

Embora muito motivada por aquele tipo de discussão, observei que aquele movimento conquanto discutisse idéias, era excludente no sentido de que não abria espaço para que as mulheres pudessem pôr as suas proposituras à mesa nas mesmas condições de igualdade que os homens. Mas, mesmo assim, senti que aquele espaço era propício para discutir as questões que tocavam a raça negra. Assim, fui durante mais de 20 anos militante orgânica do movimento negro.²

2 – O início já distante, da reflexão sobre o tema da pesquisa e a busca pelo mestrado

Na década de 80 as afrodescendentes que militavam em diferentes movimentos sociais, em especial no movimento negro, começaram a trabalhar mais intensamente contra a invisibilidade que lhes era imposta.

Nessa busca por visibilidade surgem mulheres negras com diferentes orientações sexuais - heterossexual, homossexual e bissexual - fazendo parte das discussões que até então, na maioria das vezes, não tinham condições para serem levantadas e tratadas no movimento.

Foi a partir daí que a minha cabeça começou a ficar muito confusa, pois verdadeiramente não entendia nada. Muitas vezes havia notícias de que mulheres que sempre mantiveram relacionamentos heterossexuais tinham deixado o marido e estavam tendo relacionamentos com uma outra pessoa do mesmo sexo. Apesar de não haver nenhuma condenação de minha parte, procurava sempre entender o que havia se passado. Mas a procura, na maioria das vezes, não era satisfatória. Isso porque as explicações produzidas no seio do movimento negro eram em grande parte de ordem moral e buscavam desqualificar a homossexualidade. Era comum o uso de expressões como: *“negro veado é maluco ou foi criado por família branca e ficou safado”*; *“mulher sem marido é vaca ou sapatão”*.

² - Em 1987, já bastante integrada a ele, juntamente com outros militantes, depois de muitas pendengas e grandes embates criamos um programa chamado Programa Direitos Humanos Civis SOS Racismo. A sua estrutura logística e organizacional era muito simples. Ele foi instalado no IPCN, na gestão de Januário Garcia. Os quatro participantes diretos do programa tinham suas funções específicas. João Romão, por ser sociólogo de formação, era o coordenador geral. Wilson Prudente era o analista político, Dirce Maria de Sousa era a Pedagoga e eu, formada em direito, era a coordenadora jurídica e advogada. A proposta do programa era combater o racismo e o preconceito racial através de cursos, seminários, palestras e inserção nos presídios e nas associações de moradores das comunidades de risco. Dentre seus vários objetivos destaco dois: dar assistência jurídica gratuita a todas as pessoas vítimas do racismo; e o segundo, contribuir para a inclusão dos negros egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho.

Obviamente considerando essas explicações inapropriadas, busquei aprofundar o meu conhecimento sobre as razões que impediam as mulheres negras lésbicas discutirem questões ligadas a elas e que as levaram a abrirem suas próprias organizações voltadas à discussão e defesa dos seus problemas e direitos específicos; organizações nas quais elas pudessem ir em busca de outras mulheres negras e falar de seu passado, do seu presente e da sua perspectiva do futuro.³

Foi assim que ingressei no Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social da Universidade Federal Fluminense, onde contei com a imensa ajuda dos seus professores.

As disciplinas ali ministradas foram essenciais para o desenvolvimento de meus estudos, ajudando-me a entender melhor e analisar com mais profundidade as relações que norteiam os engendramentos políticos da política social brasileira, e, por que não dizer, do mundo. As aulas ministradas sobre o sistema de proteção social no Brasil mostraram-me o quão estava afastada de importantes reflexões e trouxeram para o meu campo de análise elementos para uma melhor compreensão das diferentes desigualdades existentes principalmente de raça e gênero, sobretudo no que diz respeito à falta de atenção para as mulheres.

Essa gama de conhecimentos trouxe-me o sentimento de amadurecimento intelectual. Ao mesmo tempo comecei a ver a sociedade brasileira com outros olhos. Ampliei minhas referências em relação ao público e o privado na formação dos direitos individuais e coletivos. E, dentro desse contexto, cada uma destas disciplinas me ajudou a pensar a formação das diferentes identidades de gênero e das diferenças sexuais. Os caminhos da minha pesquisa somente foram possíveis de ser traçados a partir do contato com esse conjunto de informações e contribuições.

3 – Metodologia

³ - Devo confessar que quando resolvi pôr em movimento a pesquisa que gerou essa dissertação, por várias vezes fui envolvida por um sentimento pela de preocupação com a possibilidade de que seria taxada como mais uma “*sapata*”. Mas foi tudo passageiro. Em verdade todos nós de vez quando somos traídos pelos nossos sentimentos, ainda mais quando vivemos numa sociedade que sempre incutiu nas nossas mentes o pensamento religioso judaico- cristão. Eu, é claro, não poderia ficar de fora de tal alucinação.

A minha hipótese é de que a constituição de um movimento lésbico negro está relacionado com as dificuldades de discussão da lesbianidade negra, do feminino e da raça em dois movimentos sociais: o movimento feminista e o próprio movimento negro.

Para perseguir essa hipótese foram necessárias exaustivas pesquisas, leituras e observações. Realizei preliminarmente um levantamento das organizações de lésbicas negras na cidade do Rio de Janeiro. Por esse levantamento constatei que existem algumas ONGs dirigidas por mulheres negras e lésbicas, mas somente duas instituições assumem a identidade lésbica nos seus programas. Meu olhar se voltou definitivamente sobre essas duas organizações: Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM) e o Grupo de Mulheres Felipa de Souza. Recorremos a diferentes fontes impressas que estavam ao nosso alcance: atas de reuniões, projetos, estatutos, boletins informativos, etc. Mas o material principal foi mesmo as entrevistas feitas com participantes do movimento negro, feminista e de mulheres lésbicas negras. Nas entrevistas buscamos respostas às seguintes perguntas:

- a) Qual o lugar que as mulheres ocuparam na trajetória dos movimentos negro e feminista? As mulheres negras e lésbicas sofrem nesses espaços mais um tipo de discriminação, em função do seu sexo, raça e orientação sexual?
- b) Quais eram os valores e crenças circulantes no seio do movimento negro e feminista a respeito da “orientação sexual”?
- c) Como as mulheres negras se viam e eram vistas pelos seus pares de militância?
- d) Por que essas mulheres foram criar as suas próprias organizações?

Os entrevistados, através de pseudônimos, são apresentados na próxima seção.

4 – Entrevistados

Adetoun⁴, mulher da raça negra, 50 anos, profissão não declarada, moradora do centro da cidade do Rio de Janeiro. Lésbica assumida é legalmente solteira, embora se diga casada. Sua primeira militância foi no movimento ecológico. Teve uma passagem muito rápida pelo movimento negro e depois no movimento de abastecimento popular na cidade de São Paulo. Ultimamente no movimento homossexual, é presidente do

⁴ Adetoun, nome próprio feminino, originário da Nigéria, vem da língua Yoruba.

Grupo de Mulheres Felipa de Sousa. Ao telefone, quando fui marcar a entrevista com a Adetoun, embora sabendo de suas ocupações e viagens por conta da ONG que dirige, senti a disposição dela em me conceder a entrevista, o que de fato aconteceu. A entrevista na sede do Grupo se deu num clima bastante ameno, apesar das interrupções pelas chamadas ao telefone. Bastante séria, dificilmente esboça um sorriso, mas não se negou em momento algum a passar todas as informações quando indagada. Adetoun, falou da sua dificuldade de ser mulher negra, embora de pele bastante clara das suas entradas nos colégios e da proteção de sua avó. Fala como foi o tratamento das freiras ao perceber que era uma menina de orientação sexual diferente das ditas normais, da clandestinidade. Talvez tenha sido a cor de sua pele a responsável por certas barreiras entre os seus familiares e nas escolas por onde passou.

Olha, Regina, eu acho que para eu ser mulher negra foi mais difícil do que ser lésbica. Porque eu sempre fui criada num processo muito grande de embranquecimento. A minha avó materna era negra, mas os seus dois maridos foram portugueses, e ela sempre pregou dentro de nossa família que precisava “limpar a barriga”. Eu fui criada para ser branca. Então, eu sempre fui educada a negar a minha negritude(...). Inclusive, tem uma cena que me lembro, quando estudava no Instituto de Educação, que era a minha avó que me levava para a escola. Um dia ela me pediu que por favor não a chamasse de avó. Eu não entendi. Então ela me respondeu: ‘porque eu não quero que você venha a sofrer’. (...). Então me reconhecer como negra foi muito mais dolorido do que saber que eu era lésbica.

Kainda, nome próprio feminino, africano, originário do Quênia, da língua Tharaho, quer dizer A filha do caçador. Negra de pele preta, 60 anos, solteira, professora e arte-terapeuta, militou pela primeira vez no movimento estudantil e depois foi ser militante do movimento negro, movimento de mulheres negras, com passagem rápida no movimento feminista. Moradora de Jacarepaguá, Rio de Janeiro, é atualmente militante e ativista do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Kainda me concedeu a entrevista em seu consultório de arte-terapia na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro. Mulher muito agitada, ao mesmo tempo, passava um ar de muita tranqüilidade e com muita vontade de esclarecer ponto por ponto a entrevista. Muito mística, contou história sobre a ancestralidade e agradeceu muito pela lembrança de seu nome para fazer parte desse trabalho.

Adebumi, nome próprio, é originário da Nigéria e quer dizer riqueza ou realeza, é negro, tem 52 anos, casado, jornalista e fotógrafo. Sem partido político definido, mora no subúrbio da Leopoldina. Sua primeira militância em movimento social foi no

movimento estudantil da época do Calabouça e a seguir no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), instituição do movimento negro. Ele conta que quem o levou a buscar a sua identidade foi o seu pai, pessoa vivida no samba. Afirma que foi vítima de discriminação racial em diferentes lugares, desde a escola por professores e colegas até nos transporte urbanos.

Adetokumbo, a honra que veio de além mares, 62 anos, solteira, professora universitária, residente em Jacarepaguá, homossexual, sua primeira militância foi no movimento estudantil(Calabouça).

Aisha, ela é vida. Mulher negra, 59 anos, viúva, homossexual, um filho, bibliotecária, militante do movimento de lésbicas do Rio de Janeiro, residente no centro da cidade, sua primeira militância foi no movimento negro, no Grupo de Trabalho André Rebouças.

Chioma, Deusa bonita, não declarou a idade, raça negra, heterossexual, casada, 2 filhas, Pedagoga, reside em Copacabana, primeira militância foi no movimento negro. Ex secretária de governo no período de Leonel Brizola.

Chiku, de cor preta, tem 52 anos, heterossexual, mora no bairro da Mangueira, é casado, pai de cinco filhos, pedagogo, por várias gestões secretário executivo do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP), militante do Movimento Negro.

Kambo, que é de cor preta, tem 62 anos, heterossexual, mora no bairro de São Cristóvão, é divorciado, fotógrafo, pai de quatro filhos, por várias gestões presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), militante orgânico do Movimento Negro.

Kwavera⁵ é mulher negra e lésbica, 62 anos, homossexual, Coordenadora Executiva da ONG Coletivo de Mulheres Negras Coisa de Mulher (COLERJ). Uma das fundadoras da ONG CRIOLA, em relação ao seu estado civil se diz namorante⁶. Kwavera, além de ser assumidamente lésbica, também diz ser feminista e militante do movimento negro. A informante é extremamente engraçada, agradável, desinibida e calorosa .

Kwavera é uma mulher de altura mediana, mais para alta, com um corpo bastante avantajado em relação às outras mulheres, seus cabelos são muitos cheios,

⁵ Kwavera, nome próprio feminino, originário da Nigéria, da língua Swahili. Quer dizer Alvorecer, Amanhecer.

⁶ O termo namorante é uma palavra nova usada entre as lésbicas, que quer dizer estou de namoro, mas nada muito sério.

longos e rastafari. Tráz uma beleza que é peculiar, que vem através da ternura e meiguice no seu olhar.

Kanoni, pequeno pássaro, Quênia, 67 anos, raça negra, heterossexual, divorciada, 3 filhos, assistente social, reside atualmente no Estado do Rio de Janeiro em Lumiá. Primeiro militou no Partido Comunista, com rápida passagem no movimento feminista.

Anita, mulher branca, 55 anos, homossexual, classe média, moradora da zona Sul do Rio de Janeiro, curso superior, feminista.

Jenifer, mulher branca, 68 anos, heterossexual, classe média, moradora na zona sul de Niterói, curso superior.

5 – Estrutura da dissertação

Esta dissertação é composta por três capítulos. No capítulo 1, procuro apresentar o processo da constituição do Movimento Negro tendo como marco de referência a década de trinta. Optei por traçar uma linha evolutiva entre o movimento negro contemporâneo e as diferentes formas organizativas anteriores que os negros encontraram para impor a sua presença em face ao processo de escravização e à violência do projeto de colonização instaurado nesse país desde o século XVI. Ao final, pergunto qual o local que as mulheres e qual o status da discussão sobre o feminino e sexualidade no interior desse movimento.

No capítulo 2, abordo o movimento feminista no Brasil. Busco identificar as suas etapas de desenvolvimento, suas lideranças, suas principais bandeiras, as dificuldades enfrentadas, suas conquistas e derrotas. Assim como no capítulo 3, aqui também indago os lugares que as questões raciais e sobre a sexualidade ocupam no seu debate recente.

No terceiro capítulo, examinarei o processo de formação de um movimento lésbico-negro no Rio de Janeiro, tentando captar como tal movimento se inscreve em um esforço de combater a invisibilidade que afeta as afrodescendentes lésbicas. Também tentarei identificar as perspectivas de atuação, os projetos, a estrutura formal e informal de alianças, os caminhos percorridos, as dificuldades enfrentadas e as vitórias

alcançadas. Mas, principalmente, examinarei as motivações contextuais da criação das organizações que emblemizam o movimento lésbico-negro: o Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM) e o Grupo de Mulheres Felipa de Souza.

CAPÍTULO 1

DO QUILOMBISMO AO MOVIMENTO NEGRO

Este capítulo tem como objetivo examinar o processo de constituição do movimento negro brasileiro, desde a construção da Frente Negra Brasileira na década de 30, passando pelo Movimento Negro Unificado, do final da década de 70, até chegar à constituição dos movimentos sociais negros contemporâneos. Ele tem como pressuposto o fato de que é inegável que, historicamente, os negros têm sido ativos no Brasil desde o período escravista. Isto porque desde então, eles têm resistido à violência, à discriminação e à desigualdade social e econômica, seja através de rebeliões, motins, levantes e insurreições coletivas, seja através de pequenas, mas significativas, revoltas individuais. A idéia da existência dessas resistências se opõe às imagens correntes sobre o comportamento político dos negros: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual e “*aceitação tranqüila*” da escravidão e da discriminação.

Buscarei analisar a resistência negra expressa em movimentos armados, a exemplo dos Quilombos de Palmares, como também aqueles iniciados em 1807, na cidade de Salvador, culminando na famosa Revolta do Malês em 1835. Na escrita dessas memórias, não perderei de vista a emergência do movimento negro na contemporaneidade e a sua importância no processo de afirmação política da população negra. Essa história do movimento negro estará centrada no contexto do Rio de Janeiro, campo definido para o desenvolvimento desse estudo.

1.1– Os quilombolas

As mais antigas organizações de negros no Brasil de que se tem notícia são, sem sombra de dúvidas, os quilombos, os quais mesmo aqueles pequenos em extensão e população, mostravam extrema capacidade de articulação. Ser membro de um quilombo significava estar em constante confronto com as forças de repressão a serviço da

manutenção do sistema escravocrata, razão pela qual eles são hoje invocados como símbolos da resistência negra à opressão.

O Quilombo dos Palmares é até hoje o mais conhecido e o mais examinado. Segundo estudiosos, a organização do Palmares existiu na Serra da Barriga, atual município de União dos Palmares, em Alagoas, entre os anos de 1630 a 1695. Sua localização era de difícil acesso, pois ficava no alto da histórica serra. Próximo ao de Palmares encontravam-se outros quilombos que se localizavam em torno da referida serra, tais como os da Mata de Cacau e dos Campos de Garanhuns. O Quilombo de Palmares estava localizado no ponto mais alto da serra, entre densas florestas, com abundância de madeira, caças, grande volume de água e a facilidade dos meios de defesa da região. Com mais de duas mil habitações, Palmares foi a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente africano (Moura 1981, Rufino, 1983, Lopes ,1988 ,Carneiro ,1966, Reis ,1986).

De acordo com Luna (1968), um manuscrito do Barão de Dumont, que se encontra no Instituto Geográfico e Histórico do Rio de Janeiro, apresenta os detalhes da formação arquitetônica político da *Tróia Negra*. Havia no quilombo um ministro de Justiça para as execuções necessárias e um presidente da República - “*venerado por ser o mais valente, era escolhido em assembléia com cargo eletivo e vitalício*”. Luna ,1968,p. 38.

O mais conhecido deles foi Zumbi, na língua nativa Rei, versão contestada por alguns pesquisadores que preferem “*Senhor Grande*” como significado da palavra.

Os quilombos tinham como objetivos específicos livrar-se do jugo colonial e decretar a abolição da escravatura. Também queriam recuperar a cultura africana que sofrera uma terrível desagregação com o regime da escravidão. Era assim a República dos Palmares, um estado governado por ascendentes africanos (quilombolas) dentro do Brasil. Durante mais de 60 anos mantiveram esse regime, conservaram a República em constante e sangrentas lutas externas. Trata-se de algo tão inacreditável que Artur Ramos, 1971, p.62, considera que “*a crônica de Palmares ainda se acha envolvida num espesso véu de lenda*”.

Alguns estudos confirmam que a prosperidade dos quilombos despertou a atenção das autoridades e as primeiras expedições armadas foram enviadas. A partir daí, inicia-se o calvário de Palmares. Há quem afirme que durante 67 anos de Palmares, vinte cinco expedições foram incursas contra este quilombo. Grandes vitórias tiveram os

quilombolas, mas a última expedição comandada por Bernardo Vieira de Melo alcançou seu objetivo: a destruição do quilombo e do seu líder (Luna, 1968).

Quanto à morte de Zumbi há controvérsias. Para alguns estudiosos, como Austricliano de Carvalho (apud Luna, 1968), Zumbi foi capturado, por traição, e, portanto, não cometeu suicídio; teve a cabeça decepada e enviada como presente ao governador Caetano Melo e Castro. Na carta de Domingos Jorge Velho ao rei de Portugal comunicando a queda de Palmares, data a morte de Zumbi de 20 de novembro de 1695.⁷

No período escravocrata sobressai-se também um outro tipo de organização quilombola, ainda pouco estudada, que são os quilombos urbanos abolicionistas.⁸ Para Silva (2003) esse modelo de quilombo veio se contrapor ao modelo tradicional, conhecido como quilombo-rompimento, que tinha como característica a adoção de uma política de esconderijo e de total segredo sobre as ações que desenvolviam no seu cotidiano e sobre as suas lideranças.

Já nos quilombos abolicionistas há toda uma disposição em deixar claro que as lideranças são *“cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente muito bem articulado politicamente”* (Silva,2003,p.56). Assim, há o surgimento de uma nova era trazendo novas lideranças, as quais desenvolveram papel importante entre as comunidades de fugitivos e a sociedade escravocrata. Com exemplo desses novos modelos de organizações Silva (2003) aduz dois importantes quilombos que se tem notícias: um na cidade do Rio de Janeiro chamado quilombo do Leblon⁹ e o outro na cidade de São Paulo, chamado quilombo do Jabaquara.¹⁰

Sobre o quilombo do Leblon, ele diz que foi idealizado por um comerciante português cujo nome era José de Seixas Magalhães, na época em que o Rio de Janeiro era capital do Império. Senhor Magalhães, com a cumplicidade de alguns abolicionistas, escondia os escravos fugitivos na chácara, os quais, em troca da liberdade, ajudavam na

⁷ -Pouco se sabe sobre o envolvimento e participação das mulheres negras em movimento de quilombagem, pois a produção historiográfica não tem se debruçado sobre essa questão. Sobre essa temática encontrei apenas uma referencia muito esparsa sobre a participação de uma mulher negra líder de quilombo em Mato Grosso. Era chamada de Rainha Tereza de Benguela, que liderou o quilombo do Piolho no século XVIII. Já na região cafeeira e canavieira do Rio de Janeiro, em Pati do Alferes no município de Vassouras tem se registro também do Quilombo de Manoel Congo onde tinha intensa participação, também como líder, a sua mulher Maria Criola.

⁸ Sobre os quilombos abolicionistas consulte o texto: Rui Barbosa e o Quilombo do Leblon:Uma instigação de história cultural. [http://www.casaruibarbosa.gov.br/eduardo silva/main quilombo.html](http://www.casaruibarbosa.gov.br/eduardo%20silva/main%20quilombo.html)

⁹ Para melhor esclarecimento sugiro a consulta em As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura .[www.ihp.org.br/docs/es 19991116.htm](http://www.ihp.org.br/docs/es%2019991116.htm).

¹⁰ Para melhor esclarecimento sugiro que consulte Jabaquara m: pt.wikipedia.org/wiki/jabaquara(Santos)

plantação de flores. Alguns desses abolicionistas faziam parte da importante Confederação Abolicionista. O quilombo do Leblon, dentre outras coisas, tinha uma enorme importância simbólica para o movimento de libertação dos escravos, pois ali se produziam uns dos seus símbolos mais importantes: a Camélia.¹¹

O segundo quilombo descrito por Silva (2003) foi o de Jabaquara. Ele afirma que este foi a maior organização de fugitivos da história nessa nova atitude contra o julgo colonial. Sua organização era em torno da “casa do campo de um abolicionista”, onde os quilombolas ergueram suas moradias. Esse quilombo era apurado pelos vizinhos, inclusive por senhoras que o protegiam das investidas dos policias. Seu grande líder se chamava Quintino de Lacerda. Era um homem que conseguiu ter uma vida abastada, acumulou riquezas, ouros, imóveis e outros bens para os seus herdeiros.¹²

Embora aqui sejam destacados esses dois quilombos, outros existiram em outras partes do país conforme pode se ver na lista construída a esse respeito por Acildo Silva (2006): quilombo São José em Valença (RJ); quilombo Manoel Congo, em Pati Alferes (RJ); quilombo Isabel em Petrópolis, que contava com o apoio da Princesa Isabel; quilombo do Cupim no Recife; e o quilombo do Patrocínio, ligado ao abolicionista José Carlos Patrocínio. Esses, dentre outros quilombos abolicionistas, souberam estabelecer o jogo político da transição à liberdade dos cativos.

É inconteste que os afrodescendentes escravizados não foram passivos e muito menos totalmente massacrados pela prática cruel da escravidão. Mesmo na condição de escravos criaram e recriaram laços culturais e redes de solidariedade que lhes permitiam resistências, acomodações, confrontar e barganhar com o sistema escravista. Isso pode ser visto, além dos quilombos, nas atuações das Irmandades e nas rebeliões escravas.

¹¹ A camélia japônica era uma planta relativamente rara no Brasil, introduzida no Rio de Janeiro fazia alguns 60 anos, se tanto. Exatamente como a liberdade que se pretendia conquistar, a camélia não era uma flor dessas comuns, naturais da terra e encontradas soltas na natureza. Era, pelo contrário, uma flor delicada, especial, nova, estrangeira, cheia de melindres, que requeria ambiente, know-how, relações de produção, técnicas de cultivo e cuidados muito especiais. Trecho retirado em: Rui Barbosa e o Quilombo do Leblon: uma investigação de historia cultural .www.casaruibarbosa.gov.br/eduardo_silva/main_quilombo.html

¹² Quintino de Lacerda foi um homem de sucesso, um administrador, articulador político, líder, intermediário entre o quilombo e a sociedade. Proclamada a república, Quintino continuou sua liderança na área do porto. Na greve de 1891, organizou com seus aliados o famoso “batalhão Silva Jardim”. Por ocasião da Revolta do Armada, 1893, Quintino ofereceu importante apoio ao presidente da República, General Floriano Peixoto. Por isso foi condecorado major honorário do exército. Em 1895, com a maioria de votos do povo de Jabaquara e em flagrante desacordo com a política local, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Santos. Trecho retirado em Rui Barbosa e o Quilombo do Leblon. uma investigação de história cultural. www.casa_rui_barbosa.gov.br.

1.2 - O Movimento das Insurreições: As Revoltas dos Negros Haussás

A Revolta dos Negros Haussás foi considerada como marcada por uma forte motivação religiosa. Isto faz bastante sentido se levarmos em conta que o lugar de maior concentração de negros da religião maometana foi na Bahia.

Diferentemente dos outros negros africanos, os Haussás apresentavam um porte físico atlético, tinham grande capacidade estratégica e eram muito dedicados ao trabalho. Usavam barba e cavanhaque, por isso, eram vistos como os aristocratas da raça negra escrava (Luna, 1968).

No período de 1807 a 1813 os Haussás se revoltaram quatro vezes. Nas três primeiras vezes não conseguiram ultrapassar a fase de conspiração. Assim, somente a revolta instalada em 1813 apresentou algumas conseqüências mais efetivas.

O desfecho da primeira revolta foi previsto para o dia 28 de maio de 1807. A tomada do poder era o grande desejo dos revoltosos. Alguns estudiosos comentam que se a ação dos revoltosos fosse vitoriosa teríamos uma República Negra nos moldes daquela almejada pelos palmarinos. Mas o plano não foi adiante. Rumores chegaram às autoridades, agentes do governo se infiltraram entre os conspiradores e os Haussás foram esmagados (Luna, 1968). Mas o sonho não se desfez.

Dois anos depois, estavam os Haussás novamente conspirando. Dessa vez, o plano estratégico deles foi diferente: negociaram uma união com os negros de origem Nagô, temidos pela sua valentia.¹³ A ação foi prevista para a noite de quatro de janeiro de 1809, antevéspera do dia de Reis. Em função do grande confronto com o poderoso aparato militar, os revoltosos foram obrigados a se entrincheirarem no Recôncavo, onde foram derrotados

Os Haussás tinham uma disciplina rígida, em face da religião maometana, sendo também sectários e persistentes nos seus intentos. A história revela que quatro anos depois organizaram outro levante, marcado para o dia 28 de fevereiro de 1813, esse com

¹³ - Artur Ramos (1956, p. 48) lembra que: “na preparação do movimento quilombola muito contribuiu uma sociedade secreta dos nagôs, denominada Obgoni ou Ohobo Ogbgoni ou Ohobo. Conforme informa Ramos era uma poderosa organização à semelhança de congêneres na África Ocidental e que zombou da vigilância dos senhores e das autoridades. Era uma defesa dos negros espoliados no Novo Mundo.”

maior expressão. O bairro de Itapoã foi o lugar escolhido para que mais de quinhentos negros se aglutinassem com intuito de enfrentarem a força militar do Governo do Conde dos Arcos. Vários pontos de luta foram mapeados. Ocorreu uma sangrenta batalha nas ruas da cidade, não poupando sequer os negros que se recusaram a fazer parte do combate. Um verdadeiro pandemônio: pessoas mortas, casas em chamas. Após o controle dos rebelados, os chefes foram degolados e os prisioneiros restantes submetidos a severos castigos corporais e torturas mentais (Luna ,1968).

Embora sendo manifestações de protestos, a finalidade dos quilombolas de Palmares e dos mulçumanos era diferente. Os primeiros lutavam pela libertação do jugo colonial e os segundos travavam uma luta com forte conotação religiosa. Estes moviam guerra e morte a todos aqueles povos que não fossem seguidores de suas crenças.

A natureza dessas rebeliões, segundo Carneiro (1966.p.72), é que:

As revoltas Malês dos negros Haussás em 1807, 1809,1813 e 1816, dos negros nagôs em 1826,1827 e 1835, tiveram caráter principalmente religioso e foram desfechadas com o fim de matar brancos, tomar o poder e banir a religião cristã, em nome de Alá”.

Luna (1968,p.56) também acata essa interpretação quando afirma:

Estas insurreições foram nada mais, nada menos do que a continuação de longas e repetidas lutas religiosas e de conquistas levadas a efeitos pelos maometanos, no Sudão. Arrancados de seu “habitat”, esses negros aguerridos, valentes, conquistadores, não se sujeitaram à escravidão no Brasil, mas não como efeito de um protesto secundário que se seguisse logicamente a sua vida de opressão. A sua agressividade foi uma herança das lutas seculares de religião, que asseguraram na África o domínio do Islã (...). Em todos os grupos negros, da Bahia, onde existiam negros Haussás, a revolta existia, pode-se dizer em estado latente.

1.3 - As Revoltas dos Nagôs

Acalmada a fase das revoltas dos negros Haussás, teve início a fase de protestos dos negros Nagôs, em Salvador. Nessa época o Império estava passando por momentos de grande tuburlência por causa do peso das crises internas e externas criadas em consequência da Independência. Na crise os nagôs aproveitaram para conspirar.

Havia muita semelhança entre os Nagôs e os negros Haussás, pois suas convicções revolucionárias, eram movidas pela fé da religião Islâmica e ambos os grupos demonstravam muito pouco interesse pelos objetivos da luta que os outros negros desenvolviam contra a escravidão. Os planos de luta eram todos escritos em árabe, e os locais de encontros para desenvolvimento da estrutura organizativa e estratégia eram nos templos maometanos. Os chefes das revoluções eram chamados de *marabus ou alufás*.¹⁴

Os Nagôs não usaram as mesmas táticas dos Haussás. Enquanto os Haussás se concentravam em casas na cidade para fazerem os levantes, os Nagôs se concentraram em um quilombo nas matas do Urubu, situada no sítio Cajazeiras, conforme descrito por Artur Ramos (1971).

Dois motivos principais levaram à nova tática. A primeira foi criar maior obstáculo às forças de repressão e a segunda postergar o tempo de chegada de outros focos de luta vindos de outros locais. Luna (1968,p.62) analisa a estrutura tática desenvolvida pelos negros Nagôs, observando que ela visava “*não só dificultar a ação repressiva das autoridades, como aguardar a irrupção de outros focos de luta, nos engenhos e fazendas do interior, conforme haviam estabelecido na fase conspirativa da insurreição*” . .

Após um certo sucesso inicial dos Nagôs, as forças de repressão se reorganizaram com uma tropa regular e investiram novamente sobre eles. Nessa fase do confronto eles foram incapazes de fazer face ao melhor aparelhamento da força governamental. Assim, ocorreu a primeira considerável baixa dos negros nagôs.

Da noite do dia 24 para o dia 25 de janeiro de 1835, quando parte significativa da população de Salvador, se encontrava em Itapagipe, na festa do Bonfim, irrompeu a mais séria de todas as revoltas negras que se tem notícia. Segundo Moura (1981), nesse período, os conspiradores escolheram diferentes pontos de reunião na cidade de Salvador, que podiam ser em casa de família, como a do Inglês Abraham; no porão de Manoel Calafate, na loja de Elesbão, como também em clube como no Corredor da Vitória. Havia outros pontos de articulação fora da cidade, dos quais participaram os negros de Santo Amaro, Itaparica e de outras partes do Recôncavo. Os conspiradores previam que marcada a conspiração, diferentes grupos sairiam pelas ruas em diferentes locais, previamente combinados. Contudo, a revolta foi surpreendida por uma delação.

¹⁴ Palavras de origem africana. Segundo e o Dicionário Aurélio quer dizer: Sacerdote dos cultos dos negros malês ou mulçumis no Brasil.

Diferentes versões sobre o plano de delação, até hoje, são discutidos pelos estudiosos. A delação do plano do levante ao juiz de paz do 1º distrito da Sé, segundo Afrânio Peixoto (1989), foi feita por duas pessoas: um homem pardo, marceneiro e uma negô forra de nome Guilhermina. Nina Rodrigues (1977), em seus estudos sustenta que a delatora do plano sobre o levante foi de fato a forra Guilhermina.

Estudiosos observaram que os objetivos da rebelião espelhavam o regime do cativo, pois os rebeldes pressupunham que, com a vitória da insurreição, manteriam em regime de escravidão todos aqueles particularmente os mulatos odiados por todos eles, que se opuseram às suas práticas.

Com a notícia da conspiração, as autoridades policiais tomaram seus postos de combate e invadiram as casas dos africanos em busca dos revoltosos. Numa dessas casas, a do pardo Domingos Marinho, foram recebidos a tiros de bacamarte. Uns sessenta negros armados de espadas, lanças, facões, pistolas etc, ganharam as ruas aos gritos de ‘Mata Soldado’ e tentaram arrombar a cadeia. Repelidos, encaminharam-se para o Largo do Teatro, desbaratando outra força policial. Assim, inúmeras tentativas foram feitas com baixas de ambos os lados.

O chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins, mais tarde Visconde de São Lourenço, ao tomar conhecimento do levante, imediatamente partiu para o bairro do Bonfim, onde havia festa. Com a iminência de ataques diretos ao quartel de cavalaria, providenciou esconderijos para as famílias na igreja do Bonfim e dirigiu-se ao posto ameaçado. Recolheu no interior da igreja uma força de infantaria para atirar das janelas e estendeu no pátio uma linha da cavalaria, com a missão de repelir o assalto. Os rebeldes ali encontraram forte resistência e, por isso foram obrigados a debandar-se.

“*Seis negros armados e vestidos em trajes de guerra*”, depois de incendiarem a casa de seu dono, João Francisco Rates, no bairro do Pilar, partiram para o bairro Águas de Meninos, pensando estar os rebelados lutando. Ledo engano. O que encontraram pela frente, sem dó nem piedade foram os fuzis apontados para os seus peitos, e com somente um gesto foram eliminados sumariamente (Rodrigues, 1977, Ianni, 1972, Lopes, 1988, Luna, 1968, Peixoto, 1989) e outros, afirmam que os primeiros tiros saíram do porão da casa de um conspirador de nome Manuel Calafate. Destacamos aí a presença de alguns negros pelos seus atos de bravura e persistência como Luísa Mahim¹⁵, Agostinho, Ambrósio, Gaspar, Higino, Elesbão e outros.

¹⁵ Luísa Mahim, mãe de Luis Gama, que tem seu nome ligado às rebeliões dos negros mulçumanos da Bahia, pelo que sugere o apelido parece ser Gêge, da tribo Mahim, que no Brasil se pronuncia Marrim.

A forte crença religiosa, conjugada com a presunção da superioridade, era uma característica típica dos dois grupos étnicos aqui aludidos. Apresentavam-se como intransigentes e intolerantes e não aceitavam àqueles que não professassem a sua fé ou não reconhecessem a sua importância aristocrata. Isso os levou ao isolamento e, possivelmente, foi um dos fatores que contribuiu para as suas derrotas. Sobre isso vale registrar as palavras de Luna (1968,p137), com relação aos negros Haussás e Nagôs, quando analisa os resultados das derrotas que sofreram:

E, não poderia ser de outra maneira quando entre os próprios cativos que constituem uma só classe de explorados e oprimidos, havia preconceitos que os separavam. Um grupo considerando superior pelas suas concepções religiosas e absurdas vaidades de casta, trazia os demais em situação de inferioridade e desprezo, criando assim, no próprio ambiente da escravidão, uma pretensa elite odiosa e intratável, uma falsa categoria social que nunca poderia existir. Isso além de concorrer para a quebra da unidade do movimento de libertação negra, retardou em muito a vitória da causa mas nem os Nagôs e nem os Haussás compreenderam o fenômeno e continuaram a desfechar seus movimentos isolacionistas.

Os movimentos de revolta não ocorreram somente na Bahia. Houve ressonância em várias províncias do Brasil. Inspirado nos Malês, os negros escravos de várias partes se organizaram para lutar contra o regime escravocrata. Destaca-se aqui a Balaiada no Maranhão.

1.4 - Insurreição Armada: A Balaiada

A Balaiada tinha características diferentes das demais revoltas dos negros na luta contra a escravidão. Há quem entende, como por exemplo, Serra(apud Luna ,1968), que a luta dos balaieiros era um movimento de massas. Outros estudiosos consideram a Balaiada como um ato irresponsável, uma aventura política e expressão banditismo.

Alguns historiadores como Moura (1981) e Luna (1968) concordam com a tese de que a Balaiada, não era uma revolta exclusivamente de negros contra o sistema escravista, mas um projeto e protesto revolucionário com grande participação das massas contra todas formas de exploração do homem. Afirmam que o mentor da Balaiada foi um cafuzo, filho de preto com índio. A grande massa do povo passou a

chamar o movimento de Balaiada por causa de seus principais chefes, o branco Manuel Francisco dos Anjos cujo apelido era “Balaio”, em virtude de ter como ofício a venda de balaios.

O cafuzo Francisco Gomes com mais nove outros vaqueiros invadiram a cadeia da Vila de Manga, na região oriental do Maranhão, em 13 de dezembro de 1839. Libertaram os presos e, como não houve resistência por parte do policiamento local - ao contrário, receberam adesão do destacamento policial - instalou-se a revolta que por um curto período de tempo dominou toda a região.

No Maranhão temos que destacar a figura do preto Cosme. Segundo Moura (1981) o preto Cosme estava condenado à força e preso na cadeia de S. Luiz. Porém, evadiu-se, embrenhando-no sertão. Lá formou um quilombo nas cabeceiras do Rio Preto, com mais de 3.000 mil negros sob a sua direção. Não se tem notícias da vida social, econômica e nem organizativa desse quilombo. A própria personalidade do líder é apresentada apenas como a de um assassino vulgar, quando não de um megalômano ou paranóico.

Contudo, o que os estudiosos afirmam sobre as atividades do preto Cosme no seu quilombo é que, sob a sua liderança, foi fundada uma escola e desenvolvidas estratégias com piquetes de guerrilheiros que invadiam as fazendas mais próximas para furtarem víveres e buscar novos insurrecto (Serra apud Luna ,1968).

Preto Cosme tinha suas posições independentes, tanto assim que foi reconhecido por Caxias que, ao informar haver ter pacificado a Província, escreve: *“Se a estes (os efetivos dos balaios) adicionarmos 3.000mil negros aquilombados sob a direção do infame Cosme, os quais só de rapina vivem.temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram”* (Lopes, 1988,p.50).

O certo é que, juntamente com os grupos revoltosos de Manuel Balaio, iniciaram a marcha sobre a cidade de Caxias. Sitiaram a cidade, instauraram uma junta governativa tomando para si a responsabilidade de preparar a defesa da cidade e entender-se com as autoridades locais. Segundo Moura (1981), de longe se ouvia os cantos de protesto dos quilombolas, do preto Cosme, em uma espécie de bloco afrorevolucionário, cantando pelas ruas da cidade:

“O Balaio chegou!”

O Balaio chegou!

Cadê o branco?

Não há mais branco!

Não há mais sinhô!”

Os relatos desse movimento falam também sobre a traição que o Preto Cosme e seus autênticos quilombolas sofreram pela ala política dos Bem-Te-Vis¹⁶. Estes aproveitaram-se do movimento de massa para obter cargos e posições. A desunião levou ao declínio do movimento. Numa perspectiva de anistia, anunciada pelo presidente da Província, alguns líderes balaios brancos e mestiços passaram para o outro lado. O lema era: “Combater os quilombolas para conseguir o perdão”(Luna ,1968).

Com a rendição de um grande número de quilombolas e da espetacular fuga de Preto Cosme, veio o sentimento de frustração por parte das autoridades. Todos tinham interesse em por as mãos no preto Cosme, visando o benefício da anistia. Não mediram esforços. Até que um dia Preto Cosme com mais de dois mil quilombolas foi atacado, preso e enforcado em São Luiz do Maranhão.

Como já referimos alhures, é importante ressaltar que mesmo antes do início da revolta, muitos negros já estavam lutando nos diferentes quilombos, espalhados por São Luís. Portanto, como em todo movimento revolucionário pela luta da libertação no Brasil. foi de grande valia a influência dos negros africanos na Balaiada.

Em declínio a Balaiada, os quilombolas continuaram a lutar como antes já faziam. Tanto é verdade que a história registra as negociações feitas pelo Duque de Caxias para a concessão de anistia aos balaios, em troca de sua participação no combate aos negros quilombolas.

É claro que os balaios tinham objetivos diferentes dos negros e a abolição do cativeiro só veio fazer parte do programa muito depois da adesão dos quilombolas. Assim, tendemos a afirmar que não há dúvida de que os negros africanos viram na Balaiada mais um meio para chegar a um fim, isto é, a extinção do regime escravocrata.

Os negros no Brasil se envolveram em outras formas de luta de contestação do regime escravocrata e de busca de sua liberdade, lutas essas que culminaram no grande movimento social do abolicionismo que fez ruir o sistema da escravidão. A abolição, contudo, atingiu apenas os 5% da população que ainda estava na condição de escrava, uma vez que o restante da população negra do Brasil já tinha alcançado a liberdade, muitos dos quais em função desses movimentos sociais.

¹⁶ Segundo Luna (1968) existia duas alas políticas revolucionárias da época: Um eram os Balaios e outro eram os Bem-Te-Vis dissidentes dos Balaios. A diferença entre um e outro era que os Bem-Te-Vis tinham uma posição política mais ambiciosa. Os Bem-Te-Vis para conseguir cargos e prestígios políticos no governo da época, traíram o ideário revolucionário atrelando-se ao governo da província

A abolição não significou o fim das lutas e reivindicação dos negros, mas sim uma outra fase em torno do combate à discriminação, ao racismo e pela afirmação da identidade do negro no Brasil.

Pós abolição os escravos se depararam com um novo tipo de situação. A questão de uma sobrevivência mais digna do que no regime escravocrata era o que todos os escravos lutaram para obter, Mas a falta de escolaridade, de preparo profissional, a falta de um ofício que pudessem pleitear um lugar no comércio foram fatores fundamentais para que grande parte desses escravos ficassem perambulando pelas ruas. Sem nenhuma perspectiva diante de si e tão distante do solo africano muitos deles não tiveram outra alternativa senão retornar as fazendas de onde tinham saídos. Mas mesmo com essas situações desfavoráveis uma grande parte desses escravos se organizaram e conseguiram propor uma nova forma de luta .

Conforme aponta Cardoso (2002), uma das formas encontradas pelos afros descendentes para minimizar essa terrível situação foi a criação de diversas organizações e grupos específicos de negros (associações religiosas e culturais, centros recreativos, clubes¹⁷, jornais) em toda parte do Brasil, fundamentalmente nas grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em algumas cidades interioranas .

1.5 – Movimentos pós-abolicionistas

Criada para assegurar uma maior participação dos cidadãos nos destinos da nação, o que se assiste é um ressentimento das classes médias e operárias urbanas com a República. Estes setores, ainda que crescendo, se vêem cada vez mais envoltos pelas severas restrições da República à sua

¹⁷ Os clubes se caracterizavam pela sua função social e objetivavam contribuir para a elevação da auto-estima dos negros, incluí-los na sociedade e estabelecer uma estrutura organizativa comunitária marcada pela solidariedade e pelo cooperativismo.

participação política. Isso se dá em favor da concentração de poder nas mãos da elite da época: a oligarquia dos fazendeiros.

Vale ressaltar, também, que nesses primeiros anos do estado Republicano, o Brasil vai testemunhar várias revoltas violentas, principalmente de parte dos brasileiros pobres e membros da classe operária que se opunham radicalmente às políticas desse Estado dominado por essa oligarquia dos fazendeiros. As inquietações vão se manifestar em varias regiões do Brasil em diversos movimentos “tais como o motim naval em 1910 no Rio, a Revolta do Contestado em Santa Catarina (1912 – 1916), a greve geral de 1917 e o levante anarquista de 1918” sendo que a maior oposição a essa República vai se dar com os jovens oficiais do Exército que se rebelaram contra a sua corrupção e estagnação, formando assim o tenentismo, em 1922 no Rio de Janeiro.

Nesse contexto os negros, através das suas organizações, também apresentavam as suas demandas e reivindicavam o reconhecimento da sua condição de cidadãos por parte do novo estado republicano. Afinal a República vinha tratando-os particularmente mal. Começou privando a maiorias dos negros do direito de participar da política, negando voto aos analfabetos. Os negros do Brasil assistiram a República investir na imigração e estrangeiros, enquanto se recusava a gastar qualquer quantia com os trabalhadores negros nascido no Brasil.

No âmbito da educação pública, exigências dos negros eram constantemente barradas. Mesmo votando no Partido Republicano - os poucos que tinham facultado esse direito – não foi garantido a eles acesso aos empregos públicos. Esses empecilhos, criados por uma política que deveria ser pública e ampla, levaram os negros a reforçar suas lutas em prol das suas causas.

Por isso, quando a resistência à República ganhou forças durante a década de 1920, correntes similares também começaram a se movimentar na comunidade negra. Em suma, a sociedade mais racialmente aberta, essas correntes poderiam ter arrastado os afro-brasileiros para o movimento operário, o movimento dos tenentes ou o Partido Democrático. Mas foi aplicado o mesmo padrão observado nas irmandades religiosas, nos clubes sociais e nos clubes atléticos. Os homens negros eram proibidos de ingressar no corpo de oficiais, e por isso não puderam participar do tenentismo. O movimento operário de São Paulo permaneceu dominado por líderes imigrantes; e os membros da classe média e da elite de ambos os partidos - Republicano e Democrático- não tinham nenhum interesse em ver os afro-brasileiros participando ativamente nos partidos políticos. Em vista disso, quando os negros procuraram maneiras de se associar à crescente oposição à República, começaram a pensar em termos de

formar sua própria organização política afro-brasileira. Andrews (1988, p. 226)

Em nome da afirmação da cidadania negra e do combate ao racismo, a organização do negro no Brasil nas primeiras décadas da República incluía desde a criação de associações de homens de cor, passando pela realização dos Congressos afro-brasileiros, organização de artistas negros, da imprensa negra, chegando à ousada empreitada da Frente Negra. Está em pauta nessa movimentação a construção de uma nação mais inclusiva que não relegasse a população negra à posição subalterna, mas que a reconhecesse como construtora dessa nação. Partindo desse pressuposto seria dever desse Estado garantir-lhe cidadania plena e não tutelada como parecia insistir a elite retrógrada e racista.

1.6 – A imprensa negra

Durante o período de 1903 a 1963 surgiram cerca de 20 jornais escritos por negros. Segundo depoimento dado em 15 de junho de 1975 pelo fundador de um deles, José Corrêa Leite, a imprensa negra independente era executada por homens de poucas posses, como o auxiliar de farmácia Jayme Aguiar, pequenos funcionários e outros negros de igual condição econômica (Moura, 1983). Uma das características marcantes desses jornais era a de não ter nenhum patrocínio e nem tão pouco anunciantes. As vendas avulsas não tinham o retorno suficiente para pagar os gastos, portanto, sobreviviam da contribuição vindo da comunidade de afrodescendentes. Assim, as dificuldades em editar, publicar e divulgar os jornais eram constantes.

José Corrêa Leite descreve a importância política e os objetivos do nascimento da imprensa negra ao dizer:

A comunidade negra em São Paulo vivia como uma minoria que era, com as suas entidades e seus clubes. Por isto, tinha a necessidade de ter um veículo de informação dos acontecimentos sociais que tinham na comunidade, porque o negro tinha as suas comunidades: uma série de comunidades recreativas e sociedades culturais. Como é natural, a imprensa branca não ia cuidar de dar informações sobre as atividades que

essa comunidade tinha. Daí surgiu a imprensa negra. Havia também nossos literatos, nossos poetas que queriam publicar os seus trabalhos e essa imprensa faziam essa função: de servir de meio de comunicação.(...) então na nossa imprensa fazíamos notícias de aniversários, de casamentos, de falecimentos.(...) ainda não tinha surgido um movimento ideológico, um movimento de luta de classe(Apud Moura ,1983, pg.65)

Jayme Aguiar, um outro membro fundador da Imprensa Negra, em seu depoimento, narra com mais detalhe o nascimento dessa imprensa:

Os negros tinham jornais das sociedades dançantes e esses jornais das sociedades dançantes só tratavam dos seus bailes, dos seus associados, os disse-que-disse, as críticas adequadas, como faziam os jornais dos brancos que existiam naquela época:jornal das costureiras, jornal das moças que trabalhavam nas fábricas e outros(...).(Apud Moura ,1983,p.27)

O Menelik foi o primeiro jornal “associativo” surgido na cidade de São Paulo. É importante assinalar que esse jornal foi responsável pelo impulsionamento de um fenômeno ímpar no Brasil: a Frente Negra Brasileira. Segundo comentário do poeta Deoclesiano Nascimento, um dos fundadores do jornal, a sua criação foi inspirada na guerra entre Abissínia e Itália. Por exigência de uma parcela da comunidade negra paulista, que reivindicava um jornal com um conteúdo mais profundo, fundou-se o jornal O Clarim, por Deoclesiano e Corrêa Leite, em 6 de janeiro de 1924.

Posterior ao Menelik, surgiram: O Xauter e a Rua; em 1918, O Alfinete; em 1919, O Bandeirante e O Liberdade; em 1920, A Sentinela; em 1922,O Komos; em 1923, O Getulinho; em 1924, O Clarim e o Elite; em 1929, O Auriverde, O Patrocínio e o Progresso;em 1932, A Chibata; em 1933, A Evolução e a Voz da Raça; em 1935, O Clarim da Alvorada, O Estímulo, A Raça e A Tribuna Negra; em 1936, A Alvorada; em 1946, O Senzala;em 1948, O Novo Horizonte; em 1950, O Mundo Novo; em 1957, O Novo Horizonte; em 1958, O Notícias de Ébano; em 1960, O Mutirão, em 1961, O Hífen e O Níger; em 1963, O Nosso Jornal e o Correio d’Ébano.(Moura ,1983); Cardoso,2002)

É necessário lembrar que os organizadores destes veículos de comunicação desejavam levar informações e difundir as suas idéias à comunidade negra. Foi nesse

espírito associativo que a imprensa negra existiu, por quase vinte anos, principalmente, na cidade de São Paulo.

A importância da criação e continuidade da imprensa negra residia em diferentes elementos. Além de constituir-se em um veículo aglutinador de informações e propagador das idéias da comunidade afrodescendente, exercia uma influência considerável nas comunidades em que pretendia atingir ao estimular o associativismo.

Os jornais surgiram pautados em poesias e informações sociais. Em face das cotidianas práticas de preconceito e racismo em diferentes setores da sociedade a imprensa negra, paulatinamente, foi inserindo em suas páginas discussões de cunho mais reivindicatório e passando a se manifestar contra o racismo.

As transições entre um tipo de abordagem e outra não foram pacíficas. Com efeito, ela gerou dissidências que conduziram à cisão entre grupos. Uma parcela dos afrodescendentes criou uma nova imprensa ideologicamente mais combativa, uma “imprensa negra” de protesto.

Uma das primeiras publicações da “imprensa negra” foi “O Novo Horizonte”, fundado em 1948.(Moura,1981). Do ponto de vista organizativo, isto é, financeiro e institucional, a situação não era muito diferente dos primeiros veículos de comunicação, criados e controlados pelos afrodescendentes mais velhos. Os seus fundadores saíam com os jornais embaixo dos braços para vendê-los ou entregá-los na comunidade dos afrodescendentes. Essa ausência da estrutura foi, possivelmente, uma das razões do seu desaparecimento em 1955.

O movimento de criação de publicações relacionadas à causa negra continuou ao longo dos anos de 1950 indo até o início da década seguinte, incluindo além dos jornais, revistas como “Ébano” e “Níger”. Contudo, todos eles tiveram vida efêmera e a distância entre os seus nascimentos e desaparecimentos era sempre muito pequena.¹⁸ Além das dificuldades logísticas, de acordo com Hanchard (2002) também contribuiu para o pequeno tempo de vida dessa imprensa a falta de clareza ideológica.

Neste sentido, referindo-se à experiência paulistana, escreve Camargo (1979,p.30):

Os jornais que representam o pensamento da coletividade
negra variam segundo a múltipla experiência do negro da

¹⁸ idem

vida paulistana. Alguns ficaram apenas no nível do contato de notícias sobre pequenos grupos de negros; outros alcançaram um alto nível de exposição de idéias; outros ainda se propuseram a ilustrar e preparar o negro para o livre debate e procurar soluções dos problemas comuns sentidos dentro da coletividade negra.

Na perspectiva de manter um espaço ideológico em conjunto com a divulgação de informação independente e no resguardo à tradição de luta da população afrodescendente, articula-se, na década de 30, a FNB - Frente Negra Brasileira-, o mais expressivo e maior movimento político organizativo dos afro descendentes no Brasil.

1.7 - A Frente Negra Brasileira

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931. O endereço da sua sede permanente era a Rua da Liberdade, 196, na cidade de São Paulo. O seu desenvolvimento se deu em um momento crítico da história política, econômica e social do nosso país já que a partir da década de 1930 a sociedade brasileira assistiu à implementação de uma nova ordem social e cultural por parte do Estado. Tratava-se da gestação de um projeto com pretensão hegemônica que tinha como ponto de partida a afirmação de uma cultura nacional popular. Isso certamente influenciou a sua estrutura ideológica, os seus projetos e a sua capacidade de intervir.

Vale também salientar que a Frente Negra Brasileira nasce no momento em que a ideologia da democracia racial assume sua forma mais acabada com a publicação, por Gilberto Freyre, do livro *Casa Grande & Senzala*. Entretanto o mito da democracia racial não pode ser atribuído somente à mente prodigiosa de Freyre. Toda uma geração de intelectuais acalentou a crença de que “o maior, mais significativo e mais edificante de nossa cultura é a irmandade racial”, conforme expresso pelo escritor Viana Moog (Motta e Santos, 1994, p86). Uma das razões fundamentais alegadas para esse processo de integração racial teria sido a fraqueza dos colonizadores portugueses em suas relações

com a gente de cor em suas colônias. Posteriormente, eles também sentiriam culpa e afeição por seus descendentes mestiços. Nesse contexto, parte da elite e intelectualidade brasileira abraçou e promoveu a idéia do país como um paraíso de unidade e integração racial.(Motta e Santos ,1994)¹⁹.

A FNB foi a espinha dorsal de diferentes entidades, organizações e grupos do movimento negro brasileiro.²⁰ Como foi dito anteriormente, do ponto de vista organizacional, o conjunto dos veículos de comunicação dos negros brasileiros era arcaico e frágil. Um dos motivos causadores dessa fragilidade era a baixa condição financeira daqueles que estavam à frente desses jornais. Foi através da formação da Frente Negra e da fundação do seu jornal “A Voz da Raça” (1936-1938) que a estrutura organizacional renovou-se, alcançando o mais elevado nível da época. A possibilidade de uma imprensa negra mais forte, ao seu turno, constituía um elemento importante no desenvolvimento do próprio movimento negro e, particularmente, da FNB.²¹

Entretanto, alguns estudiosos [(Moura, 1981, Rufino,1988, Rodrigues,1977)] das relações raciais no Brasil, referem-se uma falta de clareza ideológica da FNB, embora, acreditem que ela fosse mais inteligível e sistematizada do que as organizações similares que lhe precederam.

Talvez tenha sido esta falta de clareza ideológica que tornou a FNB mais suscetível à influência das idéias políticas e culturais predominantes. Sobre isso Hanchard afirma que: “A falta de postura ideológica bem marcadas também sugere a tendência reativa e rotineira de um movimento social que existiu sem uma base sólida na política partidária ou organizacional , no *continuum* esquerda-direita” (Hanchard ,2001 p.98). Ele à sua análise acrescenta que faltava à FNB e aos outros movimentos negros sociais brasileiros uma versão coerente do nacionalismo cultural, ou seja, uma doutrina de instituições afro-brasileiras separadas e autônomas baseada no “primeiro a raça”.

¹⁹ O mito da democracia racial bem como os seus efeitos prejudiciais começaram a declinar a partir dos anos 40, depois dos traumas raciais da segunda guerra mundial. Como estudiosos europeus estavam à procura de modelos de relacionamentos pacíficos entre grupos étnicos e raciais, a UNESCO decidiu, em 1950, montar equipes de acadêmicos e antropólogos para estudar as “harmoniosas” relações raciais brasileiras. O resultado desta empreitada foi a descoberta de um poderoso esquema de discriminação e segregação racial que teria levado a população de afrodescendentes, até aquele período, aos mais baixos níveis da pirâmide social. Entretanto, é importante notar que as razões alegadas para este inesperado racismo foram relacionadas mais à fatores de classe social e não à intolerância racial, consolidando o pensamento introduzido pela escola paulista entre os anos 40 e 50, cujo nome mais conhecido é o de Florestan Fernandes, que reconheceu o significado do racismo e da discriminação racista no Brasil capitalista e industrial, embora os considerando como uma aberração, como um elemento arcaico sobrevivente do passado senhorial, pré-capitalista e pré-industrial.

²⁰ - Consta que a Frente Negra Brasileira, chegou a ter nos seus quadros de sócios cerca de setenta mil filiados.

²¹ Não se faz ainda a história da frente Negra, que permanece assim algo legendária. Depoimentos, em textos e fita, dos protagonistas – Joviano do Amaral, Correia Leite, Renato jardim, Aristides Pereira, Deoclesiano Amaral, Raul Joviano dentre outros- esperam cotejo e inserção no quadro histórico.

É necessário lembrar, que a FNB durante muito tempo não se atrelou a nenhum partido político. A duras penas preservou a sua total autonomia e independência. Contudo, isso não significou um afastamento do campo da política partidária, nem assegurou – principalmente pela grande circulação em seu meio de noções extraídas do senso comum – a adesão a uma linha de reflexão bem demarcada. As implicações disso são apontadas por Hanchard ao dizer: “O conjunto amplo e contraditório de posturas condensadas numa única organização política acarretou coalizões com os socialistas em algumas partes do país e com os fascistas em outra”. (Hanchard ,2001,p.112)

Os anos quarenta foram de grandes confusões nas organizações negras, como afirma Aristides Barbosa: “Os negros ficavam sempre perdidos, quanto à questão da ideologia política. Na época da Frente Negra, a ideologia vigente era o integralismo, a linha nazista. Nesse período, os negros lutavam para não ser discriminados no dia a dia (...) os negros não estavam preocupados com questões do futuro.” (Apud Hanchard ,2001,103)

Embora tenha apresentado progressos, a Frente Negra Brasileira, atropelada pelo sistema, caiu em algumas contradições. Sobre isso (Hanchard ,2001, p.111) diz:

Para os ativistas afro-brasileiros (a rigor, não apenas para os brasileiros), existia o dilema de se engajarem em formas cotidianas de resistência, de se apropriarem dos códigos dominantes do pensamento e da expressão políticos, sem, contudo, serem tragados por eles. A solidariedade racial, portanto, apesar de resolver alguns problemas de conscientização e solidariedade coletiva, leva as novas contradições. Para Frente Negra Brasileira, essas contradições vieram sob a forma de uma luta contra o racismo, ao mesmo tempo em que se apoiava em um partido político fascista.

Uma outra contradição apresentada pela FNB aparece no depoimento de um de seus fundadores, Francisco Lucrécio, quando trata de uma milícia frentenegrina, organização para-militar.(Moura,1981) Nessa milícia os membros usavam camisas brancas, e recebiam rígido treinamento militar, possuíam carteira de identificação, com retratos de frente e de perfil. Essa identificação livrava-os de sofrerem constrangimento por parte da autoridade policial ao serem abordados, os quais supunham que aquelas pessoas que portavam esse documento eram de bem e não deveriam ser vistas como negros nocivos à sociedade.

Embora a FNB apresentasse uma confusa e complexa estrutura organizacional, não se pode contestar que essa organização apresentou planos mais inteligíveis e mais sistematizados que outras organizações afrodescendentes que a precederam. Assim, é importante destacar em relação a FNB a sua intenção de produzir uma articulação política em âmbito nacional e sua transformação em partido político. Além disso, a FNB

acreditava no investimento em educação para os negros por entender que os afro-descendentes seriam incluídos na sociedade à medida que conseguissem se firmar em diferentes áreas de conhecimento (Moura,1981). Dadesky (1988, pp.138-139) examina essa questão em “*A Dimensão Intercultural da Identidade Negra*”:

A Frente Negra Brasileira parece ter percebido muito bem os mecanismos de tal sistema. Sua estratégia de formação escolar ressalta esse desejo de aculturação, que se baseia sobre a interpretação da dependência social e econômica como conseqüência de uma relativa inferioridade cultural. Se a Frente Negra pensava que a assimilação da cultura dominante era o meio de pôr fim à discriminação de que era objeto, demonstrava, sobretudo uma aguda tomada de consciência sobre o poder instrumental da cultura ocidental e da necessidade de captá-la em sua fonte para não mais sofrer seus efeitos.

Essa “ilusão” com o poder da educação também contribuiu significativamente para que o nascimento do movimento negro se desse não como um fenômeno de massa, mas, sim, como resposta de uma minoria de intelectuais excluídos do poder lutando por uma ampla adaptação à ordem social vigente.

O golpe militar de 1937 fechou todas as organizações que fossem contra as posições ideológicas do governo Vargas. Nesse contexto, a pouca abertura democrática que o governo havia concedido à Frente Negra Brasileira também foi barbaramente atingida sendo esta impedida de funcionar. Essa ação não foi por acaso. Afinal de contas a Frente Negra guardava parentesco com a Ação Integralista Brasileira, de corte fascista, conforme atesta Rufino (1994).

De 1937 a 1978, muitas tentativas de retomar a luta contra o racismo de forma institucionalizada foram feitas. Registros apontam que entre 1940 a 1970, muitas organizações foram criadas, todas voltadas a investir em ações que incentivassem a participação política e o desenvolvimento artístico dos afro descendentes. Contudo, boa parte delas se desintegrou quase no seu nascedouro. Como exemplos desse tipo de organização podemos citar: o Centro de Cultura Afro Brasileiro criado em 1937, em Pernambuco; O Comitê Democrático Afro Brasileiro, da chamada “redemocratização” da sociedade brasileira, criado em 1945; o Museu de Artes Negras e a Convenção Nacional do Negro, criados em 1950; a Associação Cultural do Negro, em São Paulo e a Associação José do Patrocínio em Belo Horizonte, ambas em 1954 (Cardoso,2002).

Também merece destaque a presença de importantes organizações no Rio de Janeiro, a exemplo do Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944. Embora o

seu perfil fosse dramático, há historiadores que apontam que o Teatro Experimental do Negro do Rio de Janeiro era “quase um disfarce”. Foi o primeiro teatro criado exclusivamente para os afros descendentes, por artistas, professores, escritores e pelo ex-senador da República Abdias Nascimento²², talvez o mais antigo militante do Movimento Negro Brasileiro, ainda vivo (Rufino, 1994).

Na década de 50, o Teatro Experimental do Negro (TEN) contribuiu na criação de duas importantes organizações, uma especificamente de mulheres negras, quais sejam: O Conselho Nacional de Mulheres Negras, fundada por Maria de Lourdes Nascimento e a Associação das Empregadas Domésticas, liderada por Arlinda Serafim e Elza Souza, ambas empregadas domésticas. Dentro do próprio TEN, por iniciativa das mulheres, foi criado o corpo de ballet infantil.

Após 1954, observa-se um renascimento do movimento negro nas grandes metrópoles - Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador - e em outras capitais. Esse renascimento possibilitou aos negros se organizarem dentro de uma nova perspectiva, ou seja, programaram nova tática de enfrentamento do racismo na sociedade brasileira, a exemplo da fundação de entidades importantes como a Associação Cultural do Negro (ACN).

Uma das diferenças mais fortes entre as organizações dessa fase e aquelas criadas na década de 30 era a forma de organização administrativa. Ao contrário das suas predecessoras, a Associação Cultural do Negro (ACN), por exemplo, preocupou-se em assumir uma forma jurídica, elaborando um estatuto. Neste documento estava definida a composição da diretoria e dos seus vários departamentos: de Cultura, de Esporte, Estudantil, Feminino e uma Comissão de Recreação. Além disso, a estrutura da ACN incluía um braço jornalístico materializado na edição do Caderno de Cultura Negra.

Com a chegada da ditadura militar, as organizações negras sofreram novos reveses. Suas vozes foram perdendo eco e silenciosamente desaparecendo devido à forte censura da política ditatorial que estava em curso no Brasil e que tinha na repressão aos movimentos sociais um dos seus alvos principais. O movimento negro não escapou dessa perseguição.

Essa conjuntura política não inspirava muito a prática do exercício da cidadania e, assim, os canais que estavam abertos para as reivindicações foram também tirados do circuito. Contudo, o sentimento de luta de resistência que historicamente foi praticada nos quilombos, continuou servindo de referencial prático e teórico e não deixou a luta pela emancipação do negro morrer. Essa inspiração, aliada às condições sócio-políticas,

²² Senador da República na vaga deixada pela morte do Senador Darci Ribeiro.

contribuiu para uma nova onda de institucionalização da luta negra no final dos anos de 1970.

1.8 - Anos 70: Os novos movimentos negros

No final dos anos 70, afirma Rufino (1994.p.94) que “*a luta organizada contra o racismo desembocou, enfim, num movimento negro de amplitude nacional e claramente destacado de outros movimentos sociais e políticos*”.

O que então se convencionou chamar de movimento negro, era constituído de cerca de mais ou menos 400 entidades que retomaram as antigas lutas desencadeadas pelos afrodescendentes, ainda que sob a pressão política do regime ditatorial. A consciência dos riscos e perigos que estavam enfrentando parece ter contribuído para a construção de algum grau de cumplicidade e solidariedade entre as diferentes organizações do movimento negro de então. Isso, por sua vez, dava aos seus militantes mais força e coragem, levando o seu discurso primeiramente para espaços fechados e depois para as ruas, favelas, associações de moradores, escolas, universidades visando à auto-afirmação e à recuperação da identidade negra e cultural.

Nesta época, apareceram diferentes organizações do movimento negro, como o radical e expressivo Movimento Negro Unificado (MNU). Apareceram também algumas instituições semi-acadêmicas, como o Grupo André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ, o Centro de Estudos Afro Asiático, na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, passando por centros autônomos de pesquisas histórica e cultural do negro, como o Centro de Cultura Negra do Maranhão, Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), em São Paulo, Grupo Palmares no Rio Grande do Sul, Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) na cidade do Rio de Janeiro, dentre outros.

Há de se considerar, também, como elemento importante e deflagrador desse processo de rearticulação da população de afrodescendentes no Brasil, especialmente, no Rio de Janeiro, o surgimento do movimento cultural Black Rio. Destaca-se neste contexto a famosa banda Black Rio, que os mais íntimos chamavam de “metaleiros nervosos”. Lúcio e Trick, integrantes desta banda, afirmaram que o surgimento desse movimento cultural, com nítida influência da música negra americana, veio para revigorar o samba que naquele momento passava por um processo de

embranquecimento. Mas, acima de tudo, esse movimento continha um forte anseio relativo à busca pela identidade racial.²³

Maxwell (2003), em seu artigo, afirma que o movimento Black Rio foi um movimento cultural com forte conotação político-ideológica, controverso e, por isso, o mais reprimido da história contemporânea do Rio de Janeiro.

Grupos de jovens afrodescendentes da periferia, influenciados pela cultura negra norte americana, em busca de lazer, modificaram o seu modo de ser e criaram um novo visual. Roupas de cores fortes, listradas e coloridas eram as preferidas. Também eram usados chapéus de aba redonda sobre a cabeça, sapatos com diferentes tipos de cores, de preferência branco e preto ou marrom e branco, bem lustrosos. Os integrantes do movimento adotavam um gingado peculiar na forma de andar; seu dançar era cheio de malevolência. Eles criaram uma maneira gestual de se comunicar que muitas vezes parecia mais uma mímica com sons que variavam do suave ao agudo, dependendo do momento ou de com quem queriam interagir.

Nessa época também apareceram novos tipos de corte de cabelos, tanto para os homens como para as mulheres. Os homens, com os seus cabelos carapinhas transformaram sua cabeça em verdadeiras obras de arte: desde os ziguezagues feito com gilete, navalhas ou com as velhas máquinas de barbeiro, passando pelos cabelos alisados com pasta ou henê. Plagiando os “blacks phanter”, muitos preferiram usar os seus cabelos pretos carapinhas, grandes e encorpados para cima.

As atitudes na busca da auto-estima e afirmação de identidade das mulheres negras do Brasil, e em especial da mulher negra do Rio de Janeiro, eram parecidas com as dos homens negros. Muitas romperam com sua habitual calças jeans e passaram a utilizar roupas que remetiam à moda do continente africano. Batas e cangas compridas e com estamparias coloridas passaram a ser o seu traje principal. Assistiu-se aqui a um grande esforço de criação de adornos como colares e pulseiras compatíveis com as novas roupas. As cabeças eram ornamentadas por diferentes tipos de torços ou turbantes. Preferindo mostrar os seus cabelos carapinhas, aboliram o instrumento de tortura: o pente quente ou a chapinha com os quais faziam os alisamentos, legitimando os seus cabelos naturais. As tranças e os amarrados foram assumidos como a mais bonita moda afro-brasileira, sendo usadas até os dias atuais.

A década de 70 apresenta-se como uma nova era das organizações do movimento negro na busca e retomada das atividades de luta, resistência, auto-estima e identidade do povo negro. Em vários estados brasileiros os negros estavam, na medida do possível, se organizando. Mas foi durante um ato de resistência nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em que foi lançado, publicamente, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, que os afrodescendentes retomam com mais força e eficácia a luta política contra o racismo e o preconceito na sociedade brasileira.

²³ Conversa com Lúcio Silva, trombonista e Trick(trompetista) ambos integrantes da banda Black Rio, em 2001. Niterói. Embora gravando somente três discos, teve uma grande popularidade, principalmente, entre a população do subúrbio carioca.

1.9 - Movimento Negro Unificado: Caminhos e Descaminhos

Embora outras cidades como Salvador e Rio de Janeiro tenham contribuído significativamente para a luta anti-racista no Brasil, a cidade de São Paulo foi o foco de gestação de diversas organizações importantes que acabaram tendo um impacto nacional no movimento negro. O Movimento Negro Unificado – MNU foi uma delas.

Em reuniões articuladas com diferentes organizações do movimento negro, as quais programaram atividades culturais, recreativas e sem perder de vista as posições políticas e contra o preconceito e o racismo, em 18 de junho de 1978 foi decidida a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Essa decisão foi tomada com o objetivo de mobilizar e organizar, de norte a sul do Brasil, o maior número possível de organizações negras com vistas a denunciar a discriminação racial e a repressão policial. (Barbosa, 1991).

As organizações em tela foram sensibilizadas pelo chamado do MNU em função de diferentes fatores. Um deles foi o falecimento de um trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, o qual foi preso, torturado e morto pelos policiais da 44ª Delegacia Policial de Guaianases, da capital de São Paulo. Um outro fator foi a expulsão de quatro atletas negros do time Juvenil do Clube Regatas Tietê, São Paulo. Um terceiro fator foi o assassinato de um operário negro, Nilton Lourenço, por um policial, no bairro da Lapa, em São Paulo.

E foi, então, que no dia 7 de julho de 1978, em uma manifestação histórica, que o Movimento Unificado convidou os ativistas do movimento negro e pessoas não negras sensíveis à causa dos descendentes africanos para a sua primeira atividade pública: um ato contra o racismo, que reuniu mais de três mil pessoas, em frente às escadarias do Teatro Municipal, no Centro da cidade de São Paulo.²⁴ Na ocasião foi distribuído uma carta aberta à população com os seguintes dizeres:

²⁴ - Como narra Rufino (1994), um dos atletas vítima do racismo no Clube em que treinava veio ao Rio de Janeiro com objetivo de estabelecer contato e noticiar os acontecimentos. Essa visita mobilizou grande parcela das entidades do movimento negro carioca - o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) de São Gonçalo/RJ, o Renascença Clube, o Grêmio de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, do bairro Acari/RJ – as quais assinaram em conjunto uma moção apoiando o ato a ser realizado em São Paulo.

Hoje estamos na rua, numa campanha de denúncia! Uma campanha contra a discriminação racial, contra a repressão policial, o subemprego e a marginalização. Estamos na rua para denunciar a qualidade extremamente precária da vida da Comunidade Negra (...) O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado como um instrumento de luta da Comunidade Negra. Esse movimento deverá ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todos os atos de discriminação racial, a organização constante da Comunidade para enfrentar qualquer tipo de racismo (...). Por essa razão propomos o Centro de Luta do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial nos bairros, nas cidades, nas prisões, nos terreiros de Candomblé, em nossos terreiros de Umbanda, no trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todos os lugares onde as pessoas negras vivem: Centros de Luta que promovam debate, a informação, a conscientização e a organização da comunidade negra (...). Convidamos os setores democráticos da sociedade que nos apóiam a criarem as condições necessárias para uma verdadeira democracia racial.

Esta manifestação rompeu com o silêncio político imposto pela ditadura militar, sobretudo porque naquele período os militares consideravam que a luta contra o racismo e a discriminação era caso de segurança nacional. Este ato recebeu apoio de organizações privadas a nível nacional. Moções de apoio vieram de diferentes estados brasileiros: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe e Alagoas.

Como descreve Moura (1981), durante a realização do ato público em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, foi lançado pelo Movimento Unificado um documento convocatório que elencava várias denúncias de crimes e abusos cometidos diretamente contra a população de afro descendentes. Ao seu final, o documento diz: *“Não podemos mais aceitar as condições em que vive o homem negro, sendo discriminado da vida social do País, vivendo no desemprego, subemprego e nas favelas. Não podemos mais consentir que o negro sofra perseguições constantes da polícia sem dar uma resposta.”* (Folheto MNU, 1979).

No dia seguinte ao Ato Público contra o Racismo, os militantes do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial se reuniram para analisar o ato e indicar as próximas atividades. Visto a necessidade de um encontro maior, onde pudesse agregar muitas mais pessoas e que tivesse um impacto a nível nacional, realizou-se a primeira Assembléia Nacional de Estruturação e Organização, em 23 de julho de 1978, na cidade de São Paulo.

Os destaques dessa Assembléia foram a confecção dos documentos essenciais para nortear o Movimento, quais sejam: o Estatuto, o Programa de Ação e a Carta de

Princípios e a aprovação da inclusão da palavra “negro” ao nome do Movimento, passando a ser chamado de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

Na segunda assembléia , realizada na cidade do rio de Janeiro, na Rua Mem de Sá, 208, nos dias 9 e 10 de setembro, nas dependências do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), foram aprovados alguns projetos. Nesta assembléia, que contou com a presença de mais de 300 participantes, foram criadas as unidades denominadas “Centros de Luta”.

Com as deliberações tomadas na segunda assembléia, tornou-se necessário um imediato encontro a nível nacional. Este foi realizado no dia 20 de novembro de 1978, dia da morte de Zumbi dos Palmares, na cidade de Salvador. Nessa oportunidade, o nome Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNCDR) foi simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU).

Uma das deliberações mais importantes desse encontro foi a aprovação da indicação do dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. Como afirma Cardoso (2002), em verdade, o MNU legitimou e deu extensão a uma das proposições do Grupo Palmares do Rio Grande do Sul, o qual já havia apresentado essa proposta, conforme matéria publicada no Jornal do Brasil em novembro de 1974:

O Grupo Palmares do Rio Grande do Sul, do qual participava entre outros o poeta Oliveira Silveira, sugeria que a data 20 de novembro, lembrando o assassinato de Zumbi e a queda do Quilombo dos Palmares, passasse a ser comemorado como data nacional contrapondo-se ao dia 13 de maio. Argumentava que a lembrança de um acontecimento em todos os sentidos dignificante da capacidade de resistência dos antepassados traria uma identificação mais positiva que a Abolição da Escravatura, até então vista, como uma dádiva de cima para baixo, do sistema de S. Alteza Imperial.(Cardoso ,2002, p.48)

O MNU fez várias investidas, mas uma das mais relevantes foi o debate nacional a respeito da anistia aos prisioneiros políticos, em novembro de 1978, na cidade de São Paulo. Hachard (2002, p.150) lembra que o MNU:

(...), queria ampliar a categoria de “prisioneiros políticos” para que ela incluísse os negros presos por crimes contra a propriedade (furtos, roubos etc.) sob a alegação de que embora parecem atos individuais , esses ‘crimes’eram, não obstante, resposta política a uma elite que recusava o emprego, a moradia e a educação à maioria de seus cidadãos.

Os seus ativistas afirmavam que, como os negros tinham uma tendência maior de serem presos do que os brancos e eram submetidos a práticas de torturas e

espancamentos muito maiores e mais rigorosas, a sua situação era análoga à dos presos políticos brancos.

Com veemência o MNU criticava o projeto de anistia proposto pelo governo brasileiro, declarando:

A mão que assassina os negros, indiscriminadamente, é a mesma que prende estudantes e trabalhadores, com o mesmo resultado: manter a população oprimida (...) e desorganizada, e, no final das contas, manter os privilégios da minoria que está sentada no poder. (Folheto MNU,1979)

O MNU coordenou em 13 de junho de 1979, juntamente com diferentes organizações, como as do movimento feminista, uma segunda manifestação pública, também no Teatro Municipal na cidade de São Paulo, seguida de uma passeata. Esse evento teve como objetivo protestar contra a perseguição policial às profissionais do sexo, aos homossexuais, aos negros e aos pobres em geral. Essa passeata aglutinou não somente afro descendentes, mas pessoas brancas simpáticas às reivindicações dos manifestantes.

A existência e atuação do MNU não passaram despercebidas aos olhos dos defensores da democracia racial. Gilberto Freyre, por exemplo, fez publicar a seguinte opinião:

Tive notícia de um movimento que se diz anti-racista na cidade de São Paulo. Creio que isso é uma imitação considerável -voluntária ou organizada- das reivindicações do chamado “negro americano” dos Estados Unidos. Ora, não existe no Brasil um “negro brasileiro”, separado da comunidade brasileira nacional. Existem, sim, brasileiros de origem africana negra, alguns dos quais sofrem discriminação não de caráter racial mas de classe. (Freyre ,1979).

A presença constante dos movimentos negros e, em especial a do MNU, denunciando as diferentes formas de racismo e exigindo políticas públicas eficazes para extinguir tal situação, provocou outros tipos de inquietação nas elites dominantes. Sobre isso, Hanchard (2002,p.118) relembra os comentários de Antônio Neder, presidente do Supremo Tribunal Federal em 1979, no discurso em solenidade no dia 21 de maio, dia em que se comemora o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. Presentes a tal solenidade estavam líderes governamentais de diferentes países africanos. Neder em sua fala afirma que :

o racismo deve ser eliminado, ou antes, a estupidez do racismo, para que seus netos [leia-se dos brancos] não venham a ser vitimados, amanhã, pela vingança de um Hitler negro, defensor das raças definidas como inferiores pela doutrina equivocada (...) de Gobineau.

Estudiosos como Hanchard (2002) falam sobre a ausência de documentação por parte do Estado no que tange à vigilância dos grupos de militantes negros e das suposições sobre os seus atos. Respostas como as reproduzidas acima, nada mais eram do que a expressão do sistema de crença que estava e está incrustado na sociedade brasileira na defesa da democracia racial.

Assim, a estratégia da elite brasileira era a de caracterizar as atividades do MNU como práticas racistas às avessas. Afirmavam que os ativistas do movimento negro se excediam desnecessariamente nas denúncias de atos de racismo existentes no Brasil. Para eles não existia racismo no Brasil e se existia preconceito era de classe e não de raça.

É importante ressaltar que o Estado não apresentou nenhuma queixa crime em face do MNU, mas muitos membros do alto escalão do governo sugeriram que os membros do MNU estavam em total desencontro com a Lei Afonso Arinos.²⁵

No mês de dezembro de 1979, a cidade do Rio de Janeiro, recepcionou o I Congresso Nacional do MNU. Nele foi aprovada a recomendação de apoio a afro descendentes candidatos a cargos eletivos nas eleições do ano seguinte. Após momentos de tensão, os membros do movimento negro entenderam a importância de apoiar candidatos que tivessem estereótipo negróide e todos aqueles candidatos que tivessem em sua plataforma política o compromisso de apoiar e defender o programa do Movimento Negro Unificado, o que foi chamado de “voto racial”.²⁶

²⁵ Lei Afonso Arinos, em 1951 primeira Lei brasileira que punia como contravenção penal as pessoas que praticassem atos de discriminação racial além de ser fruto das lutas do movimento negro é uma prova incontestável do discurso que procurava a temática racial. Se por um lado, o fato de existir a lei, comprovava a prática de racismo, por outro lado por ser uma lei ineficaz não tivera conseqüências efetivas. Ficou conhecida como Lei Afonso Arinos, resultado de um incidente que envolveu uma bailarina negra norte americana, Katharine Dunham, que foi impedida de se hospedar em um Hotel na cidade de São Paulo. Sua denúncia obrigou o governo brasileiro a homologar a Lei que transformou a discriminação racial em um delito leve (contravenção), não passível de prisão.

²⁶ Para um aprendizado mais detalhado em relação a formação e estruturação de diferentes grupos do movimento negro na década de 70, ver Gonzales “Experiências e Tentativas” in Gonzales e Halsenbalg, Lugar do Negro, 1982. Especificamente sobre o MNU, ver Movimento Negro: O Negro Unificado, 1978-1988: 10 anos de luta contra o Racismo (São Paulo, MNU, seção Bahia, 1988); Movimento Negro Unificado: Programa de Ação: Negros protestam em praça pública (São Paulo, 1984); Consultar o Jornal do

No congresso também foi aprovado um plano de ação de 16 itens, como uma reforma agrária mais radical, a proteção dos acampamentos dos sem terra, o direito à sindicalização dos trabalhadores e a reforma de ensino. Neste contexto, alguns dos objetivos específicos com relação aos afrodescendentes incluíam referências e propostas sobre o preconceito contra a mulher negra, os homossexuais e as prostitutas.

O Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado, (nº 20, 1991), fez uma retrospectiva dos 20 anos de atuação do Movimento (1971 a 1991) e apresentou o Projeto Político: Desafios e Perspectivas. Nessa publicação, o Jornal traz a proposta de um novo projeto político para a sociedade brasileira, que levara para ser discutido no Primeiro Encontro de Entidades Negras.

Luíza Bairros, primeira coordenadora nacional do MNU, em entrevista para o Jornal Nacional da entidade, fala sobre a mudança de perspectiva do MNU. Quando perguntada sobre as mudanças e alterações estatutárias feitas no último Congresso da organização, ela responde com um breve histórico:

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o MNU está conseguindo perceber que estamos vivendo um momento extremamente importante dentro da sociedade brasileira, em termos da possibilidade que os grupos sociais historicamente oprimidos e discriminados têm para pensar essa sociedade a partir do seu próprio ponto de vista. O último Congresso da entidade, que realizou-se no ano de 1991, no Rio de Janeiro, foi quando essa compreensão de certo modo se consolidou no interior da entidade. Para alguns pode até parecer estranho que o MNU tenha levado 13 anos para poder pensar em outra forma de organização, aparentemente mais centralizada, mas que, ao mesmo tempo, mais coerente com as tarefas que a entidade tem para enfrentar dentro da realidade racista do Brasil. Em termos pessoais, uma coisa que eu tenho repetido sempre para todos os componentes da Coordenação Nacional do MNU é que somos uma geração privilegiada no sentido de que estamos tendo a possibilidade de cumprir um papel para dentro do MNU e para a sociedade brasileira como um todo.

Na fala de Bairros, percebe-se que o Congresso do MNU, em 1991, na cidade do Rio de Janeiro, teve como objetivo principal a reestruturação da sua estrutura rígida com a transformação dos GTs em Núcleos de Base. Nesse movimento de repensar a prática da entidade, chegou-se à conclusão de que não poderiam mais ficar apostando na possibilidade de que a sociedade brasileira, pura e simplesmente em função das denúncias, produziria uma mudança na assimetria que existe nas relações raciais no Brasil.

Dos anos de 1990 para cá assistimos a um processo de amadurecimento do movimento negro. Ele aumentou a sua compreensão acerca da importância de intervir no processo de elaboração de políticas públicas, em todos os níveis, como uma maneira de debater e propor alternativas que apontem para solução dos problemas raciais no Brasil.

A sociedade brasileira vem consolidando seu processo de redemocratização através da inclusão na agenda pública de novos atores sociais e abordagens que, de algum modo, podem mudar as relações políticas e os métodos de governar existentes até então. Termos como “*municipalização*”, “*descentralização*” e “*participação popular*” têm tido uma forte repercussão na arena pública brasileira e influenciado o processo de elaboração de políticas públicas, principalmente em nível local.

A reorganização do Estado brasileiro, através da elaboração de uma nova Constituição Federal, ressaltou os mecanismos legais de participação social que deveriam ser garantidos em todos os níveis do pacto federativo. Geralmente em conselhos consultivos ligados ao Estado, vários setores da sociedade brasileira, neste momento atuando como “atores sociais”, foram capazes de aumentar o seu nível de influência.

Os movimentos e organizações negras participaram desse processo de criação de uma nova institucionalidade da participação popular. De várias formas, a idéia de que a população negra deve ter seus direitos assegurados causou a criação de vários conselhos e de departamentos dentro da estrutura de governos estaduais para tratar dos direitos da população afrodescendente. Como exemplos, podem ser citados a Fundação Palmares, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em nível Federal; os Conselhos para a Participação e o Desenvolvimento da Comunidade Negra, nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo e na cidade de Santos; o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (CONDEDINE), na cidade do Rio de Janeiro; a Coordenadoria do Negro (CONE), no município de São Paulo; e para finalizar, o SEAFRO, na cidade do Rio de Janeiro.²⁷

²⁷ . Outro importante aspecto que demonstra a inserção do debate sobre a questão racial no interior das políticas públicas é o aspecto legal. Sobre isso veja-se: Decreto nº 4886, de 20 de novembro de 2003; Lei nº 10.678 de 25 de maio de 2003; Cria a secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República. Decreto de 13 de maio de 2003. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de rever as disposições contidas no Dec. nº 3.912 de 10 de setembro de 2001, e propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos. Decreto nº 4651, de 27 de março de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão integrante da Presidência da República e institui a Política de Promoções da Igualdade Racial –PNPIR.

Este capítulo procurou destacar as formas de construção do movimento negro no Brasil: seus caminhos e descaminhos, anseios e expectativas. A “questão do futuro” como não importante foi um dos elementos marcantes para a não definição clara da ideologia política do movimento negro no seu início. A carência econômica e a fragilidade de uma agenda política de maior enfrentamento ideológico em face da pouca escolaridade de seus dirigentes reforçaram uma trajetória acidentada do movimento. Contudo, com todas essas dificuldades, a Frente Negra, aliada à imprensa negra, perdurou por muito tempo no Brasil, principalmente nas grandes metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo. Mudanças significativas na forma e no ideário das organizações do movimento negro ocorreram na passagem dos anos de 1970 para 1980. Ali, o movimento construiu uma agenda mais combativa e confrontacional a qual evoluiu, nos anos de 1990, para a busca de maior interferência no âmbito das políticas públicas.

Nessa renovação, qual o local destinado às mulheres negras e à discussão sobre o feminino? Uma resposta a essa questão será apresentada adiante. Antes dela, contudo, discutiremos um outro locus onde as mulheres negras tentaram se engajar como ativistas: o movimento feminista.



Reunião de ativistas negras – 1989 (?)

CAPÍTULO 2

O FEMININO EM MOVIMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES

Estudiosas da história feminismo no Brasil como Margareth Rago (1996), Joan Walach Scott (2002), Rachel Soihet (2002), Céli Regina Jardim Pinto (2003) e Suely Gomes (2001), apontam que, em sua fase inicial, ele teve pelo menos três diferentes vertentes.

2.1-O Feminismo Difuso

Uma delas é o que poderia se chamar de “*feminismo difuso*”²⁸, manifesto principalmente na imprensa feminista alternativa. Esse feminismo foi apoiado por mulheres intelectuais bem empregadas como professoras, literatas e jornalistas.

Algumas dessas estudiosas, como Margareth Rago (1996), estão convencidas de que Francisca Senhorinha Motta Diniz foi a primeira mulher a fundar um jornal no país, no final do século XIX, com o objetivo de promover a divulgação da “*causa das mulheres*”. Esse jornal, o Sexo Feminino, fundado em Minas Gerais, teve somente dois anos de duração

Ao transferir-se para a cidade do Rio de Janeiro, adotou um novo nome: Quinze de Novembro do Sexo Feminino. Ele apresentava, além da preocupação com o voto, interesse pelos direitos civis, apontava para a falta de conhecimento das mulheres em relação a seus direitos no casamento e alertava para a importância da educação como um instrumento de defesa dos seus direitos.

²⁸ Idem p. 14-15. O feminismo difuso é visto pela autora como aquela atividade política e social em que se faz por repetidas vezes a mesma divulgação daquilo que se tem como verdade.

Com o advento da República, o jornal tomou novos rumos, enfatizando a luta pelo voto e também trazendo informações sobre como era a vida e os relacionamentos pessoais, sociais e políticos das mulheres em outros países.

Outro jornal importante foi aquele editado por Josephina Álvares Azevedo. Entre os anos de 1881 a 1897, publicou na cidade de São Paulo o jornal “A família”. Esse jornal tinha como ponto chave a preocupação com a educação da mulher como forma de liberdade. Incisiva militante do direito do voto para as mulheres nos primeiros anos da República, ela escreveu uma peça teatral com tom de comédia que ridicularizava os homens que eram contra o voto feminino(Telles,1999).

Esses jornais não estavam somente nos grandes centros urbanos. Há notícias de que a propaganda em defesa do voto feminino e de outras questões pertinentes às mulheres também se manifestavam em lugares bastante distantes dos grandes centros urbanos. Para exemplificar, temos o jornal Pela Manhã, fundado na cidade de Bagé, interior do Rio Grande do Sul, por Adrelina de Oliveira. Esse teve um bom tempo de duração, 09 anos, sendo depois transformado em uma revista publicada em Porto Alegre. Adrelina, além de fundar o jornal, publicou quase uma dezena de livros, dentre os quais o de maior impacto foi aquele chamado “*O divórcio*”, que defendia a felicidade no casamento e a ruptura conjugal como forma de resolver a infelicidade do casal. Merecem também destaque “O Domingo”, de propriedade de sua editora Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco e O Jornal das Damas, ambos lançados no Rio de Janeiro. (Teles ,1999).

No Brasil dessa época os meios de comunicação não tinham o mesmo alcance que têm atualmente, não havia uma concorrência entre eles que garantisse a qualidade das publicações, além de outras condições obstaculizadoras da difusão de um pensamento de defesa dos direitos das mulheres: o Brasil agrário e a postura reacionária dos homens; a permanência da mulher no espaço da casa, como quase uma forma de enclausuramento imposto a elas forçando-as a estarem no espaço privado; a forte educação judaico-cristã acompanhada da forte religiosidade das pessoas, dirigida especialmente às mulheres.

Vale notar o que observa Rago (1996, p.21):

As feministas liberais colocavam em discussão o lugar tradicionalmente destinado às mulheres e especificamente às da elite, como elas próprias, acreditando que as pobres estariam necessariamente predestinadas à

ignorância pela própria condição econômica desfavorável(...) nenhuma referência era feita, nesta imprensa feminina, às lutas operárias que se travavam no centro da cidade ou nos bairros periféricos, como no Brás e o Bom Retiro, em São Paulo, onde levas de imigrantes europeus vinham alterando radicalmente a composição social e as práticas políticas e culturais do cotidiano da cidade.

Todavia, não podemos perder de vista que nesse tipo de imprensa estavam expostas as contradições e os desequilíbrios existentes na sociedade. É através desses movimentos que vem a construção de sólidas arenas públicas para a defesa de direitos fundamentais, até então nunca analisados.

2.2-O Feminismo Anárquico

Uma outra vertente é aquela ligada ao movimento anarquista e, posteriormente, ao Partido Comunista (Rago, 1996) e que teve como seu grande expoente Maria Lacerda de Moura. Essa vertente foi composta por mulheres trabalhadoras e intelectuais militantes de movimentos de esquerda engajadas na defesa mais radical da liberdade da mulher e tomava como tema central das suas discussões a questão da exploração do trabalho.

Os imigrantes europeus, italianos, espanhóis e portugueses tornaram-se operários das mais novas e promissoras indústrias do Rio de Janeiro e, em maior escala, de São Paulo. Era a chamada era industrial. Estes europeus eram herdeiros de maior consciência política de seus direitos e, em consequência disso, introduziram no país idéias e filosofia da política anárquica de seus países.

Essa filosofia foi bastante aplaudida nas primeiras grandes paralisações dos operários das indústrias no Brasil e ajudou no sentido de aprofundar a análise sobre a questão da exploração do trabalho pelos capitalistas. A posição anárquica e, mais tarde, o comunismo, não chegavam a uma posição clara em relação às questões específicas da condição feminina. Bastante diverso do pensamento que predominava na época, as mulheres eram introduzidas no espaço público como companheiras de luta, ao mesmo tempo em que apresentavam uma forte dificuldade em aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente do da dominação de classe.

Uma série de manifestações de operárias e de intelectuais de esquerda sobre a questão da condição feminina mostra sem sombra de dúvidas que daí por diante a questão de gênero estava sendo observada como um dos fatores agregadores da desigualdade presente nas relações de trabalho. Alguns estudiosos, como Céli Regina Jardim Pinto (2003), Branca Moreira Alves (1998), Ana Alice Alcântara Costa (2005), Maria Amélia de A. Teles (1999), apontam que, talvez, um texto distribuído pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro tenha sido a primeira manifestação feminina próxima ao anarquismo surgida no início do século XX.

Essas mulheres estavam além de seu tempo, antecipando uma luta que somente veio ganhar espaço, maior visibilidade e legitimidade anos depois. Foram essas mulheres “anarquistas”, na direção contrária aos ditames da época, que chamaram a atenção para as diferenças.

Isto é particularmente importante e significativo, pois se esta postura for comparada com o discurso das mulheres que lutavam pelo voto na FBPF, se perceberá facilmente que, naquele, o enfrentamento praticamente inexistia. As mulheres sufragistas lutavam pela inclusão, sem, no entanto, identificarem na sua exclusão razões para os homens terem mais poder. Trata-se, aqui, de mulheres que têm o trabalho em posição central em suas vidas e que associam suas condições especialmente difíceis ao fato de serem mulheres. (Pinto, 2003, p 33)

Provavelmente, algumas dessas mulheres eram negras e estavam invisivelmente lutando também pelo direito ao voto e contra a relação de dominação e exploração do homem sobre delas, como é o caso de Maria Brandão Reis, nascida em 1900, na Chapada de Diamantina, ativista política e militante do Partido Comunista (Rufino, 1987).

A terceira vertente, mais forte e organizada, foi liderada por Bertha Lutz, e teve como questão central a transformação da mulher em sujeito portador de direitos políticos.²⁹ Apesar do papel fundamental de Bertha Lutz nessa vertente, ela se construiu bem antes da participação dessa militante, como veremos na próxima seção.

²⁹ -Embora esse feminismo tenha sido propalado nacionalmente, imperiosos limites são observados, como exemplo: jamais define a posição de exclusão da mulher como consequência da posição do poder do macho. Observa-se também que a batalha pela inclusão não se apresenta como mudança das relações de gênero, mas como um aditivo para um equilibrado relacionamento entre os sexos na sociedade. Ou seja, sem tirar os homens de seu *status quo*, as mulheres lutavam à procura de serem cidadãs.

2.3- O Feminismo Pelos Direitos Políticos

A exclusão do voto feminino pela Constituição Republicana levou as mulheres a se organizarem para dar uma resposta à altura aos constituintes. Funda-se em 1910 o Partido Republicano Feminino. Essas mulheres, brancas conforme aponta Teles (1999), eram oriundas da classe média e alta. Abraçavam uma causa comum às mulheres de diversos países, ou seja, a de que os cargos públicos fossem abertos a todos os brasileiros sem distinção de sexo. (Pinto, 2003).

O Partido era regido por um estatuto e nele estava estampado o que se pretendia: além da defesa dos direitos políticos da mulher, a sua emancipação e independência. Essas ativas mulheres também falavam do fim da exploração sexual, levando na frente, em mais de meio século, a luta das feministas da segunda metade do século XX. (Pinto, 2003).

As duas principais fundadoras tinham trajetórias muito voltadas para os objetivos estatutários do partido. Leolinda Daltro, professora, era vista como uma mulher muito diferente do seu tempo. Separou-se do marido e ficou com a guarda de seus cinco filhos, os quais nunca foram empecilhos para que ela pudesse percorrer o Brasil, passando por Minas Gerais e chegando a São Luiz do Maranhão, levando nos seus discursos a defesa de todos os menos privilegiados. O motivo que a animou a fundar o Partido Republicano Feminino foi o indeferimento de seu alistamento eleitoral. A segunda fundadora do partido foi Gilka Machado. (Pinto, 2003) Poetisa, seus poemas eróticos para a época deixaram muitas famílias escandalizadas. Essas duas mulheres, rompendo barreiras, conseguiram levar para a imprensa carioca a questão do voto. Pinto (2003).

Audaciosamente, chegaram a promover uma passeata pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, com a participação de mais ou menos 90 mulheres. Para a época, o fato de conseguirem estar com 90 mulheres nas ruas da grande metrópole do Rio de Janeiro era um fato inédito, desafiador e vitorioso. Conseguiram criar um fato político que todos os jornais da época, que não eram muitos, tiveram que noticiar.³⁰

No final da década de 1910, o Partido Republicano Feminino, deixa de existir. O desejo feminino de votar, contudo, permaneceu e foi impulsionado por Bertha Lutz que à época voltava de Paris.

2.4 - Bertha Lutz e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino

Bertha Lutz tinha um excelente trânsito com a elite vigente. Essa condição apresentava grande importância, na medida em que facilitava a aprovação dos seus projetos. Em 1922, recém chegada dos Estados Unidos, organizou o Primeiro Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. No mesmo período nascia a mais importante organização em defesa do direito da mulher, cujo nome era Federação Brasileira para o Progresso Feminino(FBPF). (Soihet ,2002).

A partir dos anos 1920 vem num crescente a luta sufragista em muitos países da América Latina, estando na linha de frente mulheres de classe média e alta. No Brasil, não foi muito diferente a condução desse processo. Há informações de registro de federações em diferentes estados, como por exemplo na Bahia, onde foi fundada a filial

³⁰ - Para os leitores mais atentos, a impressão que é passada pelos estudiosos como Goldenberg (1992) e Heleieth Saffiot (1984) é que somente as mulheres brancas intelectuais se contrapunham ao regime político e patriarcal da época. Mas, se assim for, isso não condiz com a verdade, pois dezenas de mulheres negras, não com pouca dor e sofrimento, mostraram a sua sagacidade no sentido de mostrar que, embora não tendo as mesmas oportunidades às mulheres brancas da elite, também sabiam fazer política, como a atuação da “mãe preta” que através de sua “resistência passiva”, com suas estórias, criou, segundo Gonzales(1982,p.93),uma espécie de “romance familiar”, que teve uma importância fundamental na transformação de valores e crenças da sociedade brasileira.

baiana da FBPF , conforme aponta Vieira (2001). E estados como Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte também tiveram as suas filiais. São escassas as informações sobre o alcance desses núcleos. De qualquer forma é surpreendente que, embora tenham enfrentado diferentes obstáculos de comunicação e deslocamentos, tivessem conseguido divulgar as idéias dos direitos das mulheres em estados tão distantes da cidade do Rio de Janeiro, lugar principal da irradiação do movimento das mulheres.

Na luta pela conquista do voto feminino Bertha Lutz e as militantes da FBPF realizaram um persistente trabalho de lobby político. Soihet (2002) relata como foi o trabalho delas na aprovação de algumas questões específicas de gênero, como o voto feminino, na Assembléia Constituinte:

A liderança da FBPF acompanhou todo o trabalho desenvolvido pela Assembléia Constituinte, no sentido de evitar qualquer retrocesso, empenhando-se, igualmente, pela aprovação de determinadas questões que consideravam básicas. Na verdade os seus temores não eram infundados. Havia representantes como o Sr. Aarão Rebelo, que combatiam ferrenhamente o voto feminino com base em argumentos do tipo “porque ela segue o pai e o marido.” Ou ainda como o Sr. Zoroastro Gouveia, que completa tal pensamento: pior que isso, seguir o confessor. O voto feminino foi, apenas, manobra da direita para se garantir contra o surto esquerdista. Outros, como o Sr. Morais Leme, propunham o voto obrigatório somente para os homens, argumentando que as mulheres ensaiavam os seus primeiros passos na vida política, e, por isso, o voto dado pela representante conjugal deve corresponder ao voto da família. (Soihet, 2002).

Na busca de apoio na opinião pública elas não mediam esforços, a exemplo da divulgação do abaixo-assinado com mais de 2.000 assinaturas de mulheres a nível nacional, levado ao Senado pelas representantes da Federação, quando da votação, em 1927 do projeto sobre o voto feminino. Essas assinaturas são realmente de uma magnitude excepcional, na medida em que sabemos que, além da dificuldade de comunicação, havia também o entrave da distância entre de uma cidade a outra. Na época, além da maioria das mulheres estarem no seu espaço privado, ou seja, da sala para a cozinha, havia outro empecilho: poucas sabiam ler e escrever. (Paiva ,2003).

Vale mais uma vez ressaltar que a luta principal da Federação representada por Bertha Lutz era pelo direito ao voto. E a Federação teve apoio de grandes políticos, como foi o caso do governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, que assumiu publicamente a aliança com a Federação, na busca do direito ao voto da mulher. Na sua campanha para governador, em 1927, as ativistas em questão subiram

nos palanques, proferiram palestras, deram entrevistas nos jornais locais, lançaram panfletos sobre a cidade em troca do compromisso do candidato de que caso fosse eleito implantaria o voto feminino no seu estado. Lamartine assim que ganhou as eleições cumpriu com o que havia prometido. Sancionada a lei, um número considerado de mulheres correram à Justiça local na busca do cumprimento da Lei que dava a elas o direito de votar e ser votadas.(Pinto ,2003)

Apesar da aparente unidade entre as mulheres da FBPF, muitas vezes a liderança de Bertha Lutz foi contestada por militantes como a advogada gaúcha Natércia Silveira. Natércia, contudo, ao apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, enfraqueceu sua participação no espaço político da Federação e conseqüentemente teve que se afastar. Essa ingerência de Natércia com Bertha cria um declarado conflito entre as feministas da FBPF. Natércia, que sustentava o engajamento político à candidatura de Getúlio, é responsabilizada por criar naquele momento um desequilíbrio à causa do voto feminino. (Pinto, 2003).

Em 1932, o novo Código Eleitoral permitiu à mulher o direito de votar. Então, elas se sentiram vitoriosas e não viram mais a necessidade de lutar politicamente por essa razão, uma vez que haviam conseguido o seu intento maior. Mas isso não quer dizer que a FBPF diminuiu suas atividades. Ao contrário, voltaram a descarregar suas ações em outras áreas: tentaram, apesar do insucesso, eleger Betha Lutz para a Constituinte de 1934; pressionaram parlamentares para incluírem na Constituição novos direitos para as mulheres; promoveram uma convenção nacional na Bahia com objetivo de dar nova estrutura hierárquica e burocrática à federação, transformando-a em uma grande organização de cunho nacional. (Pinto ,2003).

Com a morte de um deputado, Bertha Lutz assume a cadeira de deputada e, no mesmo ano, a FBPF promove o III Congresso Nacional Feminista. Alguns projetos para fortalecer os direitos das mulheres constaram na pauta do encontro. Mas, com o Golpe, em 1937, a movimentação das mulheres na arena política foi terrivelmente enfraquecida. Com esse enfraquecimento, a FBPF quase foi extinta, perdendo consideravelmente seu espaço. Em 1945 veio a redemocratização, mas mesmo assim não havia mais clima no cenário brasileiro para movimentações vultuosas dessas mulheres como as anteriores ao golpe.

2.5-O Novo Feminismo

Nos Estados Unidos, na década de 50 em diante, o capitalismo vinha com grandes promessas como a prosperidade econômica e o consumo de bens duráveis, que reforçavam os valores da família e da moral protestante, no qual a mulher voltada à dedicação a família era vista como “*rainha do lar*”. Mas as guerras e os conflitos entre brancos e negros no início dos anos 60 deram início à exposição da fragilidade do mito de que na sociedade americana havia sempre um espaço para cada um atingir o pleno bem estar.

Na Europa, esses mitos também começam a cair na década de 60 junto com a ascensão do sonho da revolução socialista liderado por uma vanguarda representada pelos partidos comunistas envolvidos nas ações do leste-europeu. Contudo, a exposição dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria e outras exposições nada saudáveis para a sociedade foram responsáveis pelo enfraquecimento da força pela luta unitária e a disciplina para pôr fim ao capitalismo. Quanto a isso, afirma Celi (2003, p.42):

A revelação dos crimes stalinista, a invasão da Hungria, em 1956, e posteriormente da Tchecoslováquia, em 1968, foram minando a força de luta unitária e da disciplina férrea para derrotar o capitalismo. Os movimentos *beatnik e hippie* nos Estados Unidos e o maio de 1968 em Paris são as expressões mais fortes de uma nova geração, nascida durante, ou mesmo após, a Segunda Guerra Mundial, que buscava espaço no mundo público, combatendo os cânones tanto da defesa do capitalismo norte-americano como a do sonho socialista europeu.

Foi nesse cenário que surgiram vários movimentos para colocar em xeque os clamores altamente conservadores das normas sociais. Como afirmam algumas estudiosas, como Avelar (2002), Rago (1996) e Tronto (1997), eram as relações de poder e hierarquia nos âmbitos públicos e privados que estavam sendo desafiadas. E é debaixo dessa situação que se começa a discutir o livro *O Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir (1980), publicado dez anos antes que as americanas e que as feministas, tendo à frente Beth Friedman, tirassem o sutiã em praça pública. É também dentro dessa efervescência que renasce o movimento feminista no mundo ocidental. Tal renascimento não tardou a também se dar no Brasil.

2.6 - O Feminismo dos anos 70 no Brasil

Como dissemos antes, o golpe de 1937 foi responsável por um profundo enfraquecimento do movimento feminista. Embora com a redemocratização, em 1945, as mulheres tenham se reorganizado, não havia então um clima propício para uma movimentação vultosa delas no cenário brasileiro. Mais de 20 anos depois, contudo, o feminismo no Brasil reaparece em um cenário de movimento contestatório e reivindicatório dos anos 60, em torno da afirmação de que o “*pessoal é político*”. Essa postura nos remete a pensar o movimento não somente como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento dos conceitos estruturais do político e das relações sociais de gênero. Examinado essa questão a partir do contexto pós-ditadura, Sarti (1998, p. 3) afirma:

A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, “comportando-se como homens”, pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, o que, como apontou Sarti, 1998 apud Garcia, “transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente.”

O ano de 1964 trouxe o Golpe Militar, e com este inaugurou-se duas décadas de um regime ditatorial marcado por torturas físicas e psicológicas, por cassação dos direitos políticos e individuais, por censura, prisão, encarceramento, por desaparecimento de homens e mulheres e exílio. Se houvesse algum meio de se fazer qualquer atuação política, era terminantemente proibida. E aquele ou aquela que ousasse teimar estava assinando a sua sentença que variava de acordo com as conveniências dos militares que estavam no poder.

A partir de 1969, com Médici no poder, foi inaugurado um governo aterrorizante, que fechou todas e quaisquer possibilidades de propostas políticas e só se falava em repressão. Nesses anos, o país viveu o sentimento de viver bem próximo ao totalitarismo. Como a censura estava em todas as ações, fazendo-se presente como se fosse uma sombra, reduziu-se a quase nada o espaço público. Além disso, introduziu autoritariamente, nas escolas e universidades, aulas de educação moral e cívica,

promotoras de um patriotismo ufanista, tendo como momento áureo a Copa do Mundo de futebol passada no México, em 1970, interpretado na frase “*Brasil ame-o ou deixe*”. Nenhuma chance de uma convivência harmoniosa restou àqueles que não partilhavam das posições dos militares, restando somente viver na clandestinidade, na luta armada, no exílio ou, simplesmente, com a boca fechada. (Teles ,2003).

Nessa mesma década de 1970, a sociedade brasileira presenciou com grande temor e sofrimento um contingente de pessoas jovens ser forçado a deixar o país. Partiram para o exílio, pois era uma das condições impostas pelo regime militar. Um dos destinos desses exilados foi na Europa, principalmente em Paris. Esses jovens, na sua maioria militantes de partidos da esquerda, ideologicamente comungavam dos princípios do Marxismo. A luta de classe era a palavra de ordem e não se podia afastar desse ideário, pois seria interpretado como traição. Ao mesmo tempo segmentos dessa mesma esquerda procuravam uma forma alternativa de fazer política, um pouco distante da palavra das questões estritamente ligadas à questão da “*luta de classes*”. Em meio a tudo isso, apresentava-se uma grande revolução cultural, social e de costumes que punha em causa velhas hierarquias, notadamente as tradições de poder do homem, aceitas quase naturalmente pelos exilados brasileiros do sexo masculino.

Nesse contexto, boa parte das mulheres brasileiras exiladas entraram em contato com a maneira de agir e pensar do feminismo, evidentemente visto com desconfiança pelos companheiros homens. Esses homens exilados viam a prática feminista como uma ameaça à união da luta do proletariado.

A relação do grupo feminista com os homens de esquerda não foi sem lágrimas, dor e sofrimento. Ameaças tiveram pela Frente de Brasileiros no Exílio, no sentido de retirar o apoio financeiro às famílias das mulheres que iam às reuniões feministas que se davam informalmente em bares da cidade. A grande acusação que os homens faziam ao grupo era a de ser apolítico, por isso nada estava contribuindo para a luta contra a ditadura militar no Brasil.

Paris foi o palco de reuniões de diferentes grupos de mulheres, no ano de 1975. Em uma dessas reuniões se deu a produção do documento intitulado “*Por uma tendência feminina revolucionária*”. Este documento deu margem à criação do Círculo de Mulheres. Em termos ideológicos, a importância do Círculo de Mulheres foi a presença de uma postura política de esquerda claramente identificada com a luta de classe e de um trabalho mais reflexivo nos modos do modelo europeu.

No mês de maio de 1976 o Círculo lança uma carta de conteúdo político:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós, mulheres organizadas autonomamente, podem estar na vanguarda dessa luta, levando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres na é separar, dividir, diferenciar nossas lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista Pinto (2003,p.61)

Em relação à especificidade da mulher, o movimento feminista brasileiro em Paris tinha um ideário muito particular de autonomia. Embora defendendo a autonomia, tinha um elo muito forte com o marxismo, que subordinava a condição da mulher às formas de dominação presentes no modo de produção capitalista. Por sua condição de gênero feminino, as mulheres no espaço de luta política simplesmente não existiam como figura de seus direitos individuais, mas, por consequência, como objeto de opressão. O círculo nasceu para que as mulheres tivessem um espaço para se expressassem como mulheres.

Ao contrário dos outros movimentos feministas, o círculo cresceu e teve importante projeção em Paris. A proposta era a criação de espaços públicos de reflexão. Diante dessa realidade, há que se observar a diferença entre as feministas brasileiras no exílio em Paris e as feministas que tentavam se organizar no Brasil. Enquanto que as feministas exiladas procuram se reunir em espaços públicos de reflexão, as feministas do Brasil, mas especialmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, se encontravam no espaço privado, ou seja, nas casas de pessoas conhecidas, em reuniões informais e íntimas.

2.7-O Surgimento dos Primeiros Grupos Feministas

No ano de 1972 as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo foram as precursoras no aparecimento dos primeiros grupos feministas no Brasil. Estes grupos se inspiravam ideologicamente no feminismo atuante no hemisfério norte. Reuniam-se como mulheres já conhecidas entre elas, por isso passou a ter um caráter privado e informal, funcionando na verdade como grupos de reflexão. Para fazer parte do grupo, a mulher teria de ser convidada por outra mulher já pertencente ao grupo, além de possuir alguma afinidade intelectual e política, como um verdadeiro “gueto”. Essas características não podaram a promoção de algumas atividades públicas e de peso (Sarti, 1998).

Um dos primeiros grupos com essas características começou em São Paulo em 1972, regularmente se reunindo até 1979, com 7 anos de duração.³¹ Podemos dizer que em relação aos outros grupos este teve uma vida duradoura. Bastante parecido àqueles grupos da época de Bertha Lutz, foi criado por mulheres brancas, de classe média, intelectuais de esquerda, profissionais da área liberal e adultas. Esse grupo seguia o modelo americano ou europeu. Isso se explica porque muitas dessas mulheres viveram na Europa e nos Estados Unidos. O pesquisador Alberto Costa entrevistou algumas componentes do grupo e assim resume sua entrevista:

(...) não havia nenhuma formalização de organização interna, as reuniões centravam-se em temas pré-escolhidos, mas não havia pauta, nem exposição preparada, nem lição de casa, discutia-se tudo: de Virgínia Wolff e Anais Nin a doença venéreas, embora tenha demorado um pouco para falar da sexualidade(...) (Costa 1988, p.65).

O Brasil nessa época estava passando por um enorme vazio político. Os grupos de esquerda haviam sido derrotados em todos os níveis, inclusive na luta armada. Em meio a tudo isso estava ferozmente a presença do governo Médici e suas práticas repressivas. Esse sentimento que boa parcela da sociedade experimentava no sentido de que deveria fazer algo politicamente, mas sem qualquer possibilidade de ação, também passava pelos grupos de mulheres.

No mesmo ano, 1972, no Rio de Janeiro apareceram grupos da mesma natureza, criados por mulheres de classe média, muitas das quais também estudaram no exterior. Futuramente essas mulheres se tornaram importantes nas questões do feminismo no

³¹ - Vale destacar que, entre as décadas 70 e 80, uma enormidade de grupos feministas surgiram dispersos nesse imenso país. A falta de documentação que comprove a existência deles e em diferentes cidades fora do eixo Rio e São Paulo, não implica ignorar a existências deles

Brasil e reconhecidas nacional e internacionalmente. O primeiro grupo no Rio de Janeiro foi fundado por uma mulher recém chegada da Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, Branca Moreira Alves.

Branca relata em entrevista qual foi o pensamento para a criação do grupo: “Eu estava por voltar de Berkeley, tinha um grupo lá, e pensava que ia fazer politicamente quando voltasse para o Brasil. E cada vez era mais claro para mim, que eu tinha que fazer um trabalho com mulheres, que isso seria o mais importante” (Goldenberg ,1988).

Primeiramente eram só amigas, mas depois vieram mulheres da igreja católica. As primeiras discussões eram sobre literatura relacionada com o tema mulher. O grupo com esse perfil somente durou um ano, mas não acabou: as mulheres mais jovens retomaram o grupo, passando, então, a ser um grupo de reflexão, falando de si mesmas, da sexualidade em um sentido bastante intimista (Goldenberg ,1988, p.100).

Muitos outros grupos se formaram no eixo Rio de Janeiro-São Paulo e certamente em outros estados. Eram grupos pequenos, entre 15 a 20 pessoas. Alguns muitos efêmeros e fechados. As mulheres encontravam-se sempre nas casas de pessoas amigas e, para poder participar das reuniões, tinham de ser convidadas.³²

Talvez por se sentirem inoperantes em relação à política vigente, as reuniões seguidas de debates tirava-lhes a sensação de impotência. Essas mulheres tiveram fundamental importância na introdução das questões de gênero e de sexo, até então ignoradas no Brasil. Naquela época de ditadura seria quase impossível a visibilidade dessas mulheres. Tiveram de esperar algum tempo para tanto. Mas, a partir do ano de 1975, seus temas preferenciais ganharam maior visibilidade perante a sociedade brasileira.

2.8-O Ano Inaugural: 1975

³² - Maria Lúcia Helborn, que se tornou uma importante feminista no país, especialista na questão de gênero, diz em sua entrevista para Goldenberg: Eu militava no Diretório, mas o que me dava realmente identidade era o feminismo, o que era, aliás, super malvisto na época. Era como se eu tivesse abandonado a luta de classes para adotar a luta de sexo. Eu não tinha feito isso, mas dentro do Diretório sentia-me discriminada, como se tivesse passado a alguém em luta por uma revolução íntima, pessoal.

O feminismo inaugurou o ano de 1975 como sendo o ano de sua ascensão o que pode em alguma medida ser associado ao processo de abertura política. De 1975, o apogeu do movimento feminista no mundo e no Brasil, até 1979, o Brasil avança em direção ao processo da democratização.

No ano de 1975, o então General Geisel assumiu o poder e prometeu uma política gradual e controlada de relaxamento da censura e repressão. Na história do feminismo, o ano de 1975 foi marcante pela decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) em definir como Ano Internacional da Mulher. E Como parte das comemorações foram realizadas várias atividades públicas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo realizada na cidade do México uma conferência sobre o Ano Internacional da Mulher. A partir daí, a questão da mulher passou a ter mais visibilidade e status, em diferentes setores. (Costa , 2002)

No Brasil, os eventos das mulheres tinham natureza e abrangência bastante variadas, sendo o ponto alto discutir a condição feminina em nossa sociedade à luz das propostas do “*novo*” movimento feminista, baseadas no ideário feminino da Europa e dos Estados Unidos. Um dos primeiros eventos e mais ampliado depois da definição do Ano Internacional da Mulher, para comemorar a definição da ONU, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro e foi patrocinado pelo Centro de Informação da ONU. O evento se chamou “*O Papel e o Comportamento da Mulher na Realização Brasileira*”. Nesse evento criou-se o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

O Centro foi criado a partir de uma conversa informal entre dois grupos cariocas da época. É importante destacar esses grupos porque além de informais eles também tinham um caráter privado, como já foi enfatizado anteriormente em relação aos grupos feministas.

Embora sendo quase um encontro entre amigas de caráter privado, elas adquiriram força, mobilidade e peso político, tanto que foram esses grupos que procuram patrocínio da ONU e fizeram um importante evento que marcou a história do feminismo no Brasil, conforme fala de Costa (2005).

Esses grupos começaram a transitar em espaços diferentes daqueles em que se reuniam para conversas informais. Com o encontro de negociação com a ONU e posteriormente a realização de um evento de peso social e político, eles saíram das suas

reuniões privadas e passaram a ter uma visibilidade pública, tornando-as assim, mulheres públicas nas suas ações de contestações e lutas.

Apesar de se ter um documento assinado pela ONU, houve muita resistência na participação do evento. O medo da repressão, da censura e da perseguição pós evento foram as causas do afastamento de determinadas mulheres. Como tática, as organizadoras convidaram uma série de homens para fazer parte da programação, pois na época não se admitia de jeito nenhum se fazer alguma atividade pública que não fosse mista. O nome bonito e pomposo, “Pesquisa Sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira”, foi uma forma de escamotear a palavra feminista, pois essa palavra, juntamente com a palavra lésbica, assustava determinadas pessoas. (Pinto ,2003).

A proposta da criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira era para a época bem ambiciosa. O objetivo principal do centro era combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela pudesse exercer o seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento. Dentre as propostas apresentadas, uma das primeiras ações a ser desenvolvida era a aquisição de uma sede, com personalidade jurídica, estatutos e apoio do maior número de mulheres filiadas. Objetivava-se, assim, a criação de um jornal com objetivo de veicular e divulgar os problemas reais da mulher no sentido de criar uma consciência nacional de sua condição (Goldenberg 1992).³³

Da data da criação do Centro, 1975, até 1979, ele teve um papel muito importante no que tange à questão de gênero e o feminino no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Pinto (2003) comenta a postura das feministas radicais em relação ao centro: Ele abrigou diferentes tendências do feminismo, mas sempre enfrentou muita resistência das feministas radicais, que enfatizavam a centralidade da questão da mulher em detrimento de outras, questões consideradas gerais e traziam pra a discussão uma problemática considerada burguesa ou mesmo moralmente inadequada, como sexualidade, corpo, aborto, contracepção.

Conforme examina Pinto (2003), apesar dessas desavenças, o Centro em seu primeiro momento abrigou três grandes tendências feministas: a marxista, a liberal e a

³³ - A gestão do centro se deu no fervor da censura e da repressão, pois o regime militar via com desconfiança qualquer tipo de encontros, reuniões, mobilizações, ou qualquer ajuntamento de mais de três pessoas, sendo entendido pelo regime como conspiração contra a pátria. O próprio centro, como todas as integrantes do movimento feminista da época, estava exposto a um patrulhamento por parte dos grupos da esquerda que lutavam contra o regime militar. Esses grupos tinham na sua percepção o feminismo como uma coisa menor ou uma ameaça ao equilíbrio da unidade. O movimento apresentava modos diversos de posição em relação ao regime militar e aos grupos de esquerda.

radical. As duas primeiras tendências apresentaram com clareza as suas diferenças, mas a natureza política era mais acentuada e insinuavam que as questões enfrentadas pelas mulheres eram questões coletivas que extrapolavam a luta específica das mulheres. As marxistas insinuavam reduzir a luta das mulheres à luta de classe e as liberais a luta pelos direitos individuais. Os grupos das liberais eram mais contundentes em relação à questão da mulher e colocavam sua própria condição de mulher no seio da discussão e com isso levantavam questões de pouca aceitação entre os grupos, não tendo uma plataforma definida e coletiva para justificar a sua posição enquanto grupo.³⁴

Confirmando o ano de 1975 como um ano inaugural, além do que já foi exposto, ainda há mais. Um grupo de mulheres acadêmicas de São Paulo abriu espaço público na reunião anual da Sociedade Brasileira do Progresso para a Ciência (SBPC), neste ano realizado em Belo Horizonte. Nessa oportunidade fizeram diferentes manifestações contra o regime militar, pelo fim da ditadura, pelo fim da censura e pelo restabelecimento dos direitos democráticos. A reunião das mulheres na SBPC inaugura um novo tipo de atuação feminista fundamentalmente importante para as décadas vindouras (Paiva ,2003).

Outro fato importante em 1975 foi o lançamento do Movimento Feminino pela Anistia. Este movimento foi fundado por Terezinha Zerbini, esposa de um general que foi duramente atingido pelo golpe militar de 1964. O grupo, em um primeiro momento, reunia famílias de pessoas que haviam sido exiladas, desaparecidas ou presas. Ele cresceu e teve um grande peso social, sendo importante na campanha da anistia, que em 1979, veio a ser promulgada (Pinto ,2003).

As questões levantadas pelos movimentos feministas se alastraram e chegaram a outros setores, principalmente nas organizações operárias, notadamente nos sindicatos. A partir de 1977 começa a fluir encontros que atestam que as mulheres estavam iniciando uma nova postura diante das relações de trabalho entre os homens. O Sindicato Aeroviário do Rio de Janeiro organizou o I Encontro de Mulheres que Trabalham e, em seguida, o Sindicato dos Metalúrgicos, também do Rio de Janeiro,

³⁴ - Enquanto que nos Estados Unidos e na Europa os afrodescendentes e as mulheres estavam esbravejando suas especificidades na sua condição de dominados, no Brasil, tanto o pensamento liberal como o marxismo revolucionário, separavam o poder de luta em dois campos: o da democracia contra a ditadura e do proletariado contra a burguesia. Esses pensamentos abriram um leque para as mulheres se aproximarem do feminismo internacional. Essa aproximação foi feita através de viagens, correspondências, literaturas, entre outras formas. Exemplos dessa aproximação estão na pesquisa realizada por Avelar (2002,p.45). O Comitê internacional Pan Americano de Mulheres(Pan American Women's International Committee) trabalharia com a Liga Nacional de Mulheres Eleitoras; A Federação Brasileira para o Progresso Feminino era filiada à International Woman Suffrage Alliance etc.

organiza o II Encontro. Sem perder tempo, ainda em 1978 foi organizado o I Encontro da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema em São Paulo Pinto (2003).

As feministas elaborou a “*Carta às Mulheres*”, documento publicado no ano de 1978, com as reivindicações específicas das mulheres para os candidatos a cargos eletivos. Buscaram obter maior celeridade na aprovação de projetos de seu interesse como por exemplo a reforma na educação. As reivindicações eram gerais e específicas: anistia geral e irrestrita, eleições diretas para todos os cargos eletivos, fim da carestia, creches nas empresas, aumento de número de áreas de lazer, principalmente dos bairros pobres, aumento de número de escolas e de horas letivas, ampliação da merenda escolar nas escolas públicas, igualdade salarial, condições mais adequadas de trabalho (Goldenberg, 1992).

Costa (2005, p.15) alerta, em linhas gerais, para o seguinte:

Poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização. Nos movimentos se diluíam os discursos estratégicos, o Estado era o inimigo comum (Lobo, 1987). A identidade feminista naquele momento implicava segundo Alvarez (2001, p.25) (...) ter uma política centrada em um conjunto de assuntos de interesse específico das mulheres, aderir a determinadas normas de organização (como por exemplo, participação direta, informalidade nos procedimentos, ou ausência de funções especializadas) e atuar nos espaços públicos específicos, como as organizações feministas autônomas ou do movimento de mulheres mais amplo.

Assim, a década de 70 trouxe para o mundo, e em especial para o Brasil, uma nova condição da mulher. Aqui houve diferentes situações de rejeição aos grupos feministas. O regime militar, endurecido nas suas práticas repressivas e de censura, não admitia reuniões públicas. Além disso, tudo que fugisse de seu entendimento como um bem social era duramente penalizado. Mas o que podemos tirar de proveitoso dessas situações é que, verdadeiramente, o movimento feminista à duras penas existia no país. Muitas vezes fragmentado, enfraquecido, com cara e determinações elitistas, mas presente o suficiente para contestar as estruturas governamentais. Na década seguinte, o feminismo brasileiro estará pronto para experimentar a redemocratização.

2.9-O Movimento Feminista na Redemocratização

Nos anos oitenta, o movimento de mulheres no Brasil passou a ser um movimento social fortalecido. Os ideários feministas alargaram-se no cenário nacional, produto de uma série de situações que haviam sido dantes preparadas e fortalecidas pelas suas porta-vozes em conjunção com a modernização da sociedade brasileira. Além disso, ocorrem consideráveis inserções das mulheres do movimento feminista nas associações profissionais, nos sindicatos, nos partidos políticos, legitimando a participação da mulher como sujeito nessas estruturas organizacionais (Avelar, 2002).

2.10-A Relação Institucional

Nesse processo como observa Moraes (1985, p.52):

esvaziavam-se os grupos formados em torno da opressão da bandeira feminina e ganha força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Os grupos de mulheres saem a busca de introduzir políticas públicas em diferentes áreas de atuação como na saúde e trabalho, usando na medida do possível os canais institucionais.

Todavia, a atuação do feminismo institucional não foi um processo de fácil assimilação. A participação de Conselhos, principalmente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão bastante problemática, tendo reflexo no VII Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava para muitas mulheres uma fratura na luta pela autonomia. A participação institucional era vista por muitas como um perigo da perda da autenticidade e autonomia do movimento em relação aos partidos políticos, sem levar em conta a luta radical na transformação profunda nas relações de poder, por parte do movimento feminista (Costa, 2005).

A questão da institucionalização é colocada justamente no momento da abertura política. Nesse momento estava sendo repensada uma nova estruturação na reconstrução de instituições políticas democráticas, no sentido de modificar as políticas de repressão,

vindas ao longo tempo, desde o período ditatorial. Algumas feministas que lutaram pela redemocratização ao verem o seu partido, PMDB, ocupando espaço nos governos estaduais, perceberam que era o momento de, através dele, poder buscar espaços para a defesa da causa feminina. Entretanto, é bom que se tenha em mente que a reforma partidária de 1979 dividiu a oposição ao regime em pelo menos dois pólos: de um lado, o PMDB; de outro, o PT.

2.11- Os Conselhos

O resultado da mobilização que começou pelas Diretas-Já em 1983 foi responsável pela criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher, em 1985. Nesse ano, as oposições se reuniram por uma só reivindicação de luta, e foi nesse clima que foi criado o Movimento de Mulheres pelas Diretas-Já.

O Conselho Nacional da Condição da Mulher nasceu por iniciativa de um grande grupo de mulheres do PMDB. Essas mulheres procuraram Tancredo Neves, então candidato a Presidente, e dele tiveram o compromisso de, se eleito fosse, criaria um órgão para cuidar das questões específicas da mulher. Morre Tancredo Neves, e José Sarney, o então vice-presidente assume a Presidência da República e, mantendo a promessa deixada por Tancredo, cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O CNDM foi criado junto ao Ministério da Justiça, tendo a presidente *status* de ministra. Era composto por 17 conselheiras, todas nomeadas pelo ministro da justiça. Também compunha o CNDM um conselho técnico e uma secretaria executiva. O CNDM já nasceu com orçamento próprio. Sendo um órgão de articulação das demandas do movimento de mulheres como um todo, não teve vida muito longa. Collor de Melo ganha a Presidência da República e, com perplexidade, a sociedade brasileira assistiu seus mandos e desmandos. O seu autoritarismo exacerbado determinou o corte de orçamento de vários conselhos e nesse meio foi também o CNDM, já com 4 anos de existência.. Não satisfeito, determinou indicações para conselheiras e para a direção grande parte de mulheres que quase não tinham intimidade com o movimento feminista.

Durante os quatro anos de existência, o CNDM desenvolveu atividades de extrema relevância e de grande abrangência política e social, questões como a sexualidade, direitos produtivos e aborto estavam no centro das discussões. Mas,

verdadeiramente, suas intervenções se materializaram mesmo em vitórias significativas quando da realização da Assembléia Nacional Constituinte e posterior promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

O CNDM, no período dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, iniciou uma campanha nacional na televisão e por meio de *outdoors com o slogan “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”*. Mas uma reunião em Brasília, com mulheres feministas vinda de todo os cantos do país e de todas as raças, resultou em um documento que foi entregue aos constituintes chamado “*Cartas das Mulheres*”, que foi também distribuída para todo o país. No bojo dessa carta havia as principais reivindicações do movimento de mulheres. Essas feministas negras e brancas participaram formalmente, levando a carta para as subcomissões de Direitos e Garantias Individuais, Seguridade e Meio Ambiente, Saúde, Família, Menor e Idoso Pinto (2003).

A conseqüência do crescente envolvimento das mulheres feministas no âmbito público exigiu delas uma expansão de suas agendas. A carta das mulheres foi o documento de interferência e agendamento de políticas no movimento. Segundo Pinto (2003) a carta defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reformas agrária e tributária, negociação com a dívida interna. A abrangência do documento não parava por aí. Em relação às questões da mulher, o documento apresentou reivindicações específicas: trabalho, saúde, direito de propriedade, sociedade conjugal etc.³⁵. No Brasil, a criação dos Conselhos, e até de ministérios, voltados exclusivamente sobre a questão da mulher, surgiu em uma época em que a questão da institucionalização estava um tanto quanto emblemática, na medida em que se discutia a abertura política com a construção de uma postura democrática a níveis graduais.

Pinto (2003) aponta que o encontro entre o movimento e o campo político traz uma problemática fundamental, que deriva da própria natureza do movimento social, colocando diante dele duas alternativas: atrelar-se a um partido e ameaçar sua unidade e

³⁵ - A força de atuação das mulheres feministas durante os trabalhos constituintes e a eficácia de suas atuações inclui também a capacidade de organização e mobilização das mulheres negras, especialmente as do Rio de Janeiro, que entenderam que a luta era muito maior, não somente de gênero, de raça, mas uma batalha de uma só bandeira. As mulheres negras se dividiram em dois grupos: um se reunia com as mulheres feministas para discutirem as formas de estratégias para a apresentação das emendas em Brasília, enquanto que no outro grupo ficou na produção de documentos com conteúdo decisivo de pressão dirigido ao Estado: como a não violência às mulheres, não ao racismo, o preconceito, a invisibilidade, trabalho digno e respeitoso para as mulheres domésticas, não à violência policial nas periferias e muito outros. Essa foi uma das marcas do grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro na década de 80.

sua autonomia ou se manter unido e limitar sua participação política à pressão. Afirma ainda que, se formos analisar a primeira alternativa, ela apresenta duas possibilidades, quais sejam: o caminho da representação, isto é, da candidatura a cargos eletivos nos parlamentos, ou o caminho da ocupação de espaço no aparelho estatal.

Entretanto, a institucionalização acabou convencendo. Tanto assim, que foram criados o Conselho da Condição à Mulher, e os Conselhos Nacional e Estadual da Mulher. Em 1983, na cidade de São Paulo, no governo de Franco Montoro, do PMDB, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, sendo o primeiro Conselho dessa envergadura a ser criado no Brasil. A mola propulsora para a criação dele foi a organização do movimento feminista em São Paulo, com figuras de projeção a nível nacional, em diferentes áreas de poder e da academia. A proposta de criação do conselho foi apresentada ao governador na época por um grupo de mulheres do PMDB.³⁶

Conforme aponta algumas estudiosas, como Teles (1999), Pinto (2003) e Alves (1989), os Conselhos Estaduais tinham caráter consultivo e propositivo, não possuíam orçamento e eram compostos por mulheres engajadas no PMDB. As feministas militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) fizeram severas críticas aos Conselhos. Além disso, os grupos de mulheres vindas das camadas populares que lutavam por creches em suas comunidades e nos locais de trabalho uniram-se às mulheres do PT para direcionar críticas e mais críticas ao Conselho. Em verdade, havia um sentimento da ala feminista do PMDB que sentia a oportunidade de se criar Conselhos. Mas as líderes feministas contrárias à criação do Conselho reagem, tendo como porta-voz a líder Beth Lobo:

A questão da mulher não pode mais ser uma questão de esposas de políticos e de chás beneficentes. Nós abandonamos o status de objeto pra sermos tema. A luta por nossa liberação não tem como base uma liberação acordada, porque nós somos sujeitos desta luta, nós devemos então decidir nossa vida. Os movimentos populares de mulheres querem tomar as suas próprias decisões. E nós esperamos que haja lugar neste novo governo para esta participação. Goldemberg (1992, p.421).

Seguindo o exemplo de São Paulo, o governo Moreira Franco no Rio de Janeiro, pressionado pelo movimento feminista, criou o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). A sua estrutura não era muito diferente do Conselho de São Paulo,

³⁶ Pesquisa realizada pelo Web site do governo de São Paulo e do Conselho da Condição Feminina de S. Paulo.

fato compreensível se levarmos em consideração que juntos, Rio de Janeiro e São Paulo, foram os estados pioneiros na criação dos Conselhos. Esse órgão, ligado ao Estado, era unicamente para cuidar das questões relacionadas aos direitos das mulheres; portanto, não poderia ser tão diferente um do outro. Seu caráter era propositivo e consultivo e, a princípio, não possuía seu próprio orçamento. As feministas radicais de outros partidos fizeram severas críticas à criação do conselho, engrossadas pelos movimentos populares que reivindicavam soluções para as necessidades mais prementes das comunidades, como creches nas associações de moradores, postos de saúde, escolas primárias mais próximas aos seus bairros, saneamento básico e outras reivindicações.³⁷ O movimento feminista ao longo do período aqui apresentado foi inegavelmente marcado por muitas lutas e conquistas. Contudo, tal movimento, por um longo tempo, esteve atrelado a uma visão eurocentrista e universalizante. Isso gerou, dentre outras conseqüências, uma enorme dificuldade de reconhecer as diferenças nas desigualdades que permeavam o universo feminino, a exemplo da cor da pele, da classe social e da orientação sexual. Daí porque é pertinente perguntar, qual o lugar ocupado pela raça na agenda feminista? Que possibilidades de atuação tinham as mulheres lésbicas negras?

³⁷ Consultas extraídas do web site CEDIM.



Passeata de militantes negras e brancas (1988)

CAPÍTULO 3

EM BUSCA DE UM LUGAR: A CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS NEGRAS NO RIO DE JANEIRO

Questionamos anteriormente que lugar as mulheres negras e lésbicas ocupavam nos movimentos negro e feminista. Neste capítulo, buscaremos analisar este processo, ao mesmo tempo que examinaremos as razões que as levaram a construir organizações próprias.

As mulheres negras tiveram um espaço de atuação extremamente limitado no movimento negro e no movimento feminista.

No movimento negro, este quadro derivava da reiterada prática do machismo, do sexismo, da segregação e da discriminação. Geralmente, essa prática tinha origem em idéias preconcebidas do senso comum, que expressam discursos do tipo *“lugar de mulher é na cozinha, ou cuidando dos filhos”*.

No movimento feminista, as mulheres negras depararam-se com o racismo. Apesar da importância da presença de mulheres negras no movimento feminista branco do Rio de Janeiro, isso não lhes assegurou um tratamento diferente daquele que era dispensado pelos homens do movimento negro. Por muito tempo, estiveram sozinhas quando levantavam as mãos para afirmar que tinham realidade distinta, e que sofriam discriminações e preconceitos outros que os sofridos pelas mulheres brancas, como a falta de saneamento e de creche para seus filhos.

Mulheres que são, além de negras, lésbicas, ressentem-se ainda mais de todo o processo organizativo de tais grupos. Nos dois movimentos (negro e feminista), as percepções dos demais integrantes sobre as mulheres negras lésbicas, e as atitudes daí decorrentes, exercem forte influência na situação dessas mulheres dentro desses mesmos grupos.

Os itens seguintes analisam essas percepções sob os pontos de vista de diferentes atores.

3.1–As percepções das mulheres negras lésbicas sobre o seu lugar no movimento negro

O Regimento Interno do II Encontro Nacional de Mulheres Negras apresentava com transparência os objetivos que, naquele momento, as afrodescendentes envolvidas com o movimento negro buscavam alcançar:

- 1 - Denunciar as desigualdades sexuais, raciais e sociais existentes, apontando para a sua forma de organização e perspectivas de suas lutas.
- 2 - Aprofundar a reflexão em torno da questão da mulher e racismo no âmbito do Movimento de Mulheres Negras.
- 3 - Encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres negras presente no encontro.
- 4 - Interferir de forma organizada no I Encontro Nacional de Entidades Negras.
- 5 - Encaminhar forma de participação do movimento de mulheres negras brasileiras na formação da rede latino-americano-caribenha, proposta do I Encontro de Mulheres Negras Latino-Americano e do Caribe a ser realizado no Uruguai em 1992.
- 6 - Encaminhar formas de participação das mulheres negras brasileiras no ECO-92, a ser realizado no Rio de Janeiro em 1992.
- 7 - Denunciar a utilização da Mulher Negra nos programas de planejamento familiar sob a coordenação de diversos estados e municípios deste país e em particular a cidade de Salvador/BA.
- 8 - Denunciar a esterilização em massa das mulheres negras
- 9 - Aprofundar a reflexão e encaminhar formas de atuação das mulheres negras brasileiras na celebração dos 500 anos da colonização da América.

Temas de grande abrangência, como esterilização, planejamento familiar, desigualdade sexual, violência sexual e racial, entre outros, já estavam incluídos na agenda do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro, bem como nas agendas de outros Estados. Ao comparar essa agenda com a agenda mais geral do movimento negro, verifica-se o enorme hiato que existe entre elas. Além disso, só de forma muito episódica e marginal esse último movimento examinava uma questão crucial para as lésbicas negras: a sexualidade em geral e a homossexualidade em particular.

Transcreveremos a seguir a esse respeito:

“(…) o mais complicado dentro do movimento negro é a não discussão da homossexualidade, não só a feminina, como a masculina. O movimento negro não discute AIDS, o movimento negro não discute do pescoço para baixo, o movimento negro é um movimento de idéias. As mulheres negras é

que saem desse campo e começam a discutir saúde, sexualidade. As mulheres negras (...) é que vão discutir como é que está a saúde da mulher negra, como é que está a saúde integral da mulher negra, é que vão discutir mioma, câncer do colo uterino, e não sei mais o quê. Os homens negros, duvido que vão discutir o problema da próstata, estão todos pegando câncer. E os homens negros não sabem que podem ter câncer de mama. Não sabem porque eles não discutem. Eles só discutem o campo das idéias. Eles são os iluminados. Aí você vê uns deles tendo derrame, alguns deles tendo ataque do coração, alguns dele no alcoolismo *brabo*.”

As entrevistadas apontam para uma conclusão comum entre elas: a de que a percepção do racismo como uma forma de dominação ideológica não lhes assegura, de forma alguma, a identificação do fato de que o próprio movimento negro também acalentava e propagava mecanismos de dominação de outras minorias.

“O movimento negro, inicialmente, era um movimento muito machista. As mulheres tinham o direito de ficar fazendo número. Eu era muito combativa e falava muito, por isso muita gente tinha raiva de mim. Tinha gente que me mandava calar a boca. Uma vez, um companheiro chegou para mim e disse assim: – *Você vem aqui sempre. E seus filhos, quem é que toma conta de sua casa? Nessa altura, você tem uma negra que toma conta de sua casa.* Então, eu disse assim: – *E você, que vem aqui sempre? Quem é que toma conta de seus filhos?* – *Não, quem toma é a minha mulher. Mas ela é minha mulher. Então ela pode ser escravizada?* – *Eu não vou deixar a minha mulher ficar andando com você.* A visão deles era essa, de que elas deviam ir para o fogão, para o tanque.”

“Acho que o movimento negro, como qualquer outro movimento social, assimilou a homofobia..”

“Havia muitas dificuldades para as mulheres negras, porque o território era absolutamente masculino e machista. Eles tomavam as rédeas e davam as diretrizes totais do movimento. Bastante dificuldade, dificuldade de todas as formas, até de marcar reuniões, até de nós nos definirmos enquanto grupo. O que se dizia era que nós tínhamos de formar um bloco negro, e que não deveríamos separar o homem negro da mulher negra. Eles definiam no machismo deles, perverso, que haveria uma ruptura se nos separássemos e criássemos um grupo de mulheres dentro do movimento.”

O movimento negro construiu-se enquanto uma expressão de combate ao racismo, e que também propunha mudanças sociais mais radicais no plano da igualdade de direitos. Entre tais mudanças, contudo, não se incluía a erradicação da homofobia e do sexismo, como reportam com freqüência as entrevistadas. Segundo elas, comportamentos homofóbicos atrapalhavam, em alguma medida, os seus esforços de organização dentro do movimento negro.

Adetoun fala sobre a forma como a orientação sexual das mulheres influenciou no movimento social; aponta as dificuldades para que as mulheres negras tivessem visibilidade; e aponta também a questão da violência como algo grave e ainda não controlado. Vejamos:

“Não sei se a gente influenciou. A gente impôs a nossa presença em todos os movimentos. No movimento feminista, no movimento negro, no movimento de portadores de deficiência, no movimento de habitação, porque a gente acha que a habitação é direito de todas as pessoas, não é só para casais heterossexuais que tem direito a casa.”

A visibilidade das lésbicas negras veio através de uma luta travada entre elas e a sociedade, como mostra a narrativa de Adetoun:

“Nada foi fácil, nem tranqüilo. As portas nós abrimos. Nós empurramos e empurramos com muita força, e continuamos a cada dia que se passa a empurrar mais”.

A violência é analisada e apontada por Adetoun dentro de uma ótica de abrangência que perpassa as questões sociais, como habitação, educação, saúde, lazer, cultura, emprego, benefícios, falta de oportunidade para as mulheres lésbicas negras e outras necessidades:

“A gente pode colocar isso pela questão da violência. Se nós formos ver, ehh!!!, as questões de violência que são denunciadas, nós ainda não nos empoderamos dessa ferramenta de denúncia. Nós ainda apanhamos, nós ainda somos apedrejadas, nós ainda somos humilhadas, a gente ainda não tem acesso a cargos, a gente, isto é, as lésbicas, não temos direitos enquanto casais a benefícios como plano de saúde, pensão, aposentadoria, porque a homofobia e a lesbofobia ainda é muito grande, principalmente a lesbofobia.”

Outra entrevistada, Kainda, quando perguntada se as mulheres, homossexuais ou não, interferiram ou influenciaram no movimento negro, buscou uma maneira de minimizar a resposta, e, perceptivelmente, manifestou desconforto em tratar da questão:

“(…). Há pessoas que dizem que interferiu. A minha visão é que pode ter acontecido uma cisão, porque já se sabia que as pessoas estavam se estabelecendo, né. Agora, de desrespeito eu nunca soube, nunca presenciei. Até porque eram mulheres todas *de cabeça*, não iam estar pagando esse mico, fazendo bobagens, se desvalorizando por tão pouco.”

Kwavera foi uma das entrevistadas que salientou essa questão quando se reportou ao preconceito dos homens militantes do movimento negro em relação à promoção do Primeiro Encontro de Mulheres Negras.

“(…) É então que a gente percebe que a coisa não engrena bem. Quando as mulheres gritam pelo aborto, cadê o movimento negro junto das mulheres negras gritando pelo aborto? Dentro do movimento negro, quando do Primeiro Encontro de Mulheres Negras, a gente soube de reuniões em casas de alguns companheiros, com os homens dessas mulheres, onde ocorriam comentários do tipo: – *Pô, tu vai deixar tua mulher ir pra esse encontro? Naquele encontro só tem sapatão. – Aquelas mulheres vão querer comer nossas mulheres dentro do quarto.* Alguns, inclusive, davam instruções para suas mulheres: – *Cuidado, se aquela gorda chegar perto de você, sai correndo. – Cuidado, não vai ao banheiro sozinha.* Rolou esse tipo de preocupação. No encontro de Salvador não foi diferente. Os homens aqui no Rio de Janeiro ficaram enlouquecidos porque foram 300 mulheres para Salvador. Ficaram com medo das mulheres deles serem comidas. Como se as lésbicas não escolhessem, como se nós fôssemos iguais a eles, que absolutamente não escolhem as mulheres. Nós escolhemos com quais mulheres queremos ficar. Nós não saímos passando o rodo (gargalhadas) como eles fazem.”

Giddens, discutindo a distinção entre as sociedades tradicionais e a moderna, diz o seguinte:

“Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é o meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na comunidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes”. Giddens (1990, p.37-38)

Parece que o movimento negro manteve-se por muito tempo preso a essa perspectiva de olhar para trás e não perceber as mudanças e novidades em seu interior.

3.2- A percepção dos militantes heterossexuais sobre as mulheres negras lésbicas

A percepção das mulheres negras sobre o problema do machismo e da homofobia no movimento negro foi em grande parte confirmada nas entrevistas que fizemos com os homens militantes do movimento. Mesmo entrevistados que fazem a

defesa das lésbicas negras do movimento, por vezes utilizam um tom jocoso, e mal conseguem disfarçar o incômodo de falar sobre as experiências de tais mulheres .



Organização do 2º Encontro de Mulheres Negras- 1991(?)

Um dos depoentes, Adebumi, ao discutir sobre o tipo de embates e tensões em torno da discriminação às mulheres negras lésbicas, afirma que algumas lideranças as viam como descartáveis, objetos sexuais:

“Eu fui vítima, hoje eles são até meus amigos. Mas até chegamos a partir pra briga dentro do IPCN. Militantes amigos meus, achavam que as mulheres eram material descartável. Falavam assim: ‘Você está fazendo isso porque está a fim, você quer isso, você quer aquilo outro’. Na verdade, não era nada disso. Esses conflitos foram gerados porque, na verdade, quem estava com má intenção eram eles.”

Ainda segundo Adebumi, essa percepção trazia embutida outra questão – o receio da ascensão delas – pois, como ele salienta, “eles tinham medo do

empoderamento das mulheres, de perderem o seu poder de mando e ficarem submetidos a elas”³⁸

A percepção do empoderamento efetivo das mulheres negras lésbicas no movimento, além de ter provocado um sentimento de medo em alguns homens, levou-os a um confronto com aqueles que não concordavam com a desvalorização feminina. Fenômenos como esse dão sentido à análise de Jean Delumeau (1989,p.24) sobre o medo coletivo provocado pelo diferente:

“O termo ‘medo’ ganha então um sentido menos rigoroso e mais amplo do que nas experiências individuais, e esse singular coletivo recobre uma gama de emoções que vai desde o temor e da apreensão aos mais vivos temores. O medo é, aqui, um hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal ou tal ameaça (real ou imaginária).”

Os exemplos das discriminações, preconceitos e tantas outras manobras são imensuráveis. Kwavera traz como exemplo mais uma das práticas nocivas de alguns militantes do movimento negro, que, pela desqualificação, tentam desequilibrar a autoestima dessas militantes do movimento de mulheres negras. Vejamos:

“Pérolas a gente ouviu muitas, ditas por alguns companheiros, não posso me esquecer de algumas: ‘Homossexualismo é coisa de branco, isso é, deturpação de branco dentro do movimento negro.’ ‘Não existe negro homossexual’. ‘Existem negras e negros safados’. Isso são frases de militantes do movimento negro”.

E:

“Quando a gente começou a luta pela revisão da laqueadura tubária, outros companheiros disseram assim: ‘O que elas têm com isso se elas são lésbicas?’ Porque a gente é lésbica deixou de ter xereca (gargalhadas), deixou de ter Trompa de Falópio, deixou de ter tudo, entendeu? ‘O que elas têm com isso, você não acha esquisito?’ ‘Você não acha esquisito elas encabeçarem essa discussão, uma vez que são lésbicas?’ E não era todas lésbicas, eram três ou quatro, as outras não. Era uma proposta para o Brasil,

³⁸ Acerca do processo de autonomia das mulheres negras lésbicas, o informante observa que a autonomia veio do trabalho, através da comunhão de esforços com outras mulheres.

“O pensamento da mulher foi de que isso ela não queria mais para si: aqueles tipos de violência cometidos pela ação machista. Ela chega para o outro lado e encontra um outro tempero, de avanço, de trabalho. Uma mulher pergunta para a outra: – *O que você faz?* A outra mulher responde: – *Eu faço roupas*. Se unem e montam alguma coisa juntas, isso já é um processo de autonomia. E dali elas seguiram. Se existe uma certa união, se estão contempladas e estão felizes, estão realizadas; aplausos. Eu penso assim.”

como um todo, e a gente estava tratando da saúde da mulher. Você vê a que ponto chega a ignorância. Por isso digo que pérolas a gente ouviu muitas.”

Outra percepção sobre as lésbicas negras é a da conduta oportunista. Um dos entrevistados fala disso ao reclamar do afastamento das mulheres negras lésbicas do convívio com outros militantes, ao mesmo tempo em que buscavam apoio dos homens negros quando necessitavam.

“As mulheres que iniciaram (muito risos da parte do informante), vamos dizer assim, esse comportamento, elas realmente se afastaram da gente. Elas se afastaram literalmente. Nós só estávamos presentes para elas na questão da discussão, como se fôssemos um abre-alas, porque o restante elas queriam acertar, o restante elas resolveriam.

À avaliação de *oportunistas* adiciona-se a queixa de um dos entrevistados, de um suposto sectarismo por parte das lésbicas negras. Não se trata aqui de dizer que elas não possam mesmo ter se isolado. Contudo, outra leitura possível é enxergar nessa dinâmica uma forma legítima de buscar a formação de uma identidade coletiva, e de unir forças em torno de demandas comuns. Mas não é sob essa perspectiva que o gregarismo delas é avaliado no grupo.

Nas falas dos entrevistados – divisoras, sectárias e oportunistas –, a sexualidade das lésbicas negras é vista como um produto da frustração da experiência de relacionamento com os homens. De acordo com este enfoque, marcadas pelos maus-tratos, elas passam a recusar a companhia masculina e “tornam-se” lésbicas. Vejamos como um informante analisa a reação de algumas mulheres negras maltratadas pelos seus ex-companheiros:

“(…) As pessoas às vezes falam assim: *O que tem de ser, é mesmo*. Mas existe outro fato, da mulher mal-amada, da mulher maltratada, da mulher mal-ouvida, da mulher mal-isto, da mulher mal-aquilo, que acaba se auto-rejeitando. *Afinal de contas, eu sou mulher ou não sou? Por que eu fui mal-amada*, entendeu? Tem uma incompreensão em determinado momento que leva a buscar esse elemento, por exemplo, a mulher mal-amada. Ela vai buscar a recuperação com outro homem? Não vai, porque ela está assustada. Ela vai chegar ali e vai pensar: *Esse cara vai fazer a mesma coisa*. Se ele disser *vamos tomar isso, vamos fazer aquilo*, ela vai dizer: *não, eu não vou*; porque o outro fez a mesma coisa. Ela não vai cair nesse buraco. Ela vai buscar outro sentido, em um outro segmento, e acaba ficando. Ali ela encontra amparo, encontra afago. Essas mulheres mais idosas tiveram relações com homens. Ninguém vai pra uma relação sem conhecer a outra. Aí fica aquela história tipo *eu gosto muito*. Por que você gosta muito? Porque você conheceu a fundo, você passa, você gosta e aí

não é quanto à questão mulher com mulher, mas é por outra questão, homem e mulher, sabe?”

Uma das mulheres entrevistadas narra como essa percepção foi por ela vivenciada, e como isso, no limite, levou a seu expurgo do movimento social.

“Me reconhecer como negra foi um processo muito dolorido, até por conta da cor de minha pele, pelo tipo de meu cabelo, pelo meu nariz, pelas próprias companheiras do movimento negro, pelas próprias pessoas do movimento negro que eu procurei na década de 70 e me excluíram. A minha primeira exclusão do movimento social foi no movimento negro, onde eu era vista como *tinta fraca*. A partir do momento que eu falava que era lésbica, eu era vista como aquela mal *fodida*, porque eu não havia encontrado um *negão* para me *foder* direito. São duas exclusões que eu vejo como muito pesadas. Considero que, por mais que nós, mulheres negras lésbicas, estejamos num processo de construção de uma homossexualidade negra, de verbalizar tudo isso, ainda há muitas pessoas do movimento negro que não nos toleram. Ainda há muita dificuldade de nos aceitarem enquanto uma identidade sexual diferenciada da deles.”

Kwavera, diz como vê o racismo e a discriminação no movimento negras. Ela afirma que a discriminação e o racismo são muito parecidos na sua forma de agir.

“De uma forma cínica como o racismo, que eles falam que é velada, essa forma de discriminação também é velada. Espera você sair para falar mal de você, não tem um enfrentamento, não parte para uma discussão clara e concisa com você. Quando você sai é que a coisa é jogada, que eu acho que é a pior forma que tem de discriminação. Na conversa você se sente aceita, você se sente acolhida, mas aquilo tudo é falso. Quando você vira para trás, aí você vai saber o que foi falado. Tem sempre alguém que chega para depois contar (risos).”

Esta sexualidade lésbica é também vista de forma naturalizada, como um produto da natureza.

“Eu não sei (muitos risos), aí vem a questão hormonal. Sei lá, em um determinado ponto do corpo você passa a ter maior sensibilidade. Então, nesse momento, entra a questão do corpo como a própria defesa da mulher, porque ela não podia confiar cem por cento no homem, com medo de agressão. Acho que a mulher quer ter o seu próprio homem. Então rolava essa coisa do flerte. E a mulher sempre teve preocupação com a traição. O que aconteceu? Elas buscaram avançar não culturalmente, mas socialmente. Avançaram em um processo de luta compacta. Tipo: – *Mulheres, vamos sair desses homens violentos. – Como? – Vamos nos juntar.*”³⁹

³⁹ Essa percepção também está vinculada à noção de incompletude da sexualidade e prazer das lésbicas negras. Em um dado momento, o informante fala sobre o bi-relacionamento homem/mulher e mulher/mulher, e justifica por que o prazer viria através do orgasmo. “Muitas delas, mesmo tendo relação

Esta fala expressa também o reconhecimento de que as lésbicas negras se organizavam em torno de objetivos políticos. Contudo, ao avançar na sua narrativa, o mesmo depoente vez vincula o comportamento delas, político delas à busca intensa por parceiras sexuais.

“(…) Quando elas se juntaram nessa coisa do avanço, tinha em alguém o fomento da sedução. Isso tudo forma um processo um tanto ou quanto psíquico, que levou a aceitar outra mulher. Por exemplo, um processo de sedução entre elas era o seguinte: – *Fulana, o que você vai fazer amanhã?* – *Ahhh!!!! eu não sei, não.* – *Terminado o trabalho, dorme aqui mesmo.* A parada era muito dessa. – *Já é meia noite, você não vai para casa.* A *mal-intencionada* já fazia com que, a partir dela, a outra tivesse todo o aparato, que tivesse toda uma sedução mesmo. Independentemente daquela sedução do corpo, por enquanto. É aquela sedução do lar, aquela sedução de que você está amparada, e isso foi gerando, foi aumentando e aumentando e aí os caras não se cuidaram, entendeu? Na verdade, se nós homens déssemos um tratamento mais adequado a determinadas mulheres, essas coisas não aconteceriam. Acho que a necessidade não era sexual. O envolvimento partiu pela caracterização de que a gente estava naquele processo de homens machistas, homens dominadores. Estávamos sempre envolvidos com duas, três mulheres, ou outras questões.”⁴⁰

Os receios morais sobre a conduta lésbica negra se desdobraram em duas outras preocupações. A primeira delas era a ruptura das condutas – discretas e passivas – esperadas das mulheres em termos de busca de relacionamentos amorosos e sexuais.

“Cresceu muito rápido essa coisa do assédio, e elas não tentaram esconder. Antes se auto-revelaram, e estão aí assumidas. Eu acho que em determinado momento elas até faltam com o respeito – não são todas. Elas faltam com respeito na questão do assédio a sua própria companheira, irmã, parceira lutadora de tantos anos. Tudo bem, respeitamos a sua questão sexual, mas acho que elas também têm que respeitar, e cada pessoa ter a sua redoma de atuação. Se você estiver em determinado momento que não é para isso, a gente percebe no olhar quando esse olhar é ganancioso. Mas elas não. Como eu posso dizer isso? Elas não evitam demonstrar o seu olhar ganancioso. De vez em quando eu as escuto comentar entre si sobre o que

com mulheres, continuam a ter relações com os homens, porque o prazer que elas têm realmente, chama-se orgasmo. Ela vai buscar no seu efeito, vamos dizer no seu processo tradicional, mas é a relação de fato que tem que ser feita desse jeito. Que seja uma vez a cada três meses (risos), mas ela tem uma relação com o homem. Vamos chamar assim: de atividade com o homem.”

⁴⁰ Nesse trecho da entrevista, Adebumi cai em contradição, pois demonstra preocupação e em seguida diz-se despreocupado com o número crescente de negras lésbicas: “É uma coisa inexplicável. Pôxa, já pensou essa *mulherada* toda lésbica por aí (muitos risos)? Como é que vai ficar? Não vai sobrar ninguém pra gente. Isso não me preocupa porque graças a Deus eu sempre tive confiança no meu processo de identificação e de aproximação. E também eu nunca tive interesse nessas mulheres que se transformaram, se eu tivesse tido interesse por alguma delas, eu poderia estar frustrado.”

está se passando, o que naquele momento está rolando, como está, como não está.”⁴¹

A segunda preocupação, tradicional no que se refere aos medos sociais em relação à presença de homossexuais em ambientes coletivos, era o receio de que as lésbicas negras “contaminassem” a juventude.

“Até hoje eu vi crescimento no número de lésbicas. Talvez esse avanço seja até maior, a sua pesquisa é que vai dizer isso, se nesse período que elas se juntaram enquanto mulheres lésbicas, o grupo aumentou ou não. Quando eu te digo que elas ameaçam enquanto grupo a juventude de hoje, penso se vamos ou não ter mais mulheres negras assumindo posição de mercado ou de luta. Isso é um ponto. Outro avanço da mulher negra lésbica dentro do movimento deu-se a partir do momento em que elas começaram a dar mais as caras, dirigindo ONGs, independente da homossexualidade, apresentando trabalhos, vindo para as mesas de discussões ocupar seus cargos, porque nós tínhamos mesas muito formadas por homens. Essa ocupação de cargos valorizou muito a mulher, e quebrou aquele rótulo do machismo. Mesmo o cara machista teve que recuar, que se render, mesmo não aceitando, pois as mulheres se qualificaram *legal* para isso.”

Na base dessa discriminação contra as afrodescendentes lésbicas do movimento negro estava a reprodução das atitudes preconceituosas que os militantes apresentavam no conjunto dos espaços sociais mais amplos por onde transitavam. Isto fica evidente na seguinte narrativa:

“Lá na minha área tinha um clube chamado Royal, onde em todo fim-de-semana rolava uma tarde dançante, umas comidinhas, umas mulheres bonitas, apresentáveis, e a gente sempre querendo namorar, paquerar, essa coisa toda. Num belo dia, a gente estava naquela coisa do assédio, puxando assunto, e tinha um outro rapaz que também estava a fim da mulher com quem eu e meu primo conversávamos. Daí ele chegou e perguntou: – *Vem cá, conseguiu alguma coisa lá?* Nós dissemos que não. – *Está muito*

⁴¹ Esse tipo de percepção foi se reproduzindo à medida que elas davam passos mais concretos para a criação das suas organizações e produzia constrangimentos no relacionamento delas com os homens e também com mulheres negras. A Kwavera justifica sua dificuldade de relacionamento com as outras mulheres negras pelo fato de não ter sido criada uma relação de amizade pessoal, a não ser uma relação eminentemente política. Vejamos: “De uma forma geral foi uma relação ruim (...). Essa relação se deu no plano de organização de trabalho e no plano da organização política da militância de mulheres negras. Como no início pouco se falava quem era quem, muitas mulheres lésbicas se omitiram e a gente fica sem saber muito bem. De alguns anos para cá essas mulheres têm se mostrado mais. Ahhhhhhh! (...) Enfim, têm muitas que você nem sabia e nem elas sabiam, então você tem outra postura. Na verdade, eu fui uma mulher que todo mundo dizia que eu era uma galinha. Que eu comia todo mundo, mas isso não é verdade. Eu tive pouquíssimas namoradas. Eu sou de relações duradouras. Eu gosto de relações duradouras.”

resistente, não está a fim. O rapaz então disse: – Claro, ela nunca vai querer. – Mas por que? – Aí, a mulher é sapatão, rapa ... Vocês estão cantando um sapatão. Então eu falei: – Ce tá brincando, aquele mulherão?! O rapaz, então disse novamente: – Sapatão, rapa, sapatão a mulher. Até aí tudo bem, né? O que acontece? Dá medo, cantando sapatão... O que essa mulher vai querer comigo? Se aceitar... caramba! Nós nos afastamos e fomos procurar outra. No final da festa, quem é que estava colado com a mulher? O cara que havia dito que a mulher era sapatão (gargalhadas). – Como é que você faz uma parada dessa, diz que a mulher é sapatão e agora você está lá com ela? – Meu irmão, otários são vocês, compadres, eu falei aquilo foi para vocês ciscarem, porque eu estava a fim dela.”⁴²

Ao analisar a situação, ocorrida entre ele, o primo e as supostas lésbicas, Adebumi a caracterizou como uma síndrome:

“Pra você ver, é como se fosse uma síndrome. Quando se fala que é, o homem desiste. De repente, não seria mais o caso de tentar buscar a contramão da coisa? Por que o sapatão não pode se sujeitar a um argumento? Não para tirar isso da cabeça dela, mas uma tentativa. Quando se diz que ela é, ela sabe que é *sapaton*, a gente põe um pé atrás e não procura chegar. Isso foi fato isolado no movimento negro, mas eu acredito que possa acontecer ou que pode ter acontecido. Tem algumas delas que não demonstram, até porque elas querem se sentir *ela* na relação com a outra. Uma tem o comportamento do homem e a outra continua e permanece na identidade feminina, na sua intimidade feminina, no seu comportamento feminino, mas não permitindo que o homem chegue perto dela.”⁴³

A percepção de tal quadro e dos comportamentos a ele associados contribuíram para que as mulheres negras lésbicas passassem a rejeitar a de aproximação dos homens do movimento negro, mesmo porque, equivocadamente, os homens do movimento negro viam-nas na construção de um *quartel-general*. Não era dito frontalmente, mas era insinuado pelos militantes.

“Era o nosso grupo e o grupo delas, aí você vê que distanciou. Aí se percebeu que existia alguma coisa errada. Nas rodas dos homens, os comentários eram: – *Está sabendo que Joana está com a Nair? Você está vendo, mudou até a postura. Aí, você começa a observar e é verdade. E quando a gente chegava com uma forma carinhosa de tratar, a gente sentia que não estava sendo bem recebida, conforme era antes. Nesse momento foi que eu vi o início da mudança. Daí por diante vieram*

⁴² Alguns termos são gírias ou vocabulários recorrentes nos subúrbios do Rio, como *rapa* (rapaz), *ce* (você), *mulherão* (mulher boa, bonita), *colado* (grudado), *ciscar* (ir embora).

⁴³ Quando Adebumi apresenta a sua visão em relação à orientação sexual das mulheres negras lésbicas na sua militância, ele faz uma separação entre o movimento negro e a sociedade, e aponta como a sociedade cria obstáculos à presença da mulher negra e lésbica: “Existem segmentos machistas que não vão permitir que essas mulheres tomem a frente. Em determinado momento, vamos bater naquela tecla que lhe falei: como apresentar em uma sala de aula quatro mulheres *sapatonas* discutindo fertilidade? Isso deixa muito segmentado o onde elas vão estar atuando. No movimento negro, elas ficavam sem suporte de defesa na sociedade, porque o movimento nunca discutiu gênero e sexualidade. Elas nunca pediram uma pauta para discutir tal questão.”

surgindo outras, né? Elas realmente conseguiram (muitos risos) fazer um *quartel-general*, um *exército*. Um *exército* que fez essa coisa de hoje. Hoje você vê grupos e mais grupos, né? Tem grupos e mais grupos formados e encabeçados por elas.”

Merece destaque nas falas dos militantes sua percepção quanto à reação das próprias mulheres à discriminação sofrida.

“Em algum momento houve discriminação. Mas elas foram *duronas*, elas *peitaram* e *peitam*. Se qualificaram, foram buscar sabedoria, foram buscar intelectualidade. Estamos vendo que, independentemente dos trabalhos, elas estão fazendo, elas se empoderaram, justamente porque em um certo momento elas foram bombardeadas no movimento negro. Eu acho que em determinado momento discriminei algumas delas, mas foi involuntariamente. Pelo fato de não querer estar próximo delas, porque elas são homossexuais. É uma discriminação à sua presença. Que seja lésbica, mas é mulher. O cara é gay, mas ele é homem. Ele vai querer ser *trans* quando ele tiver lá virado, lá de peruca, no show do *casimbo* a quatro⁴⁴, aí se é transexual. Eu sei lá, é uma mistura do que eles falam, eu também nem quero saber dessa discussão, mas ele é homem. Como você vê na questão de gênero, não adianta. Você vai pegar na carteira de identidade dele aí vem lá escrito Manoel José Joaquim de Lisboa Neto, só não pode ser Adebumi Chidima⁴⁵ (gargalhadas). Isso é papo de negão”.

3.3 – A percepção das mulheres negras em relação ao movimento feminista

As informantes também levantaram questões sobre a forma como elas se inseriram no movimento feminista branco, notadamente no que diz respeito à aceitação das mulheres negras. Lamentam a falta de solidariedade das mulheres brancas em relação às lutas das mulheres negras. Embora vejam no movimento feminista maior capacidade em incorporar as suas questões, de outro lado apontam para uma assimetria na solidariedade entre negras e brancas.

A gente ainda vê que em muitas das lutas das feministas, as mulheres negras estão juntas, mas em muitas das lutas das mulheres negras, as feministas não estão juntas. Por exemplo, agora quando se pautam as cotas. Cadê o movimento feminista junto com as mulheres negras? A gente percebe que as coisas ainda não engrenam bem.”⁴⁶

⁴⁴ Casimbo a quatro é uma gíria do subúrbio carioca e do interior do Rio de Janeiro. Equivale a dizer “lugar apropriado”.

⁴⁵ Chidima, nome próprio de origem nigeriana. Quer dizer: Deus é bom e maravilhoso.

⁴⁶ Acerca do meio de comunicação do movimento negro, a informante traz como exemplo de preconceito uma publicação no Jornal Maioria Falante, onde se faz comparação entre a AIDS, o racismo e uma mulher doente: “(...) Uma das coisas interessantes e ao mesmo tempo horrorosas que aconteceram saiu do Encontro do Movimento Negro na quadra da Escola de Samba Império Serrano e virou manchete do

Adetoun, por sua vez, apresenta os motivos que a fizeram se aproximar do Grupo de Mulheres Felipa de Sousa, um movimento de mulheres negras:

“Dentro do movimento de mulheres negras, nos aproximamos no momento em que vimos que nas manifestações, nas comemorações, nós, lésbicas negras, não éramos contempladas. Embora muitas dirigentes componentes de instituições fossem lésbicas, eram negras lésbicas, e nós fomos para ocupar esse espaço como lésbicas negras. A nossa orientação sexual é o motivo de nossa militância. Em primeiro lugar, a nossa militância é pelos direitos das mulheres lésbicas. Podem ser mulheres negras portadoras ou não de deficiência, de classe social mais desfavorecida ou não, é como no movimento feminista.”

A informante faz um jogo de palavras contrapondo “negras lésbicas” a “lésbicas negras”, conceito que sobrepõe a questão social à questão da raça, no caso, a raça negra. Ao citar o movimento feminista, a informante alarga a questão do tempo e vislumbra a ancestralidade, estabelecendo um paralelo entre o movimento de lésbicas negras e o movimento de mulheres negras nas senzalas. Adetoun, inspirada em seu movimento, dá um tom mais profundo a suas reflexões e lança um questionamento:

“O movimento feminista nós conhecemos de uns 30 anos pra cá, mas entre nós, mulheres negras, o feminismo é anterior, de quando nossas bisavós foram alforriadas e começaram a trabalhar como costureiras, cozinheiras, amas de leite, vendedoras em mercado, para que pudessem proporcionar a alforria a seus filhos. E quantas dessas mulheres negras alforriadas não seriam lésbicas?”

A narrativa da Adetoun é muito interessante na medida em que, além de levar sempre a sua fala para um tom político, ela nos força a pensar sobre a *lesbianidade* dentro das famílias. Aponta os equívocos da comparação que diz que ser lésbica é ser bruxa do mal:

“(…) Será que essas nossas tias que não se casaram, que ficaram cuidando da gente, que foram para os conventos ou ficaram se dedicando aos Orixás, eram lésbicas e não puderam falar sobre a sua *lesbianidade* e tiveram de viver na clandestinidade? Por que o que a gente sabe da história da lésbica é uma história imensa de clandestinidade. Botar a cara na rua é muito difícil, até porque muitas pessoas ainda se equivocam e vinculam o lesbianismo com práticas sexuais, e colocam a gente como prática sexual perversa. Como se a gente fosse bruxa, fosse tirar a alma. Nós somos bruxas sim (risos), mas somos bruxas do bem, né?”

Jornal Maioria Falante. Eles fizeram um documento, eles faziam um monte de teses. Um deles fez uma tese dizendo que a AIDS podia ser comparada ao racismo sutil de uma bela mulher contaminada, cheia de doenças. E faz umas comparações assim enlouquecidas com as mulheres. E aí, a gente começa a tomar pé que a gente tem de se defender do movimento negro.”

Acerca da participação do Grupo de Mulheres Felipa de Sousa no movimento feminista, Adetoun deixa bastante claro como ocorreu esse vínculo:

“A gente teve participação no movimento feminista, mas sempre como lésbica feminista. Nós não somos feministas e lésbicas. A nossa identidade é de lésbica e feminista, porque dentro do movimento feminista existe um número bem considerável de lésbicas. A militância delas é de feministas, e não de lésbicas, e a nossa não. Nós somos lésbicas, negras e feministas.”

Adetoun relata que o acolhimento das feministas às mulheres lésbicas negras não foi tranquilo, apresentando às vezes certo tipo de violência, para a qual ela apresenta uma explicação:

“Houve muita resistência nesse acolhimento, às vezes até com violência velada. O movimento feminista, que a gente conhece e vê, é um movimento branco, querendo ou não ele tem um recorte de classe muito grande. A gente pode ver pelos encontros, as grandes instituições, que agora estão sendo obrigadas a discutir tudo, principalmente a questão da orientação sexual. Quem não discutir as questões sobre orientação sexual estará perdendo o bonde da história. Vai estar muito passos aquém do que se está querendo para um mundo melhor”.

3.4-- A percepção das feministas brancas sobre o local das mulheres negras no movimento feminista

Neste item procuro apresentar as trajetórias de duas mulheres militantes do feminismo branco do Rio de Janeiro, na busca de uma interação analítica entre a fala de duas mulheres brancas que fizeram e fazem parte do movimento feminista branco do Rio de Janeiro.

Com o intuito de preservar as intimidades das informantes, serão também usados nomes fictícios. Anita, mulher branca, 55 anos, classe média, moradora da Zona Sul do Rio de Janeiro, curso superior, feminista, bissexual; e Jenifer, mulher branca, 68 anos, classe média, moradora na Zona Sul de Niterói, curso superior, heterossexual.

Embora as mesmas perguntas tenham sido aplicadas às duas informantes, verifica-se pelas narrativas que mais da metade de suas opiniões se opõem. De acordo com as narrativas, as duas informantes passaram a infância no interior, em cidades do Sul e do Sudeste, respectivamente, onde receberam o mesmo estilo de educação, ou

seja, estudaram em colégios particulares nos quais não havia crianças negras, e foram criadas em famílias que não discutiam a questão racial.

A informante que passou infância e adolescência no interior do Rio de Janeiro disse que só ao entrar na universidade, já adulta, percebeu diferença no tratamento social dispensado a pessoas brancas e negras:

“Eu fui menina do interior, não tive percepção de diferença nem de desigualdade (...). Eu não enxergava isso, eu nunca percebi isso, nunca vi ninguém ser destrato em casa. Não tenho experiência de discriminação dentro de casa, nem de pobreza, nem de raça ou etnia, cor de pele. A minha percepção de negritude e desigualdade só vai se dar, por incrível que pareça, na Escola de Serviço Social”.

O Estado do Rio de Janeiro foi um dos que mais utilizaram escravos negros como força de trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar e de café, principalmente nas cidades do interior. Com a Abolição, por não terem perspectiva de emprego e habitação, continuaram vivendo nessas cidades, vagando pelas ruas. Não perceber as desigualdades raciais e sociais que existem até os nossos dias é demonstração de um país no qual persiste a marca de uma política escravista, de dominância dos senhores brancos abastados.

A informante moradora do Sul do País revelou que sua cidade foi formada por imigrantes italianos, espanhóis, japoneses e alguns alemães e portugueses, e que mesmo nos arredores não há uma pessoa da raça negra:

“(...) Eu não lembro de ter conhecido uma pessoa negra, nem nas fazendas nem nos arredores dessas fazendas.”

Quando perguntadas sobre as suas trajetórias no movimento feminista, ambas as informantes ficaram à vontade em suas narrativas. Com diferentes olhares, construíram suas próprias histórias. Anita, mulher feminista por convicção, por morar em fazenda no interior do Sul do País, não teve oportunidade de contato mais direto com as informações, comparadas às oportunidades das meninas-moças da cidade grande. Aos 18 anos de idade foi estudar em São Paulo, onde fez contato com o único grupo feminista da época:

“(...) Eu comecei a querer recuperar tudo aquilo que não tinha aprendido, entrei para sócia do Clube do Livro. (...) É muito engraçado porque eu não conhecia nada. Nunca tinha ouvido falar de feminismo, de movimento de mulheres, mas todos os meus livros tinha mulher na capa. (...) Eu conheci

uma professora que era Carioca, em São Paulo, ao retornar para o Rio eu vim visitá-la e ao chegar fui informada por ela que estava participando de uma organização de mulheres feministas, chamado Centro da Mulher Brasileira. Fiquei interessada.”

O ingresso de Jennifer no movimento feminista decorreu de um processo bastante diferente, pela via do trabalho. A informante descreve tal ingresso:

“Eu fui da Secretaria de Saúde do Município, conheci a Santinha, que participava do movimento feminista, virava e mexia ela me chamava para ir aos encontros delas. (...) Lá fui eu, eu não me lembro do tipo de dinâmica delas, penso que era uma linha da vida. Mas era um pouco assim, as pessoas davam depoimento sobre si, todas elas sentadas no chão”.

Era outra a dinâmica praticada pelo Centro da Mulher Brasileira, do qual Anita participava: enquanto num grupo as componentes contavam algo relevante de suas vidas, o outro grupo refletia sobre um acontecimento.

“(...) Eu percebi que elas usavam sempre alguns instrumentos que provocavam as discussões entre elas. Lembro de uma vez em que uma delas trouxe um recorte de jornal, com um fato. Era um problema numa auto-escola. Uma senhora queria uma instrutora mulher, e nenhuma auto-escola do Rio de Janeiro tinha instrutora mulher. Essa foi a grande reflexão daquele dia.”

Também a percepção de cada informante é diferenciada, o que pode ser comprovado através das narrativas individuais de cada uma.

“Insisti mais de três meses para saber se em São Paulo havia esse movimento, uma vez que lá morava. Descobri o Centro da Mulher Brasileira, que não tinha relação com o do Rio de Janeiro, não era uma extensão. Todas se assustavam com a minha presença. Eu soube depois que elas se reuniam escondidas, porque era a época da ditadura. O fato de eu ter chegado lá sem que ninguém me conhecesse fez com que elas pensassem que eu fosse agente a mando da ditadura.”

“Numa reunião na casa de Manoela eu presenciei marido e mulher discutindo essa coisa da dominação, e eu pensava: O que estou fazendo aqui? Eu sou uma mulher bem resolvida, eu não vivo essa dominação masculina; eu sentia que não pertencia a esse bloco. Depois de duas ou três reuniões, não fui mais”.

As narrativas das duas informantes revelam motivação semelhante para o início da militância feminista. Ambas disseram terem sido motivadas pela subserviência da mulher em relação ao homem imposta pela sociedade.

“(...) Eu tinha esse incomodo de aceitar: – *Não, isso a mulher não pode fazer. – Mulher é frágil.* Tanto que eu só vim chorar aos 30 e poucos anos, porque chorar era sinal de fraqueza, quem chora são as mulheres. Foram esses vários significados, que parecem ser muitos pequenos, que vão sendo introjetados na vida. Por exemplo , no casamento na igreja, a entrega do pai ao noivo, o pai cumprimentava entregando a filha, era um ato que me fazia chorar. Por que? Porque eu não me conformava com aquela cena. O pai carregava a filha, quer dizer: ele é proprietário da filha, e no altar, aquela coisa simbólica, o pai entrega para o noivo, como se dissesse: agora você toma conta dela. Um homem negociando com outro homem, e a mulher vai passando de mando e comando, de um braço para outro. Então todas essas coisas que me incomodavam, esses gestos, esses símbolos, esses mimos, o preconceito, a submissão, o lugar onde a mulher estar, como a mulher deveria se comportar, eram coisas com as quais nunca me conformei.”

“O que me motivou foi reconhecer um campo de luta, e reconhecer os graus de inconsciência a que nós mulheres estamos submetidas na relação marido/mulher. Por exemplo: eu consegui dimensionar num tempo muito curto o que tinha sido uma existência longa. Eu tomei consciência de que eu existia e que a dominação era um fato. Só não percebia que eu era muito *cheia de si*: mulher autônoma, independente, até fica desempregada.”

Mesmo no movimento feminista, a *lesbianidade*, e como pensar essa temática são ainda assuntos de difícil discussão. Após derrubarem barreiras, algumas mulheres, principalmente as mulheres lésbicas, já levam para grupos a discussão sobre a orientação sexual das mulheres.

Perguntadas sobre a *lesbianidade*, as informantes evidenciaram diferenças na forma de tratar a questão:

“Não é uma coisa excluída de minha vida, mas não sou militante do movimento lésbico. Eu sou militante do movimento feminista. Uma vez ou outra essa questão está sendo colocada, mas era preciso que uma militante lésbica levantasse a mão e lembrasse que elas existem, e que a fala delas deveria estar contempladas nos textos. Alguém precisava mesmo vestir esse papel para que o feminismo lembrasse da questão da orientação sexual, o que eu acho que demorou muito a acontecer.”

“No período em que eu participei, eu tinha notícias de pessoas lésbicas no movimento. Quando fui ao encontro feminista de Bertioga, lá, pela primeira vez, assisti a um encontro de lésbicas. Eu participei das sessões de direitos reprodutivos e numa tarde fui para o GT que discutia o lesbianismo, por curiosidade, porque eu nunca tinha visto lésbicas juntas discutindo as suas questões.”

Perguntadas se já haviam participado de reunião de mulheres negras lésbicas, as duas disseram que não.

3.5-Mulheres em Movimento

Com severas críticas à violência dos homens negros contra as lésbicas negras no âmbito da militância social e política no movimento negro do Rio de Janeiro, as lésbicas negras criam suas próprias organizações, na busca de visibilidade, respeito e afirmação de identidade, e na luta pela autonomia dentro de um espaço marcado profundamente pelo político, pela desigualdade social, pelo racismo, pela discriminação de gênero e sexual. Logo, essas organizações revelam um desejo de participar, de contribuir para a transformação, de construir uma sociedade mais equânime, de forma a poderem, especialmente, interferir nos códigos de sociabilidade e na moral sexual.

De saída, um grupo de mulheres criou o CRIOLA, em 2 de setembro de 1992, no Rio de Janeiro. O CRIOLA veio com uma nova proposta de intervenção entre o público e o privado. Organizou-se como instituição da sociedade civil, sem fins econômicos, fundada e dirigida por mulheres negras de diferentes orientações sexuais e de distintas formações profissionais. O objetivo do CRIOLA é instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à *lesbofobia* e para a melhoria das condições de vida da população negra.

Em uma entrevista à Revista Raça, Lucia Xavier, Coordenadora Geral do CRIOLA, disse o seguinte acerca das interferências no plano público/privado:

Nosso movimento surgiu na década de 80 está à frente do processo, buscando interferir nas políticas públicas nas áreas de educação, saúde etc. Aponta estratégias para a superação dos inúmeros problemas das populações negras e fortalece a luta pela afirmação da identidade das mulheres negras afrodescendentes. (REVISTA RAÇA, setembro 1994)

Há uma grande diferença estrutural e ideológica entre o CRIOLA e outros grupos de mulheres negras, como o Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDOICOM). O CRIOLA, por ser um grupo que tem na sua composição

mulheres negras de diferente orientação sexual, não aprofundou um projeto voltado à questão da *lesbianidade*, mesmo tendo produzido algumas publicações sobre o tema nos últimos anos. Porém, foi a primeira instituição a implantar um projeto que mencionava a *lesbianidade*, o projeto “Entre Elas”. O projeto teve pouca repercussão, e rapidamente entrou em um processo de decomposição, definhando até morrer prematuramente.

Alguns atritos e controvérsias que foram surgindo revelaram-se contornáveis, e outros, não. Neusa das Dores, coordenadora executiva do CEDOICOM, foi uma das fundadoras do CRIOLA. Houve áspera dissidência entre ela e as mulheres negras que compunham o CRIOLA, cujos motivos variam de acordo com a versão que é contada. No movimento de mulheres negras também existiram alguns embates, que resultaram na criação de outras entidades como o Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH), o próprio CEDOICOM e outros. Neusa mostra preocupação em relação a um mal-entendido ocorrido entre a instituição CEDOICOM e o Programa COLERJ:

“É bom não se confundir a ONG com o programa. A ONG é de mulheres negras, a Coisa de Mulher é de mulheres lésbicas. O COLERJ é um coletivo, um programa de Coisa de Mulher. O COLERJ foi fundado em 1995 como autônomo. Só que as mesmas pessoas dirigiam a Coisa de Mulher e o COLERJ. Em uma assembléia, eu (Neusa) e Beth (falecida) falamos que não mais poderíamos levar duas instituições, mas elas não aceitaram assumir o Coletivo de Lésbicas. Chegou uma hora que o Coletivo estava maior que o Coisa de Mulher. Porque o Coletivo de Lésbicas surgiu como uma coisa nova. Foi o primeiro coletivo de lésbicas negras em uma cidade como o Rio de Janeiro.”

Segundo o relato de Neusa, um ano depois as lésbicas negras convocaram a comunidade para um encontro nacional, realizado na cidade do Rio de Janeiro, ao qual compareceram mais de 300 mulheres vindas de diferentes Estados. O encontro foi importante para marcar a presença das lésbicas, para “mostrar à sociedade que as lésbicas existem e estão aí”. Depreende-se desta declaração que o encontro não tinha caráter resolutivo, de confecção de documentos, negociações políticas ou acordos. Reforça esta conclusão o fato de que já se passaram seis anos e não houve outro encontro do tipo.

O CEDOICOM e o COLERJ existem com o firme propósito de dar segurança, resgatar a auto-estima, respeito e visibilidade às mulheres negras lésbicas. Essas mulheres vêm arando as terras para colherem os mais belos e saudáveis frutos nas estações seguintes. Na criação desta entidade, a questão de buscar a visibilidade dividia

o grupo. A proposta do nome COLERJ criou dificuldades e embaraços entre as mulheres negras lésbicas. Segundo Neusa das Dores:

“A primeira dificuldade foi nossa. Em 1995, as mulheres queriam nomes como Meninas do Rio, Clube da Luluzinha, um nome assim que não demonstrasse o que elas eram. Eu e a falecida Beth insistíamos para lutar pela visibilidade. – Como nós vamos lutar por visibilidade já com o nome nos ocultando?”

Muitas mulheres, porém, consideravam *lésbica* uma palavra muito *pesada*. A primeira luta do CEDOICOM foi conquistar as mulheres a assumir o nome *lésbica* no programa. “Difícilmente, alguém vai saber que existe um programa com o nome de Coletivo de Lésbicas no Rio de Janeiro. Ao contrário, se você perguntar pelo COLERJ, a grande maioria irá dizer que conhece. O nome COLERJ, ou seja, a sigla, passou a ser conhecido, para inviabilizar o nome *lésbica*”, avalia Neusa.

3.6-A construção do Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher

O CEDOICOM é uma Organização Não-Governamental de Utilidade Pública Estadual e Municipal, sem fins econômicos, fundada em 4 de dezembro de 1994 na cidade do Rio de Janeiro. O Estatuto da instituição está em fase de reformulação, a fim de adaptar a entidade a novas exigências sociais e legais. Ainda regida pelo primeiro estatuto, o princípio de sua estrutura organizacional não difere das outras ONGS. É composta por uma diretoria executiva, um conselho deliberativo, com cinco mulheres, e duas conselheiras, todas eleitas por voto aberto de dois em dois anos. As assembleias são feitas quando necessárias, a pedido, e, no mínimo, uma vez por ano.

A ONG foi criada por mulheres negras assumidamente lésbicas, de diferentes profissões, com o propósito de contribuir e de tornar explícito o enfrentamento de quaisquer formas de violência a que as mulheres lésbicas e negras sejam submetidas. O trabalho é prioritariamente dirigido a mulheres negras, mulheres negras de baixo poder aquisitivo, mulheres negras lésbicas, mulheres negras encarceradas, mulheres negras recém-egressas do sistema penitenciário, meninas negras e adolescentes em situação de risco.

Com o intuito de assegurar maior transparência, o CEDOICOM agregou à sua estrutura organizativa mulheres negras de diferentes movimentos sociais, como líderes

comunitárias, lideranças acadêmicas, todas do Rio de Janeiro. Um dos princípios básicos na escolha dessas mulheres é que estejam comprometidas com a defesa dos direitos humanos, incentivando o exercício da cidadania e a elevação da auto-estima nas mulheres que estão à margem da sociedade. O CEDOICOM estabeleceu algumas prioridades de ação, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas sociais para as mulheres. Destaca-se o elo existente entre o tripé gênero, raça e pobreza na sociedade brasileira.

Estas medidas tornaram-se exemplares e representaram um grande avanço para o movimento como um todo. O Rio de Janeiro passou a contar com ações sérias e eficazes, tendo por base a perspectiva da equidade étnico-racial, gênero e diversidade sexual. Fazem parte dos objetivos do CODEICOM contribuir, trabalhar e promover diferentes tipos de ações que promovam o equilíbrio social nas áreas da saúde, educação, justiça, e construam uma rede de solidariedade.⁴⁷

Inicialmente, o trabalho foi muito difícil para essas mulheres. Não tinham lugar para se reunir, estrutura mínima para começar a desenvolver alguma atividade, sem dizer que nenhuma delas vislumbrava um futuro financeiro. Resolveram então fazer suas primeiras reuniões no apartamento de Neusa das Dores, no bairro de Copacabana. Lá permaneceram por quase quatro anos. Nos meados de 1998, alugaram uma sala na Rua Álvaro Alvim, Centro do Rio de Janeiro. Nos dias que antecediam o pagamento do aluguel da sala, sentiam-se atormentadas, relatam atualmente. Mesmo assim, com todas as dificuldades da vida em conjunto com a militância, elas se mantiveram nesse espaço até o ano 2000.

Então, uma dessas mulheres soube de um prédio, o *Darcy Vargas* (prédio do governo federal situado na Rua General Justo, 275, no Centro do Rio, hoje chamado Palácio das ONGs), onde estavam oferecendo espaço para algumas ONGs. A informação foi rápida e precisa. As mulheres negras do CEDOICOM não perderam

⁴⁷ São objetivos programáticos do CEDOICOM: 1-Contribuir pra a diminuição dos níveis de pobreza e para uma justa distribuição de oportunidades socioeconômicas para meninas e mulheres pobres e negras. 2-Contribuir para a reinserção social assim como prevenir a reincidência das egressas do sistema penal. 3-Prevenir a violência sistemática contra mulheres e meninas assegurando respeito e igualdade no tratamento entre homens e mulheres, meninos e meninas. 4-Trabalhar as especificidades dos jovens, a equidade de gênero e raça, cultura da paz, diálogo entre gerações, prevenção do HIV/AIDS e DST. 5-Construir um espaço de reflexão e ação política para as adolescentes, priorizando as discussões sobre as múltiplas formas de discriminação: raciais e socioeconômicas. 6-Promover a inserção e intercâmbio com outros centros de documentação e redes de mulheres em nível nacional e internacional, através da participação em atividades direcionadas às questões sobre sexo, raça, gênero e classe.

tempo, foram imediatamente se inscrever, pleiteando um espaço junto de outras ONGs. Cumpriram toda a série de exigências a nível documental. Finalmente, lhes foi solicitada comprovação de que tinham condições de fazer a reforma do espaço. Como já eram velhas militantes do movimento social, não tiveram maior embaraço de entrar em contato com três organizações internacionais, historiando o que havia acontecido e ao mesmo tempo solicitando verbas para a reforma da sala. De pronto foram atendidas pelas organizações, *Astraea Foudation*, *Mac Arthur* e *Global Local for Women*. As verbas recebidas foram gastas inteiramente na reforma do espaço, em instalações e infra-estrutura, ou seja, na compra de equipamentos (computador, aparelho de fax, televisão, vídeo) e materiais necessários para o bom andamento dos projetos. Começava uma nova fase.

Considerando o comprometimento do CEDOICOM em influir na implementação de ações públicas que proporcionem mudanças políticas e sociais para as mulheres lésbicas e negras no que diz respeito à pobreza, raça, gênero e diversidade sexual, tornou-se cada vez mais necessária a apresentação de seus projetos de curto prazo, médio prazo e longo prazo: 1) Documentação e Informação; 2) Sexualidade e Saúde Reprodutiva da Mulher; 3) Apoio a Internas e Egressas do Sistema Penal; 4) Educação e Cultura; 5) Jovens Negras; 6) Orientação Sexual/COLERJ.

Para melhor eficiência e condução a nível avaliativo dos programas, o CEDOICOM apresenta algumas linhas de intervenção, como: Saúde Integral da Mulher; Prevenção a DST/HIV/AIDS; Resgate da auto-estima; Capacitação profissional; Assistência jurídica; Orientação psicológica; Direitos Humanos da mulher; Assessoria a grupos de mulheres, Orientação Sexual.

O CEDOICOM desenvolve projetos inovadores e impactantes, que atingem diretamente grupos sociais pouco ou quase nada contemplados por políticas públicas. Destacaremos alguns:

1- O **Projeto Jovens Mema** tem uma característica bem peculiar. Embora seja desenvolvido em espaços comuns, como escolas, associações de moradores, clubes recreativos, tem como objetivo principal levar para as mulheres, meninas e adolescentes, através de palestras e oficinas, a construção da auto-estima e, conseqüentemente, a proteção de seu corpo. A meta desse projeto é proporcionar troca de informação, segurança e confiança dessas pessoas em qualquer espaço por onde transitar.

2- O **Projeto Família Consciente Previne-se!** também é importante dentro dessas ações, tendo dois objetivos principais: conscientizar para o exercício da cidadania para uma sexualidade saudável, e aumento da auto-estima das mulheres que se encontram dentro das unidades prisionais no Rio de Janeiro. Este projeto em especial, além de trabalhar com o público específico das mulheres adolescentes e mulheres encarceradas, vai além e desenvolve práticas sócio-educativas para os familiares e para as agentes penitenciárias das unidades prisionais.

3- **Projeto Jovens Pensando no Futuro.** A vulnerabilidade a que os jovens negros de comunidade de baixa renda são expostos, ameaçados por vários tipos de violência física, psicológica e sexual, tráfico de drogas e outros tipos de atrocidades, fez o CEDOICOM criar este projeto, de impacto específico no cuidado dessas questões. Objetiva possibilitar aos jovens informações atualizadas sobre doenças sexualmente transmissíveis, e outras informações que vão fortalecer sua auto-estima.

4- **Projeto Fórum Estadual de Mulheres Negras: Alternativas para a Paz.** O projeto parte do pensamento universalista de educação e cultura como instrumentos de inclusão social e de paz. Busca transmitir ensinamentos de práticas para resolução de conflitos entre os jovens. O boletim informático da instituição (ano 2, n.5) informa que, em cada atividade, consegue reunir cerca de 200 pessoas na faixa etária entre 14-24 anos, adolescentes em sua maioria, que vêm na sua totalidade de comunidades da cidade do Rio de Janeiro com históricos de violência urbana e cultural .

5- O **Projeto Solto a Voz da Prisão** também é dirigido às mulheres presidiárias. Neusa das Dores, coordenadora do CEDOICOM, comenta esse trabalho:

“É um programa desenvolvido em presídios. São conversas dirigidas sobre suas vidas, a condição feminina e seu difícil cotidiano. Também para as presidiárias há um curso de capacitação profissional de iniciação às instalações elétricas e prediais e de conserto de aparelhos eletrodomésticos. (...) [Elas fazem] em média três fóruns por anos. O Fórum Estadual de Adolescentes Negras, em junho de 2004, reuniu mais de 80 jovens, parte delas integrante do grupo Caixa de Surpresa, com o qual realizamos um trabalho incluindo dança, curso de inglês, discussões sobre negritude, sexualidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e cidadania.” (REVISTA RAÇA, set. 2004, p.62)

6- Projeto COLERJ-Coletivo de Lésbicas Elisabeth Calvet do RJ, último projeto de impacto do CEDEICOM. O COLERJ tem como objetivo pensar em ações e estratégias que inibam a lesbofobia, o sexismo e as demais formas de opressão e violência dirigidas às lésbicas, visando empoderamento, respeito e visibilidade da lésbica negra na sociedade. Segundo Neusa das Dores, o COLERJ *“é o único grupo de mulheres no Rio de Janeiro voltado especificamente para lésbicas negras.”*

Para desenvolver esses projetos, o CEDOICOM conta com apoio de agências nacionais e internacionais:: Global Fund for Women, Mama Cash, Global Fund for Children, CESE, Astraea Foundation e Ashoka Empreendedores Sociais.

3.7- Construção do grupo de mulheres Felipa de Sousa

Várias questões têm sido denunciadas freqüentemente por grupos organizados de homossexuais de forma geral, de lésbicas, e às vezes pela mídia. Dentre as principais questões podemos elencar: a violência contra lésbicas e gays, acompanhada de estupro, espancamento com requinte de crueldade levando a morte; a falta de legislação que ampare a companheira se uma delas vier a falecer, que permita a casais de lésbicas e gays somarem renda para financiar casa própria; a falta de tratamento especializado na área de saúde para esses segmentos; além do racismo, da discriminação nos movimentos sociais. Tais situações geraram insegurança, medo e dor, por fim traduzidos em um campo de ação.

Essa ação que se exprime entre o público e privado levou à criação e ao fortalecimento de uma nova identidade. Como afirma Freitas (2001,p.65): “Além da violência, novamente é a maternidade que é apontada como uma característica desse “país” a que pertenceriam. É nessa dimensão que constroem uma identidade comum. deste país”. Além da violência, novamente a conjugação de uma pluralidade de ações é vista como elemento que assegura a cidadania, que dá esperança de um mundo melhor, com mais respeito, mais tolerância a todos os grupos entendidos como minoritários.

É exatamente dentro desse contexto que surge o Grupo de Mulheres Felipa de Sousa, em 2001, no Rio de Janeiro, momento em que estava acontecendo em Durban, África do Sul, a Conferência Internacional de Combate ao Racismo, Xenofobia e outras formas de discriminações correlatas. O grupo foi formado por cerca de 40 mulheres lésbicas. Rosângela Santos, coordenadora do grupo, disse em uma de nossas conversas: *“Não tínhamos nada, aí nós montamos em uma vassoura e fomos”*. Por isso, a vassoura tornou-se símbolo do grupo. Segundo outra integrante do grupo, a vassoura representa autonomia: *“A gente vai para onde a gente quer, e se a gente quiser mudar a gente monta na vassoura e vai embora.”* O nome do grupo homenageia Felipa de Sousa, lésbica denunciada pela Inquisição (Tribunal do Santo Ofício) em 1591-1592.

As militantes dizem ter enfrentado muitas dificuldades estruturais sem perder o estímulo, até que, repentinamente, inúmeras portas foram abertas numa grande manifestação de solidariedade, como cessão de espaço para o funcionamento da ONG, informação de financiamento, empréstimos de mobiliário, doações de equipamentos e material para funcionamento da sala. Parcerias também foram construídas nesse período de construção e implementação de alguns projetos, relata Rosângela. A partir de trabalhos ligados a DST/AIDS, violência, mulheres surdas, o grupo de mulheres Felipa de Sousa acabou virando referência em alguns momentos e em alguns temas. Comenta Rosângela: *“Uma das grandes bênçãos das Deusas foi a nossa autonomia.”*

Monique Witting traduz esse discurso da prática e da libertação expressando a autonomia em relação ao mundo masculino:

A recusa de se tornar heterossexual sempre significou a recusa da pessoa em ser homem ou mulher, conscientemente ou não. Para uma lésbica, isso é mais do que simplesmente se recusar a assumir um papel de “mulher”. É recusar o poder econômico, ideológico e político do homem. Somos evadidas de nossa classe, da mesma forma que os escravos fugitivos evadiam-se da escravidão e tornaram-se cidadãos livres.” Castells, (1999, p.234)

O grupo começou a trabalhar e instalou-se na casa da atual coordenadora, Rosângela. O espaço era pequeno e não comportava a demanda. Em uma parceria vitoriosa, conseguiram dividir a sala 311 do Palácio das ONGs com o Programa Integrado de Marginalidade (PIM). Estão nela até hoje.

O Felipa de Sousa não tem fins econômicos e é filantrópico, ainda sem os títulos de utilidade pública das três esferas governamentais. Funciona com três coordenadoras e uma equipe de voluntárias que atuam como agentes comunitárias. As coordenações se

dividem entre uma coordenação geral, uma coordenação executiva e uma coordenação financeira. Conta com um Conselho Fiscal formado por pessoas de outras instituições, parceiras.

O corpo de voluntárias se diversifica nas suas ações. Como agentes comunitárias, elas desenvolvem trabalhos em terreiros de candomblé, campos de futebol, com prostitutas, meninas próximas ao tráfico, mulheres em risco de marginalidade social, ministrando oficinas sobre material descartável, sexo seguro, além de palestras sobre DST/AIDS e consultorias que promovem para grupos de lésbicas fora do Estado. Seu principal objetivo principal é a conscientização e a luta pela não discriminação das lésbicas, e a questão da cidadania e dos direitos humanos.

Além de desenvolverem parcerias com ONGs (como a Arco-Íris, o CEDOICOM, o PIM), também o fazem com a esfera pública, através de programas de DST/AIDS dos governos Federal e Estadual. Foi-nos informado que o que faz efetivamente os projetos caminharem são as parcerias com outras ONGS.

O Grupo de Mulheres Felipa de Sousa é responsável por vários tipos de projetos sociais. O **Espelho de mim** é um projeto de prevenção de DST/AIDS. Observei que esse projeto é a espinha dorsal do Grupo. Em entrevistas, as voluntárias Rosângela e Fátima disseram que a questão da sexualidade é tratada em todos os projetos, porém é mais explorada nesse projeto, e apresenta um laço de abrangência muito maior.

O projeto promove pequenos seminários, encontros e oficinas com lésbicas leigas e com o pessoal da área de saúde, enfocando uma prática de sexo mais segura. Todos esses programas são implementados com pouca verba e às vezes sem qualquer financiamento.

Outro projeto famoso do grupo é o **Projeto Severina**, que desenvolve atividades de cunho cultural e social com as mulheres migrantes do Nordeste e suas famílias. Esse projeto proporciona momentos de lazer através de teatro, dança, encontros para discutir o cotidiano dessas pessoas, oficinas com palestras sobre DST/AIDS nas próprias comunidades onde vivem. Há outro projeto, muito interessante em termos de um novo visual cênico, chamado **O que eles levam no peito**. Através de exposição de camisetas, denuncia a violência velada, aquela violência que é colocada como coisa de humor. “Mulher de casa é igual a galinha de granja: limpinha e fresquinha, mas quando vai comer não tem gosto de nada” é uma das frases dessas camisetas “humorísticas”. O grupo de mulheres Felipa de Sousa está desenvolvendo um novo projeto, o **Cidadania e Lesbianidade**, que atua na formação de políticas para as lésbicas.

Tanto na formação dos grupos feministas brancos quanto na formação dos grupos feministas negros, o processo de organização e formulação de propostas foram bastante similares. Contudo a especificidade apresentada em relação a orientação sexual, nos grupos de mulheres negras mostrou uma profunda e mais clara discriminação seguida de preconceito. Ao contrário do que se pode perceber nos ambos grupos, os grupos de mulheres negras lésbicas a discriminação vinha somado de mais alguns componentes. De um lado a sociedade intervindo como uma instituição de caráter coercitivo e discriminador e ao mesmo tempo tanto os homens e as mulheres pares de militância mostrava em suas atitudes ações preconceituosas e discriminadoras, condenando por vezes a atitude dessas mulheres em criar as suas próprias organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a autonomia, visibilidade, militância, discriminação e direitos foram duas razões, que levaram algumas mulheres negras a se afastarem do movimento negro. Essa preocupação advém da constatação de que o movimento negro discute e analisa a questão racial, mas não discute a questão de gênero, conforme denunciaram as nossas informantes. Estabelecendo um paralelo com o movimento feminista, podemos dizer que, assim como o movimento feminista trabalha a questão de gênero e não discute nem analisa a questão racial, o movimento negro não discute gênero, mas sim a questão de raça. Portanto, nada mais que natural que surgisse, nesse período, um movimento que atrelasse e concentrasse essas duas discussões.

A questão da orientação sexual tornou-se outro hiato, pois não era discutida pelos outros movimentos. Os movimentos de lésbicas e gays não são movimentos restritos a expressar sexualidades e defender direitos humanos de quem quer amar e ser amado. No olhar de Castells (1999,p.257), “os movimentos lesbiano e de gay não são simples movimento em defesa do direito humano básico de escolher a quem e como amar. São também expressões poderosas de identidade sexual e, portanto, de libertação sexual.”

Segundo Neusa das Dores, a atual inclusão da questão da orientação sexual nas pautas dos movimentos não se fez sem muita dor, muita lágrima, muita luta. Quando as mulheres negras afastaram-se estrategicamente do movimento negro e do movimento feminista, o fizeram por entender que, se ali continuassem, suas reivindicações acabariam diluídas nas formas gerais dos movimentos. Naquele momento, as mulheres negras lésbicas precisavam de fato saber o que queriam, ou seja, qual era a sua especificidade.

Quando surgiu o movimento de lésbicas, criado por algumas mulheres aguerridas, especificamente lésbicas negras, elas foram em busca exatamente dessa especificidade, do seu ideário, ao encontro do seu próprio vocabulário, do seu EU. Nas palavras de Castells,

“O movimento vem para desafiar algumas estruturas milenares sobre as quais a sociedade foi historicamente construída: repressão sexual e heterossexualidade compulsória. Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, ou culturas, em que alguma forma de distinção

entre o eu e outro, nós e eles, não seja estabelecida.” (Castells ,1999, pp. 22 e 256)

É por isso que hoje, em diferentes encontros, conferências, debates, seminários, as lésbicas negras se fazem presentes reivindicando e incluindo o tema orientação sexual na pauta do dia.

“*O movimento negro é um movimento homofóbico*”, afirmou Neusa das Dores Pereira quando de sua entrevista para a realização deste trabalho. Ouvir e anotar essas palavras significa afirmar o pensamento da maioria dos entrevistados quanto à postura do movimento negro do Rio de Janeiro em relação aos seus pares femininos. O caminho dessas vozes me permitiu trilhar uma história do movimento negro do Rio de Janeiro, dentro de um novo prisma de visão de gênero, raça/etnia e lesbianidade. Uma história escrita numa narrativa de afeto, dor, angústia, mas também de um grande crescimento político, social, cultural, intelectual e de gênero quando se recorta o olhar para a orientação sexual desses sujeitos, bem como a sua resistência, sua sobrevivência étnica, política e social.

Como reação às diferentes manifestações de rejeição por parte de militantes do movimento, essas mulheres lésbicas e negras tiveram que se insurgir contra o movimento negro através da criação de suas próprias instituições. Mesmo assim, deram mais um passo à frente, deixando de lado as suas angústias, sobreviveram, se solidificaram, se articularam, se movimentaram social e politicamente, demonstrando, através de seus trabalhos altamente profissionais, a legitimidade e a visibilidade de suas ações.

Os companheiros do movimento negro do Rio de Janeiro, ao menosprezarem a capacidade de articulação e produção de conhecimento dessas mulheres, tentaram invalidar e desqualificar os seus saberes, impondo-lhes a sua verdade, que consideravam verdade absoluta no pensar, interpretar e organizar uma nova visão de mundo. Mas as vozes dessas mulheres lésbicas e negras não foram silenciadas.

Tradicionalmente, o modelo estrutural e organizacional do movimento negro do Rio de Janeiro sempre foi pensado e comandado por homens. Não é de se estranhar que os integrantes do movimento social negro do Rio de Janeiro tivessem um comportamento que refletisse a atual conjuntura social brasileira. Passávamos por período de grandes comoções e tensões, por momentos sombrios, na época da ditadura militar. Falar em racismo ou preconceito era entendido como uma afronta à ordem

pública, qualquer um que o fizesse poderia ser visto como “*comunista*”, e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Não é impossível que as tentativas de tolher o pensamento e a maneira de ser, agir e pensar das mulheres negras e, em especial, das mulheres lésbicas negras no movimento negro, fosse uma forma nada agradável de protegê-las da violência arbitrária do regime ditatorial. Entretanto, esta *tese* da proteção às mulheres é bastante controversa. Grande parte das militantes do movimento negro era adulta, responsável por seus atos, e sabia perfeitamente dos riscos, pois transitava por todos os ambientes permitidos. Logo, a explicação mais provável é a de que os homens do movimento negro só agiam dessa forma devido ao enraizado machismo herdado.

No espaço do movimento negro, o preconceito e a discriminação contra as mulheres lésbicas negras ocorreu sob muitas formas, desqualificando suas ações, desqualificando sua competência política, acusando-as de estar usando sedução sexual para impor suas reivindicações.

Essas atitudes de parceiros do movimento negro, contra mulheres que se diferenciavam pelo fato de assumirem uma sexualidade não heterossexual, são atitudes preconceituosas e discriminatórias. O preconceito é uma realidade historicamente construída e dinâmica, profundamente arraigado no senso comum social, e pode ser constantemente reinventado e renomeado no imaginário social. Torna-se necessário, portanto, combater essa realidade tanto no nível das mentalidades quanto das atuações concretas. Como acentuam Borges, Medeiros e D’Adesk:

“Os preconceitos fazem parte de nosso processo de socialização, e é extremamente difícil erradicá-los do pensamento, pois a perspectiva crítica exige mais esforço do que a simples aceitação de idéias falsas, mas às quais estamos acostumados e que nos favorecem. Além disso, os preconceitos estão enraizados em todas as culturas, balizando as relações que cada uma delas estabelece com as outras e muitas vezes justificando o tratamento desigual e a discriminação de indivíduos e grupos.”(Borges, Medeiros, D’adesky ,2002, p.53).

Enquanto atitude, o preconceito está profundamente internalizado na sociedade brasileira. Expressa-se através da pluralidade de linguagens, no plano simbólico, e das práticas sociais, muitas vezes carregadas de sutilezas e ambigüidades de grande complexidade. Estar atento, bem como compreender como se dão estes processos, é condição imprescindível para desvendá-los e combatê-los, na perspectiva da construção de uma sociedade em que os direitos dos diferentes possam ser garantidos e respeitados.

No Brasil, a população negra e as mulheres, principalmente, constituem os sujeitos sociais que foram e continuam a ser os principais atingidos por práticas discriminatórias, que as colocam em um processo forçado e contínuo de luta pelo reconhecimento de seus direitos e de uma cidadania plena. Esses processos de discriminação recaem com mais rigor sobre o grupo específico das mulheres lésbicas e negras, que possuem mais de uma característica provocadora de discriminação.

Devemos ter em conta que essas relações de gênero estão marcadas pelas desigualdades e por um processo de hierarquização fundamentado na diferença entre os sexos, e legitimado pela “pretensa” superioridade do masculino sobre o feminino e do heterossexual como única forma de viver a sexualidade. Esse paradigma predominante na cultura ocidental, referido como sistema patriarcal vigente até hoje, está muito impregnado em nossas relações sociais e tem contribuído para manter essas diferentes formas de preconceito e discriminação em relação à mulher. Esse processo de discriminação atinge a mulher lésbica e negra na máxima intensidade.

Todo esse processo de discriminação contra a mulher lésbica negra no bojo do movimento negro do Rio de Janeiro foi persistente, chegando a empurrá-la para a definição de outros espaços de luta, que pudessem contemplá-las como elas são: mulheres, lésbicas, negras. Essas mulheres não aceitaram passar por invisíveis no cenário do movimento negro nem no movimento feminista: foram buscar o seu espaço como mulheres, assumiram também sua sexualidade.

Nos depoimentos orais, mulheres e homens negros do movimento negro do Rio de Janeiro revelaram que o espaço do movimento negro, que se apresentava como um espaço de luta e combate à discriminação, não estava preparado pra lidar e conviver com a mulher negra lésbica. Assumir essa identidade provocou uma desestabilização nas relações entre os militantes do movimento negro. Ao buscar o exercício da cidadania plena, principalmente num espaço que parecia ser mais favorável para esse exercício, colocaram-se em uma posição na qual tiveram que criar estratégias de convivência para continuarem sendo mulheres militantes, sem abrir mão do direito de viver sua sexualidade.

No espaço do movimento negro, as mulheres lésbicas negras não tiveram a oportunidade de exercer sua cidadania plena, entendida como a capacidade de homens e mulheres cidadãos entenderem a realidade em que vivem para dela participar e a ela transformar. O direito de ter direito, como diz Arendt (1958), é o de pertencer a uma sociedade que possibilite gozar desses direitos e exercitá-los.

Ao buscar espaços próprios, essas mulheres lésbicas e negras transformaram-se em sujeitos históricos da transformação da sua condição social.

As mulheres negras, ao construírem o seu lugar no movimento feminista, buscaram um reconhecimento público como grupo definido pela diferença de gênero e de raça,, não simplesmente como pessoas individuais, que pensam que seus problemas estão no âmbito da pobreza ou circunscrito aos problemas raciais. O feminismo branco no seu início não viu as mulheres negras, referenciado que esteve ao feminismo europeu e ao viés das análises de classe, apesar da crítica que fizemos às teorias universalistas das esquerdas. Foi a organização autônoma das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a visibilidade concreta da necessidade de articulação das categorias *classes*, *gênero* e *raça*. A construção deste sujeito coletivo – as mulheres negras – trouxe maior complexidade e exigiu o reconhecimento das profundas diferenças culturais que marcaram as práticas das mulheres, forçando-nos a aceitar o princípio heterogeneidade da condição e da subordinação das mulheres. Ao mesmo tempo; autonomização nos desafia a evitar fragmentação, forçando-nos a reconhecer a existência de um campo comum de ação para um diálogo dentro de uma pluralidade.(Soares ,2000, p.260)

Falando da participação das mulheres negras dentro do movimento feminista, este texto de Vera Soares cabe perfeitamente como referência da mobilização das mulheres lésbicas negras dentro do movimento negro. O movimento passou a não ver essas mulheres a partir do momento em que elas passaram a assumir a sexualidade lésbica. Além de torná-las invisíveis, criou mecanismos que dificultavam o diálogo com as demandas desse grupo de mulheres.

A análise das narrativas, apreendendo-as também como fruto das trajetórias dessas mulheres negras em busca de sua identidade, fonte de sentido e experiência, revela um processo de construção de sentidos, uma preocupação em construir tanto uma imagem de si como de suas ações no seio do movimento social negro. Entretanto, conforme observação de Carneiro, em sua obra *Negros Estrangeiros*, a construção da identidade se dá pela tomada da consciência das diferenças, e não apenas pelas diferenças em si. De certa forma, foi a partir desse movimento de tomada de consciência que as mulheres lésbicas negras expuseram sua sexualidade no movimento negro (Carneiro ,1985).

Estudando esse processo social de construção da identidade, Castells (1999) chama a atenção para o fato de que essa produção se dá em um contexto caracterizado por relações de forças, que podem ser distinguidas em três formas de identidade de origens diferentes. A primeira trata-se de uma *identidade legitimadora*, elaborada pelas instituições dominantes da sociedade, a fim de estender e racionalizar a sua dominação

sobre os atores sociais. A segunda é a *identidade de resistência*, produzida pelos atores sociais que se encontram em posição ou condição desvalorizada ou até mesmo estigmatizada pela lógica dominante; a uma terceira, o autor refere-se como *identidade-projeto*, quando os atores sociais, com base no material cultural a sua disposição, constroem uma nova identidade que se reflete na redefinição de sua posição na sociedade e, conseqüentemente, transforma o conjunto da estrutura social.

A trajetória e o movimento do feminismo exemplificam esse processo de identidade, uma vez que o feminismo abandonou uma simples defesa da identidade e dos direitos da mulher para passar à ofensiva, e colocar em pauta o patriarcado, ou seja, a família patriarcal, bem como todas as estruturas de produção e reprodução da sexualidade, sobre as quais as sociedades historicamente são fundadas.

É importante ressaltar que, na dinâmica de construção, as identidades têm como conseqüência a construção de tipos diferentes de sociedade. A construção de uma identidade de resistência conduz à forma de comunidade, configuração de resistência coletiva contra a opressão. Logo, a construção da identidade-projeto presume sujeitos desejosos de serem indivíduos capazes de criar uma história pessoal e de dar sentido a um conjunto de experiências de vida individual (Castells, 1999).

No caso dessas mulheres lésbicas negras, a construção da identidade significou um projeto para que elas pudessem viver com a sua diferença, pois representou uma oposição a uma identidade oprimida. Entenderam *a priori* que o espaço do movimento negro poderia ser um lugar de solidariedade para se protegerem contra a hostilidade à sexualidade não hetero, mas encontraram nesse espaço a hostilidade de seus pares, que, numa relação dominante, tentaram frear sua busca por autonomia. Situação semelhante encontraram no movimento feminista, em função de sua raça.

As narrativas dessas mulheres revelam o movimento de fluxo e refluxo da questão de sua sexualidade, as dificuldades que encontraram para canalizar e afirmar politicamente sua identidade de mulheres lésbicas e negras, e os obstáculos que o racismo e o preconceito impunham a sua mobilidade nesse espaço de luta contra a discriminação – obstáculos que, por outro lado, forçaram-nas a construir novos espaços de formação de identidade.

Há que considerar, sempre, que a identidade vem marcada por um conteúdo. Constrói-se no terreno da política de exclusão, portanto, do político. Assim sendo, negras, negros, índios, mulheres, homossexuais, lésbicas produzem identidades diversas. Para abrigar a diversidade, a sociedade precisa estar aberta a mudanças, tendo

em vista que as culturas são construções que se transformam constantemente ao reinterpretar experiências novas.

REFERÊNCIAS

- ARENDETT**, Hannah. *A Condição Humana*:University of Chicago Press, 1958.
- ALVES**, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Feminismo e Marxismo*. Rio de Janeiro: Graal, s/ano.
- ANDREWS**, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. São Paulo: EDUSC, 1998.
- AVELAR**, Lúcia. *O Mito da Igualdade*. Revista Social Democracia, março/2002.
- BAIOCCHI**, Mari de Nazaré. *Negros de Cedro*. São Paulo: Ática, 1983.
- BAIRROS**, Luíza. *Nossos Feminismos Revisados*. In: Revistas Estudos Feministas. IFCS/UFRJ &PPCCIS/UERJ.v.3, n.2, p.464-478, 1995.
- BARBOSA**, Milton, *Reaja a Violência Racial*, Jornal MNU, São Paulo, 1991.
- BASTIDE**, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BEAUVOIR**, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERNARDO**, Teresinha. *Negras, Mulheres e Mães*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- BARBOSA**, Milton. *Reaja a Violência Racial*.Jornal do MNU, n.18, São Paulo, 1991.
- BÔAS**, Gláucia Villas e **GONÇALVES**, Marco Antônio (orgs). *O Brasil na virada do século*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995.
- BOCAYUVA**, Helena. *Erotismo à Brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freire*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- BOURDIEU**, Pierre. *O Ofício de Sociólogo*.Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

- CAMARGO**, Oswaldo. *A Descoberta do Frio*. São Paulo: Populares, 1970.
- CARNEIRO**, Sueli. *Mulheres em Movimento*. Revista Estudos Avançados. V.17 n.49, São Paulo, set/dez. 2003.
- _____. *Identidade Feminina*. In: Caderno Geledés. São Paulo, 1993.
- _____. *Gênero, Raça e Ascensão Social*. In: Revista Estudos Feministas. IFCS/PPCCIS/UERJ.RJ. v.3 n.2, p.454-552.1995.
- CARDOSO**, Marcos. *Movimento Negro*. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- CARNEIRO**, Edson. *Depoimento, In: 80 anos da Abolição*, Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1966.
- _____. *O Quilombo dos Palmares*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- CARNEIRO**, Sueli. *Mulheres em Movimento*. São Paulo, v.17, n.49, set-dez, 2003.
- CARVALHO**, Fátima Lampreia. *Encontros Fortuitos entre Feminismo e Desconstrução*. Niterói, Gênero, v.1, n.2, p.7-17, 1º sem. 2001.
- CASTELLS**, Manuel. *O Poder da Identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A Sociedade em Rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura)* v.1, n.3, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ**, Marilena. *O Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abram, 2000.
- CHIVENATO**, Júlio J. *O Negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA**, Ana Alice Alcântara. *O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmica de uma Intervenção Política*. Gênero, v.5, n.2, p.9-36, 1º sem. 2005.
- COSTA**, Suely e **SOIHET**, Rachel. *História da Mulher, Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia*. Gênero, Niterói, v.2, n.1, 2.sem. 2001.
- CRENSHAW**, Kimberlé. *A intersecção das desigualdades de raça e gênero: implicações para as políticas públicas e os direitos humanos*. Publicação do Consulado Geral dos EUA/RJ. 2003.
- D'ADESKY**, Jacques. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. Estudos Afro-Asiáticos, n. 33, Rio de Janeiro. UCAM, 1998.
- _____. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- _____. *A Dimensão Intercultural da Identidade Brasileira*. Revista Estudos Afro-Asiático, n.15, Rio de Janeiro, UCAM, 1998.

- DELUMEAU**, Jean. *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ENGEL**. Magali Gouveia. *Cultura Popular, Crimes Passionais e Relações de Gênero*. Rio de Janeiro (1890-1930). *Gênero*, v.1, n.2, p.107-123, 1º sem. 2001.
- ENGELS**, Friedrich. *A Origem da família da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- FAUSTO**, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 2002.
- FERNANDES**, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- FREIRE**, Gilberto. Casa Grande e Senzala, São Paulo: Global. 2003.
- FREITAS**, Rita de Cássia Santos. *Mães em luta: Reflexões sobre um novo tema*. *Gênero*, v.2, n.1, p.59-72, 2º sem. 2001.
- GEBARA**, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GILROY**, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Estudos Afro Asiáticos, n.34, Rio de Janeiro, UCAM, 2001.
- GIDDENS**, Anthony. “Classe, soberania e cidadania”. In Anthony Giddens, *O Estado-Nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*, trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____. *As Conseqüências da Modernidade*. 6ª ed. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas sociedades modernas*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1993.
- _____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- GOIS**, João Bôsko Hora. *Reprodução da Hierarquia entre os Gêneros e a Preocupação com as condições de vida das mulheres: a condição feminina no discurso do Serviço Social (1939-1950)*. *Gênero*, v.1, n.2, p.123-142. 1º sem. 2001.
- GOLDINHO**, Tatau e **SILVEIRA**, Maria Lúcia (orgs). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo. Secretaria de Governo Municipal/Coordenadoria Especial da Mulher, n.8, 2004.
- GOLDBERG**, Anette . *A Gestão de um Feminismo. “Bom para o Brasil” no início dos anos 70*, s/ano.

- GOLDENBERG**, Mirian e **TOSCANO** Moema. *A Revolução das Mulheres-um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- GOHN**, Maria da Glória(art). *O Protagonismo da Sociedade Civil*. Movimentos Sociais, ONG's e redes solidárias, São Paulo: Cortez, 2005.
- GOLBERT**, Anette.(art). *A gestação de um feminismo bom para o Brasil no início dos anos 70* (tese), s/ano
- GOMES**, Flávio. *Negros e Política (1888 – 1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GONZALEZ**, Lélia. *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*. Revista Raça e Classe, v.5, n.2, nov-dez. 1988.
- _____. *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GONZALEZ**, Lélia e **HALSENBALG**, Carlos. *Lugar do Negro*. São Paulo: Marco Zero, 1982.
- GUIMARÃES**, Antonio Sergio Alfredo Figueiredo e **IYNHUPLTY**, Lyne. *Tirando a mascara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HALL**, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. *Da Diáspora: identidade e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte, UFMG, Brasília :Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HANCHARD**, Michael George. *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- HASENBALG**, Carlos. *Discriminação e desigualdade racial no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HEILBORN**, Maria Luiza. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- HOOKS**, Bell. *Intelectuais Negras*. Portal Feminino. V.3, n. 2, p.464-478, 1995.
- IANNI**, Otávio. *Raças e Classes Sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- ITABORAÍ**, Nathalie Reis. *Empowerment feminino no Brasil: as desigualdades por classe em questão*. Gênero, v.2, n.2, p.151-174, 1º sem.2002.
- LISBOA**, Teresa Kleba. *Gênero, Classe e Etnia*. Florianópolis Editora da UFSC/Chapecó: Argos, 2003.
- LOPES**, Nei. *Bantos, Malês e Identidade Negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- LUNA**, Luiz. *O Negro na Luta contra a Escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

- LUZ**, Marcos Aurélio. *Cultura Negra e Ideologia do Recalque*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- MAXWELL**, Roberto. *Movimento Black Rio*. Rio de Janeiro, 2003.
- MEDEIROS**, Maria A de Aguiar. *O Elogio da Dominação: Relendo Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- MEIHY**, José C.S. Bom (org.).(RE *Introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: USP, 1996.
- MOURA**, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: a Questão Social no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- _____. *Organização Negra*. São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. *O Negro de Bom Escravo a Mau Cidadão*. São Paulo: Conquista, 1980.
- _____. *As Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Global, 1989.
- MONTECINOS**, Verônica. *Feminista e Tecocrata na democratização da América Latina*. Estudos Feministas, Florianópolis, julho-dezembro/2003.
- MONTENEGRO**, Thereza. *Diferenças de Gênero e Desenvolvimento Moral das Mulheres*. Estudos Feministas, V.7, n.2, 1999.
- MOUTINHO**, Laura. *Razão, "Cor" e Desejo*. São Paulo: Unesp. 2003.
- MUNANGA**, Kabengele (org.). *História do Negro no Brasil*. Brasília: Senado. 1988.
- _____(org.) *Racismo: Perspectivas para um Estudo Contextualizado da Sociedade Brasileira*. Estudos e Pesquisas. Niterói: EDUFF, 1998.
- NASCIMENTO**, Elisa Larkin. *O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- NICHOLSON**, Linda. *Interpretando o Gênero*. Estudos Feministas, v.8, n.2, p.9-42, 2000.
- PERROT**, Michelle e **DUBY**, George. *História das Mulheres no Ocidente*. Knibiehler, Ivone. Corpos e Corações Editora Afrontamento.
- PEIXOTO**, Afrânio. *Ser Escravo no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.
- PINTO**, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*: Fundação Perseu Abramo. 2003.
- PRIORE**, Mary Del. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- RAGO**, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e Pós Modernidade no Brasil*. Cadernos AEL/IFCH.

- RAMOS**, Guerreiro. *O negro no Brasil e a um exame de consciência*, In *Nascimento*. Discurso pronunciado na ABI, no ato da instalação do Instituto do Negro, 1949.
- _____. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982.
- RAMOS**, Arthur. *O negro na Civilização Brasileira*, In *Nascimento*, Rio de Janeiro: Casa dos Estudantes do Brasil, 1971.
- _____. *As Culturas Negras no Novo Mundo*, In *Nascimento*. São Paulo: Nacional, 1946.
- REIS**, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REVISTA** *Centro de Estudos e Relações de Trabalho e Desigualdade Racial*. São Paulo: CEERT, 1992.
- REVISTA RAÇA**. São Paulo, setembro, 1994.
- RODRIGUES**, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.
- RIZZINI**, Irene. *O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1997.
- SAFFIOTI**, Heleieth. *Mulher Brasileira: Opressão e Exploração*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- _____. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SCOTT**, Joan Wallach. *Prefácio: A gender and Politics of History*. São Paulo: Cadernos Pagu, 1994.
- SANSONE**, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador/Rio de Janeiro: Edufba/Pallas, 2004.
- RUFINO**, Joel e **BARBOSA**, Wilson do Nascimento. *Atrás do Muro da Noite*. Brasília. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.
- SANTOS**, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- SARTI**, Cynthia. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. Texto preparado para apresentação no XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Chicago, 1998.
- SCHWARCZ**, Lilia Moritz. *Questão Racial no Brasil: negras imagens*, São Paulo: Edusp, 1996.
- SERRA**, Astolfo, *A Balaiada*, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1948.
- SILVA**, Acildo L. *Uma Pedagogia da Oralidade: Os Caminhos da Voz em Ilha Bela (Dissertação de Mestrado)*, UFMT. 2002.

- SCOTT**, Joan W. *Relendo a história do feminismo*. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- SODRÉ**, Muniz *O Terreiro e a Cidade - A forma Social negro-brasileira*. Salvador, Secretaria de Cultura e Turismo/Imago, 2002.
- SOIHET**, Rachel e **MATOS**, Maria Izilda S.(orgs) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp/FEU, 2003.
- SOIHET**, Rachel, **COSTA**, Suely Gomes e **SOARES**, Rosana M.A. *A História das Mulheres, Cultura e Poderes das Mulheres: Ensaio de Historiografia*. *Gênero*, v.2.n.1, p.7-30, 2º sem. 2001.
- _____. *Formas de Violências, Relações de Gênero Feminismo*. *Gênero*, v.2, n.2, p.7-26, 1º sem. 2002.
- _____. *Condição Feminina e Formas de Violência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOUZA**, Neusa Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- TELES**, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.
- TELLES**, Edward. *Racismo à brasileira*. Rio de Janeiro: Relume, 2003.
- TRONTO**, Joan C. *Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?* *Gênero*, Niterói: Rosa dos Ventos, 1997.
- VIANA**, Lúcia Helena. *Mulheres Revolucionárias de 30*. *Gênero*, v.2, n.2, p.27-34, 1º sem. 2002.
- VIEIRA**, Cláudia Andrade. *Mulheres de Elite em Movimento por Direitos Políticos*. *Gênero*, v.2, n.2, p.115-130. 1º sem 2002.
- WERNECK**, Jurema (organizadora). *Cadernos Criola-1*. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. *Cadernos Criola-2*, Rio de Janeiro, 2001.
- _____. *O Livro da Saúde da Mulher Negra*. Rio de Janeiro, 2000.

OUTROS DOCUMENTOS

(folhetos, boletins, cartilhas, jornais)

1. Ata da **SEDEPRON** (*Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras*, 1991).
2. Boletim do *Fórum Estadual de Jovens Negras*. **CEDOICOM**. Rio de Janeiro, n.5-ano 2,2005.
3. Boletim do *Fórum Estadual de Jovens Negras: Negras de Atitude*. **CEDOICOM**. Rio de Janeiro, 2005.
4. Boletim Informativo do *MNU*, São Paulo, setembro, 1979.
5. Boletim *Diversidade Zine: "Brasil Contra a homofobia"*. Rio de Janeiro, abril-maio, 2006.
6. Dossiê do **SOS Racismo do IPCN** (*Instituto de Pesquisas das Culturas Negras*), 1988.
7. Entrevista com a representante do **CEDOICOM**, na revista *Mulheres Negras-do umbigo para o mundo*, Santos, 2002.
8. Folheto do **CEDOICOM**. *Mulher Negra, Respeito e Cidadania*. 2006.
9. Folheto do **CEDOICOM**. *Quem Somos?* 2006.
10. Folheto. *Estudo comparativo com lésbicas residentes na área metropolitana do Rio de Janeiro*. Redação: **Gay Brasil**, 2004.
11. Folheto. *Dia da Visibilidade*. **COLERJ & Coisa de Mulher**
12. Folheto. *Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial*, 2005.
13. Informativo **COLERJ**. *O que pretendemos*. Rio de Janeiro, 2005.
14. Jornal **O Globo**, (art), Antonio Neder, *Hitler Negro*, Rio de Janeiro, maio de 1979.
15. Jornal **Estado de São Paulo** (art), Gilberto Freire, *Racismo no Brasil*. São Paulo, 1979.
16. JORNAL **MNU**, n. 20, São Paulo, dez. 1991.
17. Jornal **IROHIN**, ano XI, n.18, set.2006.
18. Manifesto do **I Encontro Estadual de Mulheres Negras**. *Homem, Feminismo, Raça e Classe*, 1987.
19. Manifesto da **Comunidade Afro-Carioca**. *Enquanto houver racismo não haverá paz*. 1995.

20. Relatório Final do **II Encontro Nacional de Mulheres Negras**, Salvador, 1991.
21. Relatório **SEPPIR** (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), 2003.
22. Release enviado a imprensa de Roberto Maxwell, **Movimento Black Rio**. Rio de Janeiro, 1979.
23. **REVISTA EPARREI**. *Mulheres do Rio*. Santos, publicado pela Casa de Cultura Mulher Negra, ano III, n.6, 2004
24. Texto para debate da **ONG CRIOLA**. *Controle Social para a saúde da Mulher Negra*. 2003
25. Texto extraído do site do ibase. **Direito à visibilidade lésbica**, 2005.
26. Texto extraído do site da uol. **Poderosas as ONGS, formadas por mulheres negras, fazem a diferença no movimento social do Rio de Janeiro**. 2005.
27. Texto. **Avanços e Desafios no Plano de ação contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias Correlatas**. Texto apresentado **na Conferência Regional das Américas, 2006**.
28. Texto extraído do site troa. **Organização Lésbica**. 2005.
29. Texto. **1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. 2005.

NOTAS

ACN-Associação Cultural do Negro

CEAP-Centro de Articulação das Populações Marginalizadas

CECAN-Centro de Cultura e Arte Negra

CEDIM-Conselho Estadual do Direito da Mulher.

CEDOICOM-Centro de documentação e Informação Coisa de Mulher

CDMB-Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira

COLERJ-Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro Elizabeth Calvet

CONE-Coordenadoria do Negro.

CNDM-Conselho Nacional do Direito da Mulher.

CNMN-Conselho Nacional de Mulheres Negras.

CONE-Coordenadoria do Negro.

CONDEDINE-Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro

FBPF-Frente Brasileira para o Progresso Feminino.

FNB-Frente Negra Brasileira.

GMN-Grupo de Mulheres Negras

IPCN-Instituto de Pesquisas das Culturas Negras.

MDB-Movimento Democrático Brasileiro.

MNCDR-Movimento Negro Contra a Discriminação Racial.

MNU-Movimento Negro Unificado.

PCB-Partido Comunista Brasileiro.

PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PT-Partido do Trabalhador.

PTB-Partido Trabalhista Brasileiro.

PIM-Programa Integrado de Marginalizado

SEAFRO-Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras

SBPC-Sociedade de Estudos do Progresso a Ciência.

SEPPIR-Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

TEN-Teatro Experimental do Negro.

UDN-União Democrática Nacional.

WEBGRAFIA

<http://casadeculturadamulhernegra.com.br>, 03/02/2006 às 14:25min

<http://cnpq.gov.br>

<http://criola.org.br>, 01/02/2006

<http://www.pcg.com.br/eblack/36htm>, 17/05/2006 às 14:25 min.

<http://www.scielo.org.br>, 15/03/2006 às 19:20min

<http://www.selonegro.com.br>, 05/07/2006 às 12:14min.

[http:// www.vagalume.com.br](http://www.vagalume.com.br), 06/02/2006 às 23:45min.

<http://www.wikipédia.org>, 04/04/2006 às 23:00h

[http://www.fcc.org.br/estudos feministas](http://www.fcc.org.br/estudos_feministas), 09/07/2006, às 24:35min.

[http://www.redegoverno.gov.br/mulher governo](http://www.redegoverno.gov.br/mulher_governo), 09/07/2003, às 3:15 min.

<http://www.geledés.org.br>, 02/08/2006, às 13:45 min.

<http://www.criola.org.br>, 06/08/2006, às 14:30 min.

[http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletim 2002](http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletim_2002), 15/08/2006, às 3:45min.

<http://www.gtpos.org.br>, 15/08/2006, às 4:00h.

htt:// www.ibase.org.br, 21/08/2005, às 19:35min.

htt://www.americascontraracismo.com.br.

htt://www.uol.com.br

htt://www.umoutroalhar.com.br

htt://www.mulheresnegras.com.br

htt://www.abong.org.br

htt:// www.agende.com.br

htt:// www.cfemea.org.br

htt:// www.geledes.org.br

htt:// www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno

htt:// www.seppir.gov.br

htt:// www.cedoicom.org.br

htt:// www.arcoiris.gov.br

ANEXO 1

JORNAL NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

(1991- pp.1 a 12)

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome _____ Ano de Nascimento _____

Naturalidade: _____

Telefone: _____ E-mail _____

Raça/Cor: () Preta, () Branca, (...) Parda, () Amarela e () Indígena.

Estado Civil: () Casada () Solteiro () Separada () Viúva

Possui filhos? () Sim () Não. Quantos? _____

Escolaridade

() Fundamental () Médio () Superior () Especialização () Mestrado ()

Doutorado

Curso no nível superior

Profissão: _____

Renda Familiar

() De 01 a 02 salários mínimos

() Mais de 02 a 05 salários mínimos

() Mais de 05 a 7 salários mínimos

() Mais de 07 a 10 salários mínimos

() Acima de 10 salário mínimos

Moradia: () Própria, () Alugada

Como você se definiria quanto à sua orientação sexual?

() Heterossexual () Lésbica () Bissexual () Outra. Qual?

Militou em algum movimento social antes de participar dessa instituição?

Já sofreu discriminação de cor?

Sim

Não

Poderia relatar? _____

Já sofreu discriminação em função do sexo ou da orientação sexual?

Sim

Não

Poderia relatar?

ANEXO 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I – Parte: Trajetória de Vida e Escolar

- 1 – Como foi sua vivência no seio familiar, principalmente no que tange a sua formação enquanto mulher negra e como lésbica? Quais preconceitos e discriminação marcaram a sua vida nesse contexto?
- 2) Falava sobre a questão do negro em sua família? E como ela reagia frente à discriminação racial?
- 3) E sobre a questão da homossexualidade?
- 4) Como se deu a descoberta da orientação sexual? E as relações de família, trabalho e escola a partir de então?
- 5) Sofreu discriminação nos espaços que você frequentou? Quais? Fale um pouco sobre isso. Como lidou com isso?

II – Parte: A Militância, Mulheres no Movimento

- 1) Quando começou a sua história no movimento social?
- 2) Quais motivações levaram à militância neste movimento?
- 3) No movimento enfrentou dificuldade pelo fato de ser mulher?
 - 4) No movimento enfrentou dificuldade pelo fato de ser negra?
 - 5) No movimento, quais eram as suas atividades? Ocupou posição de liderança no movimento? Como foi sua trajetória no movimento?
 - 6) Como era sua relação com os militantes negros?
 - 7) Como era sua relação com as militantes brancas?

- 8) No relacionamento com as outras militantes enfrentou muitos embates?
- 9) Foi discriminada no movimento negro? E Por quem? Poderia falar um pouco sobre isso?
- 10) Foi discriminada no movimento de mulheres? E Por quem? Poderia falar um pouco sobre isso?
- 11) No movimento negro conviveu ou conheceu mulheres com orientação sexual homossexual? Como essas mulheres eram vistas e aceitas?
- 12) Na sua visão, as mulheres negras homossexuais eram discriminadas por essa condição? Por quem principalmente?

III – Parte: Olhar do Militante Negro sobre a Homossexualidade feminina da Mulher Negra.

- 1) Como você via a atuação das mulheres negras no movimento?
- 2) A relação entre os militantes negros e as militantes negras se dava de que forma?
- 3) Conheceu ou conviveu com mulheres negras homossexuais no movimento? Como era sua relação com essas mulheres?
- 4) Na sua visão, a orientação sexual dessas mulheres interferia na militância dentro do movimento?

ANEXO 4

**CONVOCATÓRIA:
1º ENCONTRO ESTADUAL DO MOVIMENTO NEGRO DE MULHERES
NEGRAS**